



DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

OUTUBRO 2008

DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

OUTUBRO 2008

DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

ATUALIZADO MENSALMENTE

Calendário de divulgação deste caderno (2008):

MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
05	09	07	04	09	06	10	15	12	10

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

APRESENTAÇÃO

A crise financeira internacional é abordada nesta edição em dois momentos: na página 47, são enfocadas as condições mais favoráveis do país para enfrentar a crise e as medidas adotadas pelo Governo. Na página 68, o pronunciamento do Presidente da República, na abertura da 63ª Assembléia Geral da ONU, aponta para a necessidade urgente de regulação global dos mercados.

À semelhança do quadro comparativo econômico divulgado mês a mês, agora há também um comparativo social, apresentado à página 9 – baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2002 e 2007.

O Caderno Destaques de outubro mantém-se fiel ao propósito inicial da publicação, que é levar ao leitor uma síntese abrangente e atualizada das ações e programas do Governo Federal. E, a cada número, buscar enfoques novos e diversificados, a exemplo das informações inéditas que esta edição apresenta sobre a Previdência Social (pág. 51) e as exportações brasileiras (pág. 52).

Todo o conteúdo de Destaques pode ser livremente reproduzido, desde que citada a fonte. A contribuição dos leitores é essencial: críticas e sugestões serão sempre bem-vindas e podem ser enviadas por correio eletrônico ao endereço destaques.secom@planalto.gov.br

Boa leitura!

As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal.

Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Críticas e sugestões são bem-vindas e podem ser enviadas para
destaques.secom@planalto.gov.br

É permitida a reprodução, total ou parcial, mediante citação da fonte.

É livre a utilização de links para DESTAQUES em sítios web.

Edições anteriores podem ser obtidas no seguinte endereço:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/destaques/

SUMÁRIO

Apresentação	3	Parte 3	
Sumário	5	Temas setoriais e atualidades	45
Parte 1		Investimentos e Mobilidade Social	46
Brasil hoje	7	O Brasil e a Crise Financeira	47
Retrato Social	8	Vigilância Sanitária	48
Retrato Econômico	10	Programa Saúde na Escola - PSE	49
Biocombustíveis	12	Emprego	50
Política Externa	14	Previdência Social	51
Democracia	15	Exportações	52
Parte 2		Habitação	54
Programas 2007 e 2008	17	Agricultura e Pecuária	55
PAC	18	Desmatamento e Aquecimento	56
Cidadania e Inclusão Social	20	Combustíveis	58
Bolsa Família	21	Energia Elétrica	59
PDE	22	Reforma Agrária	60
Plano Nacional de Turismo – PNT	24	Mudança no Campo	61
Pronasci	25	Relação com Municípios	62
ProJovem	26	Relação com Estados	63
PAC Funasa	27	Esportes	64
Povos Indígenas	28	Integração Nacional	65
Pessoas com Deficiência	29	Parte 4 – Biblioteca: estudos, artigos, pesquisas e anexos	67
Mais Cultura	30	Pronunciamento do Presidente Lula na reunião da ONU	68
Criança e Adolescente	31	PNAD 2007	71
PAC Ciência e Tecnologia	32	Resultados das eleições municipais	72
Quilombolas	33	Ambiente de Negócios	74
Mais Saúde	34	Brasileiros no Exterior	78
Registro Civil e Documentação Básica	35	Conselhos e Conferências	79
Territórios da Cidadania	36	Pré-Sal	81
Reforma Tributária	38	Índice remissivo	
Mulheres	39	Edições anteriores	83
PAC Embrapa	40		
Amazônia Sustentável – PAS	41		
Desenvolvimento Produtivo – PDP	42		
Mais Alimentos	43		
Mais Pesca e Aqüicultura	44		

1 – BRASIL HOJE

Índice

Tema	Página
Retrato Social	8
Retrato Econômico	10
Biocombustíveis	12
Política Externa	14
Democracia	15

2007
19 set

Presidente Lula

Discurso de lançamento do PAC/Funasa em Brasília

“Tem uma crise internacional dos títulos imobiliários americanos, que os economistas chamam de subprime, envolvendo a Europa, os bancos americanos – todos aqueles que compraram títulos que não eram de qualidade, achando que iam ganhar dinheiro como se estivessem num cassino. Até agora essa crise não chegou à fronteira brasileira, porque nós nos preparamos juntando reservas, diminuindo a nossa dívida externa. Se a gente continuar agindo com a seriedade, a sobriedade com que estamos agindo, posso dizer: este país se transformará numa grande economia mundial.”

2008
13 out

Presidente Lula

Entrevista ao Programa Café com o Presidente

“O fato desta crise ter começado no coração do país mais importante do planeta - os Estados Unidos - que têm o maior PIB, está levando também com que os dirigentes mundiais passem a discutir coletivamente uma saída global para esta crise. Tudo isso demonstra o quê? Que é preciso que a gente trate de ter uma regulamentação para o funcionamento do sistema financeiro. De forma que a crise existe, ela é real, mas eu penso que, pela primeira vez, todo mundo está tentando encontrar uma saída.”

RETRATO SOCIAL

Melhora de indicadores sociais e de padrão de vida das famílias é resultado de avanços econômicos e eficácia de políticas sociais

Redução da desigualdade e da pobreza

- Desigualdade de renda cai sucessivamente de 2001 a 2007: queda mais duradoura em 30 anos.
- Coeficiente de Gini¹ da renda familiar per capita passou de 0,593 para 0,552 (-7%). Embora ainda elevado, vem caindo há anos.
- País já ultrapassou meta de reduzir à metade extrema pobreza até 2015 (ODM²).
- Pobreza caiu de 38,2% da população em 2002, para 28% em 2007³.

Aumento da ocupação, da renda e da mobilidade social

- Aumento contínuo do número de empregos, da formalização e da renda.
 - De 2002 a 2007: 11,8 milhões de novas ocupações⁴.
 - Proporção de contribuintes da previdência social ultrapassa 50% pela primeira vez: de 45% (2002) para 51% (2007).
 - Rendimento médio real dos trabalhadores (2007) foi de R\$ 960: aumento real de 7% em relação a 2002 e maior nível desde 1999.
 - Salário mínimo com reajuste real de 52% (jan/03-set/08).
 - Entre empregados, aumento do rendimento foi maior nas regiões N e NE em comparação às demais regiões.
- Mobilidade social: 13,8 milhões de pessoas subiram de faixa social (2001-2007)⁵.
- Classe média é maioria da população em seis regiões metropolitanas: passou de 44,2% em 2002, para 51,9% em 2008, segundo a FGV⁶.

Educação, um grande desafio

- Prossegue tendência de aumento da escolarização e queda do analfabetismo.
 - Número médio de anos de estudo de pessoas de 10 anos ou mais passou de 6,3 anos (2002) para 7 anos (2007).
 - Crianças de 7 a 14 anos: 97,7% freqüentam escola (2007). Mas uma parte (8,4%) não sabe ler nem escrever.
 - Analfabetismo (maiores de 15 anos): de 11,8% (2002) para 9,9% (2007).

Melhoria dos domicílios

- Mais famílias com acesso a bens duráveis; cresceu cobertura de serviços básicos, mas saneamento ainda requer muita atenção.
 - Energia elétrica: 98%. Abastecimento de água: 84%. Rede de esgoto: 52%. Telefone: 77%. Celular: 32%. Computador: 27%. Internet: 20%. TV: 95%. Máquina de lavar: 40%.

Dados demográficos

- Taxa de fecundidade: de 5,8 crianças por mulher (1970) para 1,95 (2007).
- Esperança de vida: de 70,4 anos (2000) para 72,7 (2007).

1 Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que varia de 0 (igualdade absoluta) a 1 (desigualdade absoluta).

2 Objetivos do Milênio.

3 Fonte – Ipea: PNAD 2007: primeiras análises, setembro de 2008.

4 Se somados aos 1,8 milhão de postos formais criados até ago/08, levantados pelo CAGED, tem-se 13,6 milhões de ocupações.

5 Fonte – Ipea: PNAD 2007: primeiras análises, setembro de 2008.

6 Fundação Getúlio Vargas.

RETRATO SOCIAL - COMPARATIVO

Comparativo 2002 e 2007 de indicadores sociais selecionados da PNAD¹

Indicador	2002	2007 ²	Variação (%)
Abastecimento de água (% domicílios)	82,0	84,3	+3
Esgotamento sanitário (% domicílios)	46,5	52,0	+12
Lixo coletado (% domicílios)	84,8	88,4	+4
Iluminação elétrica (% domicílios)	96,7	98,5	+2
Telefone (% domicílios)	61,7	77,7	+26
Máquina de lavar roupa (% domicílios)	34,0	40,0	+18
Televisor (% domicílios)	90,0	94,8	+5
Microcomputador (% domicílios)	14,2	27,0	+90
Microcomputador com acesso a Internet (% domicílios)	10,3	20,4	+98
Taxa de fecundidade (filhos nascidos vivos por mulher)	2,26	1,95	-14
Taxa de escolarização – pessoas de 7 a 14 anos (% população)	96,9	97,7	+1
Taxa de analfabetismo – maiores de 15 anos (% população)	11,8	9,9	-16
Número médio de anos de estudo – pessoas de 10 anos ou mais (% população)	6,3	7,0	+11
Taxa de desocupação (% população)	9,2	8,2	-11
Contribuintes da previdência social (% população ocupada)	45,0	51,1	+14
Trabalho infantil (% pessoas ocupadas na população de 5 a 17 anos)	12,6	10,6	-16
Rendimento médio real dos trabalhadores (R\$)	899	960	+7

1 Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio - IBGE

2 Dados harmonizados com 2002 (exclui região Norte rural) para permitir comparação.

RETRATO ECONÔMICO

Frente à crise, o país se empenha em preservar o crescimento sustentável, o aumento do investimento, do emprego formal e do consumo. Ver pág. 47

Políticas monetária e fiscal mantêm a inflação sob controle

- IPCA (set/08): 0,26% (-0,02 p.p ante ago/08). Últimos 12 meses: 6,25%.
- Superávit primário: 5,77% do PIB (jan-ago/08).

Grau de investimento e elevado nível de reservas

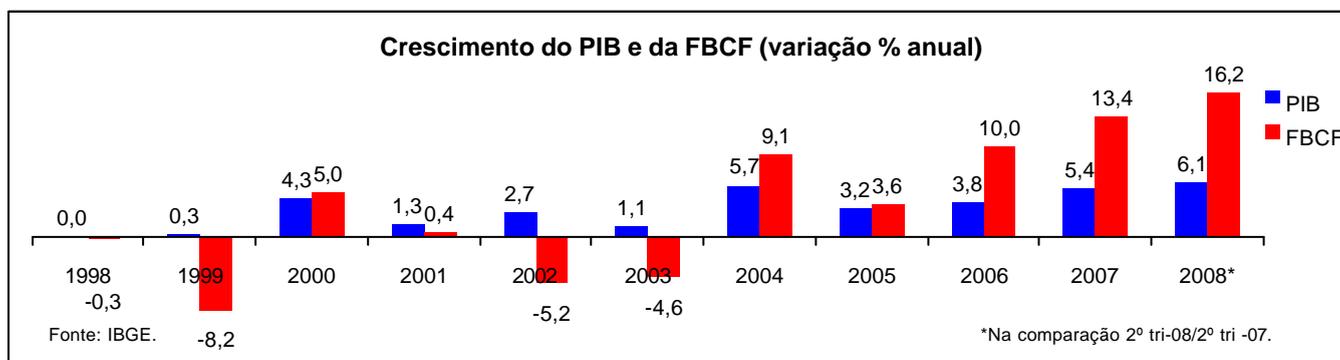
- País obteve classificação de grau de investimento por cinco agências de risco¹.
- Reservas internacionais: US\$ 206,5 bi (30set/08).
- Pela primeira vez, Brasil é credor externo.

Crescimento da demanda doméstica

- Consumo: cresceu 6,7% (2º tri/07-2º tri/08). Aumenta há 19 trimestres consecutivos. R\$ 1,6 tri em 2007 (+6,5% frente 2006).
- Comércio varejista (vendas): +11% em relação ao mesmo mês do ano anterior (jul/08).
- Emprego: 13,6 milhões de ocupações criadas, sendo 9,9 milhões formais (jan/03-ago/08). Ver página 50.
- Mercado de crédito em expansão: volume de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 1,1 tri (ago/08) ou 38% do PIB.

Firme expansão do investimento, da produção e das exportações

- PIB: aumento de 6,1% (2º tri/07-2º tri/08). Cresce há 26 trimestres consecutivos. Nos últimos 4 trimestres, variou 6%: maior expansão desde 1996. R\$ 2,6 tri em 2007 (+ 5,4% frente 2006).
- FBCF²: +16,2% (2º tri/07-2º tri/08). Aumenta há 18 trimestres consecutivos. Somou R\$ 450 bi em 2007 (+13,4% frente 2006): maior taxa histórica.
- Investimentos estrangeiros diretos: US\$ 34,6 bi em 2007 (quase dobrou em relação a 2006) e US\$ 24,6 bi já acumulados em 2008 (jan-ago/08).
- Investimentos diretos de brasileiros no exterior: US\$ 7 bi (2007) e US\$ 12,4 bi (jan-ago/08).
- Produção industrial: crescimento de 6,5% acumulado em 12 meses (ago/08).
- Veículos - 2007: recorde histórico de produção (3 milhões) e venda (2,5 milhões).
- Agricultura: 133,1 milhões de ton de grãos na safra 2007 (IBGE). Recorde histórico.
- Exportações: US\$ 194,9 bi - recorde histórico (set/08).



1 Concederam grau de investimento ("investment grade") a títulos emitidos pelo Brasil as seguintes agências de risco: JCR (13jun/07), R&I (22abr/08), Standard & Poor's (30abr/08), DBRS (28mai/08) e Fitch Ratings (29mai/08).

2 Formação Bruta de Capital Fixo (rubrica que indica investimento nas Contas Nacionais).

RETRATO ECONÔMICO - COMPARATIVO

Comparativo 2003 e 2008 de indicadores econômicos selecionados

Indicador	jan/03	ago/08	Variação (%)
PIB – Produto Interno Bruto (R\$ bilhões de 2007)	2.121 ¹	2.559 ²	+21
Balanço de pagamentos (saldo mensal - US\$ milhões)	713	1.940	+172
Balança comercial (saldo mensal - US\$ milhões)	1.155	2.762 ³	+139
Superávit primário (% do PIB acumulado em 12 meses)	3,71	4,42	+19
Reservas internacionais (US\$ milhões)	37.652	206.486 ³	+448
Investimento estrangeiro direto (US\$ milhões)	905	4.633	+412
Investimento brasileiro no exterior (US\$ milhões)	181	3.384	+1.770
Risco-Brasil (pontos-base)	1.439	337 ³	-77
Juros Selic⁴ (Banco Central) (% a.a.)	25,00	13,75 ³	-45
Crédito total (% do PIB)	21,8	38,0	+74
Dólar comercial (R\$)	3,44	1,91 ³	-44
Inflação IPCA⁵ (% a.m.)	2,25	0,26 ³	-88
Cesta básica (R\$)	201 ⁶	201 ³	0
Emprego (milhões de postos formais)	28,7	38,6	+34
Taxa de desocupação - regiões metropolitanas (%)	11,2	7,6	-32
Salário mínimo real (R\$)	273	415 ³	+52
Produção industrial (Índice de Base Fixa: 2002 = 100)	92,22	135,16	+47
Safra de grãos (milhões ton/ano)	97,67 ⁷	133,1 ⁸	+36
Vendas do comércio (Índice de Base Fixa: 2003 = 100)	93,38	142,20 ⁹	+52

1 PIB 2002.

2 PIB 2007.

3 Setembro 2008.

4 Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Taxa do Banco Central.

5 Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

6 Valor médio da cesta básica do Dieese corrigido pelo IPCA a preços de set/08.

7 Safra 2002.

8 Safra 2007.

9 Julho 2008.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Biocombustíveis brasileiros contribuem para a transformação econômica e social e produzem energia limpa e renovável

Composição da matriz energética brasileira (2007)

- Energia gerada da cana-de-açúcar supera a produzida por hidrelétricas¹.
- Fontes renováveis respondem por 70% do aumento nas fontes produtoras (total de 13,5 milhões de toneladas). Participação: 44,9% em 2006; 46,4% em 2007.

Leilões de biodiesel²

- Leilões 10 e 11, em 14 e 15ago/08 (fornecimento no 4ºtrim/08): arrematados 330 milhões de litros³ por cerca R\$ 850 mi⁴; atende toda demanda para mistura B3 no período.
- Petrobras adquiriu em leilões próprios 42 milhões de litros para estoques (set/08).

Etanol – crescimento consistente do mercado

- **Setor revê estimativa de exportação: de 3,9 bilhões para 4,2 bilhões de litros⁵.**
- Exportações: 41% maiores na comparação ago/08 – ago/07. De jan a ago/08, exportados 3,19 bilhões de litros: +33% ante igual período de 2007.
- Veículos *flex-fuel*: 6,3 milhões vendidos entre 2003 e ago/08.

Petrobras Biocombustíveis

- Criada em mar/08, estima investir R\$ 2,4 bi entre 2008 e 2012, com objetivo de alcançar liderança na produção de biodiesel e ampliar participação na do etanol.
- Três usinas de biodiesel da Petrobras no semi-árido com capacidade total de 170 milhões de litros/ano: Candeias/BA (inaugurada em 29jul/08), Quixadá/CE (inaugurada em 20ago/08)⁶ e Montes Claros/MG (em fase final de construção)⁷.

Atos normativos

- Lei 11.727/08 (álcool): nova sistemática de tributação; mais equilíbrio na repartição da carga entre produtores e distribuidores; desestímulo à fraude e sonegação.
- Decreto 6.573/08 (álcool): redução de Pis/Pasep e Cofins sobre venda de álcool. Créditos poderão ser descontados na aquisição de álcool anidro para adição à gasolina.
- Decreto 6.458/08 (biodiesel): reduziu a zero alíquotas de Pis/Pasep e Cofins para biodiesel de qualquer oleaginosa cultivada por agricultores familiares nas regiões N, NE e semi-árido (anteriormente, benefício era somente para mamona e palma).

Perspectivas 2008

- Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar em fase de conclusão⁸.
- Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (nov/08), em São Paulo.
- Diálogo prossegue entre trabalhadores e empresários sobre condições de trabalho.

Mais informações: <http://www.anp.gov.br/biocombustiveis/biocombustiveis.asp>

1 Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

2 Mistura B3 (3% de biodiesel no diesel) em vigor desde 1ºjul/08.

3 Revogada a homologação de 64,8 milhões de litros de quatro unidades produtoras: três da Brasil Ecodiesel (MA, BA e RS) e uma da Biobrás (MT). O cancelamento foi motivado pelo baixo desempenho dessas unidades nos leilões para fornecimento durante o 3ºtrim/08. Volume revogado será repostado, inicialmente, pelos volumes adquiridos para formação de estoques de segurança. Não obstante, está previsto para out/08 leilão para recomposição do volume até dez/08.

4 Preço médio ficou em R\$ 2,606 por litro, abaixo do valor dos leilões de abr/08 (R\$ 2,690).

5 Para a safra 2008/2009.

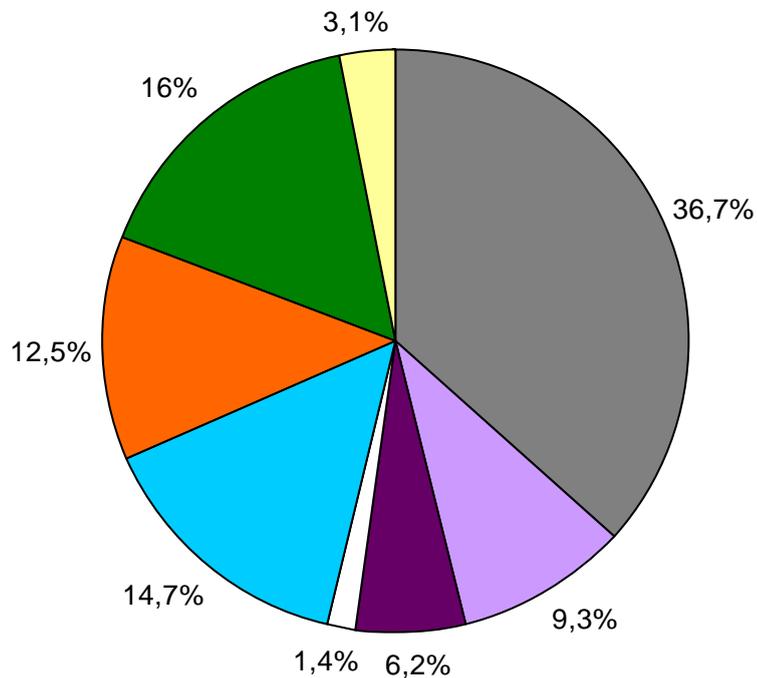
6 As usinas já inauguradas venderam, cada uma, 4 milhões de litros de biodiesel nos últimos leilões.

7 Inauguração prevista para o 2ºsem/08.

8 Na edição anterior, foi informado erroneamente que o zoneamento foi concluído em ago/08.

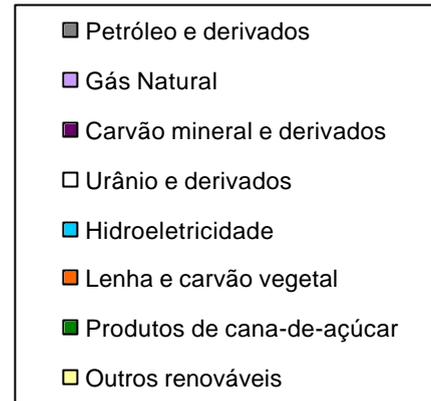
BIOCOMBUSTÍVEIS

Matriz Energética Brasileira - 2007

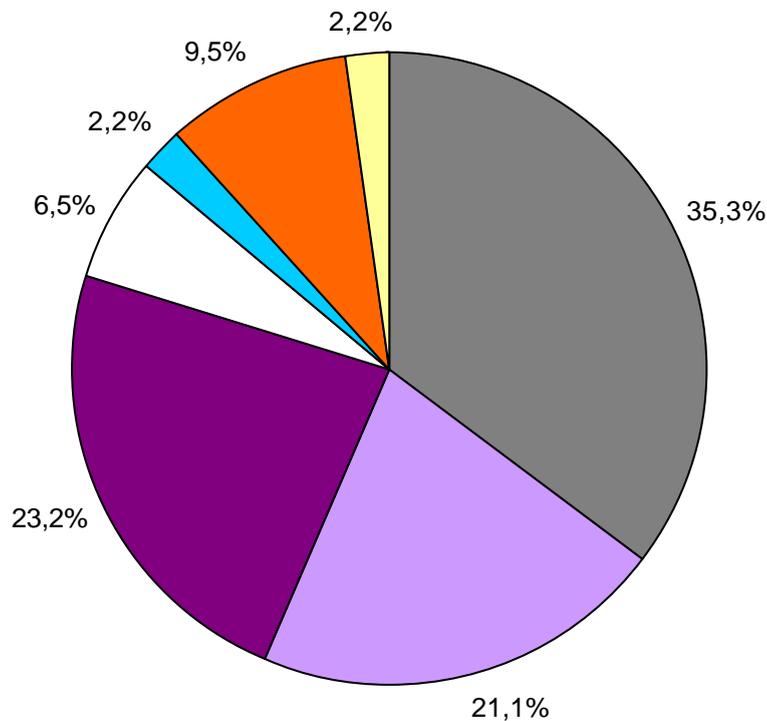


Hidráulica e Elétrica 14,7%
 Lenha e Carvão Veg. 12,5%
 Cana-de-açúcar 16,0%
 Outros renováveis 3,1%

Renováveis 46,4%
Não Renováveis 53,6%

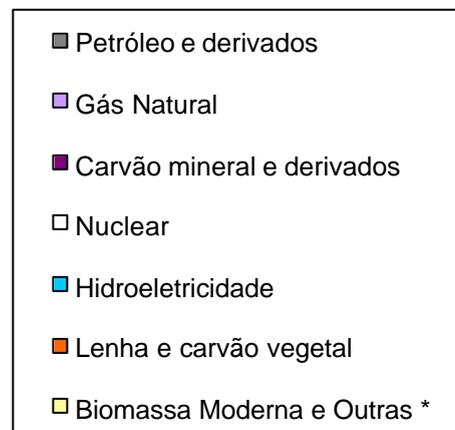


Matriz Energética Mundial - 2006



Hidroeletricidade 2,2%
 Lenha e Carvão Vegetal 9,5%
 Biomassa Moderna e Outras 2,2%

Renováveis 13,9%
Não Renováveis 86,1%



* Biomassa moderna: inclui derivados da cana-de-açúcar.
 Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE e ANEEL .

POLÍTICA EXTERNA

País defende seus interesses, amplia influência na política global e contribui para avançar processo de integração regional

Relações multilaterais

- 63ª Assembléia Geral da ONU: Brasil convoca países a combater crise financeira e alimentar, e as questões energética, ambiental e migratória e alerta para riscos que corre o comércio mundial. Ver íntegra do discurso do Presidente à pág. 68

América do Sul, Mercosul e Unasul¹

- Programa Mercosul Social e Participativo² promove interlocução entre o Governo Federal e organizações da sociedade civil sobre políticas públicas para Mercosul.
- Cúpula Extraordinária da Unasul reunida em 15set/08 avaliou situação na Bolívia. Declaração faz apelo ao diálogo como caminho para paz e prosperidade do povo boliviano, à preservação da “unidade nacional” e “integridade territorial”. Respalda governo legitimamente eleito e as instituições democráticas. Constituída comissão para investigar massacre no Departamento de Pando.
- Comunicado dos estados-membros do Mercosul e associados (1ºset/08) reafirma apoio à institucionalidade democrática no Paraguai e ao presidente Lugo.
- Integração energética e de infra-estrutura: Bolívia – financiamento do BNDES para construção da rodovia “Hacia el Norte”; Argentina – seminário empresarial (ago/08).
- Integração financeira com Argentina: cooperação entre bancos de investimento (BNDES e Bice³) e entre bancos centrais. Assinado convênio do Sistema de Pagamentos em Moeda Local.

Cooperação Sul-Sul

- Haiti: doação de US\$ 100 mil: auxílio humanitário aos afetados pelos furacões.
- Sede da Fiocruz na África (Moçambique): em 4set/08 foi assinado acordo que estabelece quadro jurídico para instalação.
- Angola: representantes brasileiros integram Missão de Observação Eleitoral da CPLP⁴ que assistiu às eleições legislativas no país (5set/08).

Meio ambiente

- Assinatura de Memorando de Entendimento com a Noruega para cooperação em combate ao aquecimento global, proteção da biodiversidade e fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

Países da Ásia e da Oceania

- Lançamento de Parceria Reforçada com a Austrália (ago/08). Objetivo: aprofundar cooperação em diversas áreas.
- Visita do Ministro das Relações Exteriores do Sri Lanka (15set/08): assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica – primeiro instrumento entre os dois países.

Outros

- Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo (25set/08): para Brasil, uma “preocupante escalada de medidas tomadas em âmbito europeu” que “reforçam predisposição negativa à migração”.

1 Unasul: União de Nações Sul-Americanas.

2 Decreto 6.547/2008 de 6out/08.

3 Banco de Inversión y Comercio Exterior – Argentina.

4 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

DEMOCRACIA

Estado promove transparência, fortalece órgãos de fiscalização e consolida participação social na implementação e execução de políticas públicas

Transparência e controle sobre gastos governamentais

- Portal da Transparência: mais de 707 milhões de registros sobre gastos de R\$ 4,7 tri, referentes a: beneficiários de programas sociais (17,5 milhões); recebedores de crédito (338 mil pessoas jurídicas e 1,6 milhão de pessoas físicas); portadores de cartão de pagamento (11,8 mil); programas sociais (413) e ações de governo (4,9 mil) em set/08. Acesse: www.portaltransparencia.gov.br
- Transparência: 378 órgãos e entidades têm páginas de transparência pública¹.
- CGU² mobilizou mais de 46 mil cidadãos em 958 municípios; capacitou 6,2 mil alunos nos cursos de educação a distância; sensibilizou mais de 180 mil estudantes sobre a importância do exercício da cidadania e do controle social. Acesse a cartilha: www.cgu.gov.br/Publicacoes/CartilhaOlhoVivo/index.asp
- Fiscalizados 1.451 municípios e 69 temas³ em 24 estados, definidos por sorteio, envolvendo R\$ 17 bi em recursos federais (até set/08).
- Combate à impunidade: 1.880 agentes punidos por envolvimento em práticas ilícitas – 1.627 demissões, 140 destituições de cargos em comissão e 113 cassações de aposentadorias, além de outros penalizados com suspensão ou advertência (2003 a set/08).
- Ouvidorias: instrumento para fortalecimento da cidadania na Administração Federal. Em 2008, com supervisão técnica da CGU, criadas sete novas unidades. Total: 145 unidades. Em 2003, eram apenas 40. Média de 1,9 milhão de manifestações anuais a todas as ouvidorias da Administração Federal. Acesse: www.cgu.gov.br/AreaOuvidoria/Arquivos/RelacaoOuvidoriasSetembro2008.pdf
- Obras do PAC⁴: CGU, em ago/08, sorteou 50 municípios para fiscalização nas áreas de saneamento e habitação (recursos da ordem de R\$ 320 mi).

Ampliação e aprimoramento de mecanismos de fiscalização e controle

- Realização de parcerias entre CGU, Ministério Público e Polícia Federal.
- Criação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro LAB-LD.
- RFB⁵: unifica dados e arrecadação; reduz sonegação.
- Decreto 6.370/08: aprimoramento do Cartão de Pagamento do Governo Federal.
- Decreto 6.428/08: convênios e contratos de repasse com recursos voluntários da União somente serão celebrados e operacionalizados no Portal de Convênios⁶.

Participação social e controle Social

- Criação, recriação e consolidação de conselhos nacionais. Realização de conferências nacionais para aprimorar políticas públicas (ver pág. 79).
- Realização de Fóruns de Debates: www.brasil.gov.br/participacao_popular/forum/
- Pluralidade social na agenda do Presidente da República.

1 Dado de 14set/08.

2 Controladoria-Geral da União.

3 Por exemplo: saúde, educação, programas sociais, entre outros.

4 Programa Aceleração do Crescimento.

5 Receita Federal do Brasil.

6 www.convenios.gov.br/portal/

2 – PROGRAMAS 2007 E 2008

Índice

Tema	Página
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – 22jan/07	18
Cidadania e Inclusão Social	20
Bolsa Família – Agenda Social	21
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – 24abr/07	22
Plano Nacional de Turismo – PNT – 13jun/07	24
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci – 20ago/07	25
Prog. Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social – 5set/07	26
PAC Funasa – 19set/07	27
Povos Indígenas – Agenda Social – 21set/07	28
Pessoas com Deficiência – Agenda Social – 26set/07	29
Mais Cultura – Agenda Social – 4out/07	30
Criança e Adolescente – Agenda Social – 11out/07	31
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação – 20nov/07	32
Quilombolas – Agenda Social – 20nov/07	33
Mais Saúde – 5dez/07	34
Registro Civil de Nascimento e Doc. Civil Básica – Agenda Social – 6dez/07	35
Territórios da Cidadania – Agenda Social – 24fev/08	36
Reforma Tributária – enviada ao Congresso Nacional - 28fev/08	38
Mulheres – Agenda Social – 5mar/08	39
PAC Embrapa – 23abr/08	40
Plano da Amazônia Sustentável – PAS – 8mai/08	41
Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP – 12mai/08	42
Mais Alimentos – 3jul/08	43
Mais Pesca e Aqüicultura – 29jul/08	44

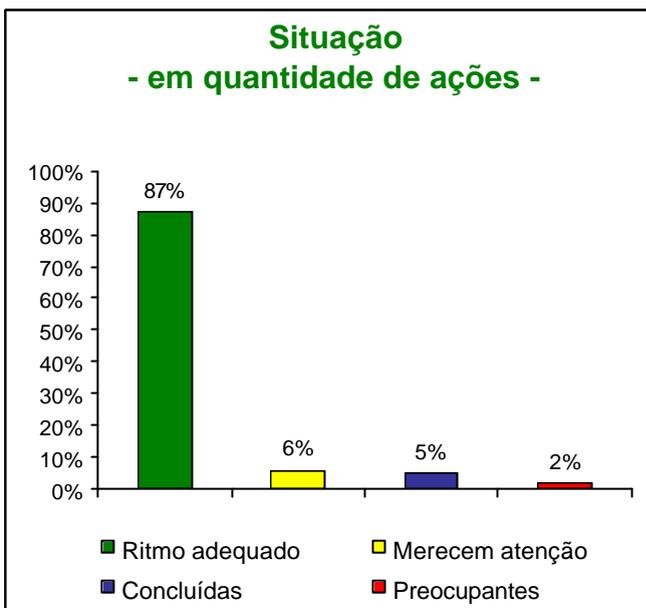
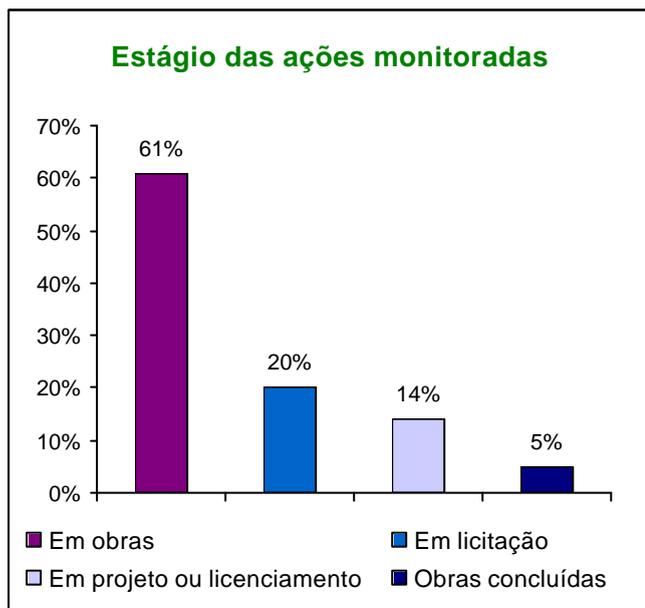
PAC – CRESCIMENTO ACELERADO

Balanço de 16 meses aponta 61% de obras em execução e 87% de ações em ritmo adequado

Programa de Aceleração do Crescimento

- Prevê investimentos de R\$ 503,9 bi até 2010, divididos em três eixos: logística (R\$ 58,3 bi), energia (R\$ 274,8 bi) e social e urbano (R\$ 170,8 bi).
- Garante significativas desonerações de tributos e medidas fiscais de longo prazo para incentivar investimentos. Desonerações previstas para 2007 e 2008 ultrapassam R\$ 16 bi.

Balanço de 16 meses, divulgado em 4jun/08¹



- Além do monitoramento pela Casa Civil, AGU² acompanha 619 ações desde jun/07.

Recursos

- Destinados R\$ 32,27 bi (2007-2008):
 - R\$ 20,4 bi empenhados até 31mai/08 (62% do total): 7,3 vezes maior que o mesmo período em 2007).
- Pagos R\$ 14 bi até 31ago/08.

Licenciamento ambiental

- Ibama emitiu 31 licenças em 2008, nove delas com a participação da Funai.

Mais informações: www.brasil.gov.br/pac

¹ Ritmo adequado: com cronograma em dia e riscos administrados. Merecem atenção: cronograma em dia e risco potencial ou com pequeno atraso e/ou com significativo atraso no cronograma. Preocupantes: com elevado risco, independentemente do cronograma ou com significativo atraso no cronograma.

² Advocacia Geral da União.

PAC – AÇÕES CONCLUÍDAS

88 ações concluídas – R\$ 10,1 bi – até 30abr/08¹

Logística: 13 ações, R\$ 798 mi

- Rodovias: 166 km, R\$ 158 mi.
 - BR-101/PE – Acesso ao Cabo e adequação.
 - BR-060-DF/GO – Trecho GO: duplicação.
 - BR-050/MG – Uberaba-Uberlândia: duplicação.
- Portos: R\$ 12,7 mi.
 - Terminal Salineiro de Areia Branca/RN: potencializa sistema de atracação.
 - Porto Hidroviário de Nhamundá/AM: construção.
- Marinha Mercante: cinco lotes, 34 embarcações, R\$ 415 mi.
 - Oito no RJ; 12 em SC; 10 no AM; um no RS; três em SP.
- Aeroportos: R\$ 212 mi.
 - Congonhas (São Paulo/SP): reforma, adequação e modernização de terminal de passageiros e pista.
 - Santos Dumont (Rio de Janeiro/RJ): reforma e ampliação de terminal de passageiros, pistas e pátios.
 - Presidente Castro Pinto (João Pessoa/PB): reforma e ampliação de terminal de passageiros e reforço de pista de pouso.

Energia: 75 ações, R\$ 9,3 bi

- Geração de Energia: 790 MW, R\$ 1,7 bi.
 - Usina Hidrelétrica Castro Alves/RS – 130 MW; Usina Termelétrica Canoas/RS – conversão – 90 MW; Usinas Termelétricas Biomassa – 140 MW (Santa Isabel/SP, Interlagos/SP, São João Biogás /SP, Quirinópolis/GO).
- Transmissão de Energia: 2.824 km, R\$ 1,9 bi.
 - Interligação Norte-Sul III (Marabá/PA-Colinas/GO-Serra da Mesa/GO-Samambaia/DF); Luziânia/GO-Emborcação/GO; Itutinga/MG-Juiz de Fora/MG; Rio do Sul/SC-Barra Grande/PR; Milagres/CE-Tauá/CE; Irapé/MG-Araçuaí/MG; Machadinho/RS-Campos Novos/SC.
- Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: 19 usinas; 568,5 MW.
- Campos de Petróleo e Gás Natural: R\$ 1,2 bi.
 - Peroá, fase 2/ES; Espadarte Módulo 2/RJ; Manati/BA.
- Petroquímica: R\$ 610 mi.
 - Petroquímica Paulínia/SP.
- Gasodutos: 433 km; R\$ 890 mi.
 - Cabiúnas/RJ-Vitória/ES: 303 km – fev/08.
 - Cacimbas/ES-Vitória/ES: 130 km – nov/07.
- Combustíveis renováveis: 26 bilhões de litros/ano; R\$ 3 bi.
 - Biodiesel, 18 usinas; etanol, 17 usinas.

¹ Novo balanço do PAC em nov/08.

CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

Novas políticas públicas reafirmam compromisso de levar dignidade e uma vida melhor para mais brasileiros

Políticas Sociais

- Em 2007, a partir da experiência acumulada com as políticas desenvolvidas na área social, foram elaborados e apresentados à sociedade:
 - Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – lançado em 24abr/07.
 - Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci – lançado em 20ago/07.
 - Agenda Social adotada na reunião ministerial de 30ago/07.
 - Programa Mais Saúde – lançado em 5dez/07.

Agenda Social – objetivos

- Consolidar política garantidora de direitos.
 - Reduzir ainda mais as desigualdades sociais e promover oportunidades às famílias pobres.
- Buscar a gestão integrada das políticas.
- Aprofundar a pactuação federada entre União, estados e municípios.

Eixos

- 1. Redução das desigualdades:
 - Bolsa Família – geração de oportunidades às famílias beneficiárias – lançado em 2003.
 - Territórios da Cidadania – combate à pobreza rural – lançado em 24fev/08.
- 2. Juventude:
 - ProJovem – lançado em 5set/07.
- 3. Direitos da Cidadania:
 - Mulheres – lançado em 5mar/08.
 - Quilombolas – lançado em 20nov/07.
 - Povos Indígenas – lançado em 21set/07.
 - Criança e Adolescente – lançado em 11out/07.
 - Pessoas com Deficiência – lançado em 26set/07.
 - Registro Civil de Nascimento – lançado em 6dez/07.
 - Povos e Comunidades Tradicionais – a ser lançado.
- 4. Cultura:
 - Mais Cultura – lançado em 4out/07

BOLSA FAMÍLIA

Abertas inscrições para cursos de qualificação profissional para famílias selecionadas do programa

Características

- Criado em out/03, beneficia 11,1 milhões de famílias em todos os municípios.
- Foco prioritário a grupos mais vulneráveis: indígenas, quilombolas, libertos de situação similar à escravidão e famílias com crianças no trabalho. Revisão permanente do cadastro.
- Mais de 13 milhões de alunos beneficiários (6 a 17 anos) com frequência escolar informada (85% do total) e mais de 6 milhões de famílias acompanhadas pela saúde.
- Contribuiu com 21% da queda da desigualdade entre 2003/05.
- Contribui para reduzir desnutrição e mortalidade infantis e promove segurança alimentar e nutricional.
- Benefício gera dinamismo na economia local.
- Mais poder às mulheres, pois são elas que recebem o benefício.
- Estudos mostram que não há acomodação das famílias beneficiárias.

2007 – 2010

- Recomposição do valor do benefício: 18,25% em ago/07 e mais 8% em jul/08. Benefício médio passou de R\$ 62 para R\$ 85; o máximo, de R\$ 95 para R\$ 182.
- A partir de mar/08, foi expandido para adolescentes de 16 a 17 anos, desde que freqüentem escola (1,7 milhão já atendidos).
- Inclusão bancária: ampliação de pontos de pagamento em regiões longínquas e de difícil acesso. 812 mil famílias recebem benefícios em contas bancárias.
- 622 mil benefícios bloqueados em set/08 após auditoria anual que comparou renda informada pelas famílias com a registrada na Rais¹. Até dez/08, municípios revisarão cadastro dessas famílias.
- Mais de 2 milhões de famílias deixaram programa por aumento na renda ou auditoria.
- R\$ 155 mi repassados aos municípios em 2008 para apoiar boa gestão descentralizada, por meio do Índice de Gestão Descentralizada².
- Prêmio Boas Práticas de Gestão: inscritas 691 experiências em estados e municípios, sendo 35% delas na área de ações complementares.
- Prêmio e Mostra de Estudos lançado para conhecer, sistematizar e divulgar o que vem sendo produzido sobre o programa. Inscrição aberta até 27out/08³.

Geração de oportunidades às famílias

- Plano Setorial de Qualificação Profissional Bolsa Família – PlanseQBF⁴: qualificação e inserção profissional para membros de famílias do programa em obras do PAC. Na construção civil serão atendidos 185 mil beneficiários. Famílias convidadas para inscrição no Sistema Nacional de Emprego – Sine em out/08.
- Prioridade nos programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.

Mais informações: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

1 Rais – Relação Anual de Informações Sociais.

2 Indicador sintético que mede a qualidade da gestão municipal do programa e garante o repasse mensal de recursos.

3 Mais informações: www.mds.gov.br/sites/premio-e-mostra-de-estudos-sobre-o-bolsa-familia.

4 Executado pelo MTE e MDS com empresários, trabalhadores e três esferas de governo.

PDE – EDUCAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

Apoio técnico e financeiro à rede pública de ensino para ampliar oferta de atendimento educacional especializado

Educação Básica

- **Adesão federativa ao Plano: todos os estados, DF e todos os municípios.**
- Professores: plano estratégico cria Sistema Nacional de Formação.
 - Piso nacional para professores de escolas públicas: R\$ 950 (Lei 11.738/08).
 - UAB¹: expansão e interiorização da oferta de cursos de educação superior a distância, de graduação e cursos de formação continuada.
 - Pibid²: bolsas para alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e, após graduados, atuem no magistério.
- Avaliação de alunos:
 - Educacenso: de escolas públicas e privadas, docentes, auxiliares e estudantes.
 - Ideb³: qualidade da educação, considerando indicadores de fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações do Inep⁴ (Saeb⁵ e Prova Brasil).
 - Provinha Brasil: alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental.
 - Prova Brasil: 4ª e 8ª séries (5º e 9º ano) do ensino fundamental de escolas públicas urbanas com mais de 20 alunos.
- Apoio ao aluno e à escola pública:
 - Fundeb⁶: financia educação básica, da creche ao ensino médio.
 - Ensino Fundamental de nove anos: implantação obrigatória a estados, municípios e DF até 2010 (Lei 11.274/06).
 - ProInfância: construção e reestruturação de creches e pré-escolas.
 - Caminho da Escola: renovação, ampliação e padronização de frota escolar.
 - Proinfo: laboratórios de informática, internet banda larga e Gesac⁷.
- Olimpíadas: melhoria do ensino e aprendizagem de leitura, escrita e matemática.
- **Apoio técnico e financeiro para ampliar atendimento educacional especializado (Decreto 6.571/08)⁸. Dotação orçamentária de 2008: R\$ 78,5 mi.**

Alfabetização e Educação Continuada

- Brasil Alfabetizado: para brasileiros de 15 anos ou mais.

Educação Profissional e Tecnológica

- Expansão da Rede Federal: implantação de novas escolas.
- Institutos Federais: reorganização enfatiza oferta em nível médio e licenciaturas.

Educação Superior – expansão

- Criação de novos campi. Reuni⁹: melhor aproveitamento de instalações e recursos humanos das federais. Prouni: bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda. Fies¹⁰: financia ensino superior para estudantes de instituições privadas.

Mais informações: mecsrv04.mec.gov.br/pde1ano

1 - UAB: Universidade Aberta do Brasil. 2 - Pibid: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. 3 - Ideb: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. 4 - Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 5 - Saeb: Sistema de Avaliação da Educação Básica. 6 - Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. 7 - Gesac: Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão. 8 - Alunos da rede pública com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação. 9 - Reuni: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. 10 - Fies: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

PDE – METAS E RESULTADOS

Programas e Ações	Metas	Realizado (set/08)
Educação Básica		
Universidade Aberta do Brasil	850 pólos (2011)	555 pólos
Pibid	9.200 bolsas/ano	Edital lançado em jan/08
Ideb	Médias 6,0 (até 4ª série), 5,5 (5ª a 8ª séries) e 5,2 (ensino médio) até 2021	2007: já alcançadas médias previstas para 2009 (4,2; 3,8 e 3,5)
Fundeb	União participa com 10% do fundo de 2010 a 2020	Investimento de R\$ 3,2 bi (2008)
Ensino Fundamental de 9 anos (pública e privada)	Alcançar todos estados, municípios e DF até 2010	2007: 44% de matrículas nesse regime
ProInfância	500 creches/ano¹	2007 e 2008: 955 creches conveniadas
Caminho da Escola (ônibus escolar)	15.000 veículos até 2011	1.785 veículos: 634 com recursos MEC, 287 dos municípios, e 864 do BNDES
Proinfo (laboratórios de informática e conexão à internet)	29 mil laboratórios em 2008, 40 mil em 2009 e 45 mil em 2010; 22 mil conexões em 2008, 22 mil em 2009 e 11 mil em 2010	9.721 laboratórios de informática instalados (2.400 rurais e 7.321 urbanos) e 9.130 escolas conectadas (banda larga)
Olimpíadas 2008		Matemática: 18,3 milhões de estudantes inscritos; Português: 6,1 milhões
Alfabetização e educação continuada		
Brasil Alfabetizado	1,5 milhão alfabetizando/ano	2003-2007: 8 milhões de alunos
Educação Profissional e Tecnológica		
Expansão do ensino técnico	214 novas escolas técnicas (2010)	2003-2007: 64 criadas (53 funcionando); 2007-2008: 150 criadas: 95 em ação preparatória; 33 com obras em andamento e 22 com obras concluídas (20 funcionando)
Educação Superior		
Novas universidades	16 universidades federais, sendo uma em cooperação com países africanos de Língua Portuguesa e outra com latino-americanos	12 já funcionando, 3 em tramitação e 1 a ser encaminhada ao Congresso
Novos campi	95 campi²	61 funcionando³ e 34 em preparação
Reuni	Ampliar de 124 mil vagas/ano (2002) para 229 mil (2012)	100% de adesão das instituições federais
Prouni	720 mil bolsas até 2011	434 mil bolsas desde ago/05
Fies	400 mil contratos até 2011	48 mil contratos em 2007

1 MEC aumentou meta de 200 creches/ano para 500 creches/ano.

2 MEC aumentou meta de 88 campi para 95 campi.

3 Quantidade de campi em funcionamento caiu de 86 para 61 devido à reclassificação da situação pelo MEC.

PNT – PLANO NACIONAL DE TURISMO

Mais de R\$ 30 mi para obras de infra-estrutura nos municípios, Parques Nacionais e Museus, inserindo-os no roteiro turístico do país

2º Plano Nacional de Turismo – PNT (2007-2010)

- Lançado em 13jun/07 para melhorar qualidade dos produtos turísticos, promover inclusão social no turismo e competitividade do Brasil no setor.
- Investimentos: R\$ 5,63 bi para infra-estrutura (exemplo: pavimentação; melhoria de rodoviárias e aeroportos; construção de centros de atendimento ao turista) e R\$ 1 bi para promoção de destinos turísticos no Brasil e no exterior.
- Metas até 2010: Promover 217 milhões de viagens/ano no mercado interno; gerar US\$ 7,7 bi/ano em divisas e 1,7 milhão de novos empregos e ocupações; e estruturar 65 destinos turísticos, indutores do desenvolvimento turístico regional, com padrão de qualidade internacional.

Realizações

- Lançada mundialmente, em 22set/08, em Nova York, a campanha “Brasil, Sensacional!”, US\$ 88 mi, até junho de 2010, para campanhas publicitárias de divulgação turística do Brasil em 12 países prioritários¹.
- Diagnóstico dos 65 destinos prioritários e sua competitividade turística.
- Obras de infra-estrutura turística em todos os estados: R\$ 888,9 mi empenhados em 2008 para atender 1862 municípios.
- Lançada, em 25ago/08, a primeira fase do Programa de Qualificação de Museus para o Turismo (Ministérios do Turismo e da Cultura): R\$ 2 mi para capacitação de profissionais, divulgação e melhoria da infra-estrutura de sete museus².
- Lançado, em 3set/08, o Programa Turismo nos Parques (Ministérios do Meio Ambiente e Turismo): Serão investidos, na primeira fase, R\$ 28 mi para obras de infra-estrutura turística de seis parques nacionais³.
- Prodetur Nacional: linha de crédito de US\$ 1 bi do BID aberta aos governos estaduais para projetos de desenvolvimento local do turismo⁴.

1º Plano Nacional de Turismo – PNT (2003-2007)

- Desembarques domésticos: de 30,7 milhões em 2003 para 50 milhões em 2007, somando quase 207 milhões nos últimos cinco anos.
- Entrada de divisas: de US\$ 2,5 bi em 2003 para US\$ 4,9 bi em 2007, totalizando cerca de US\$ 19 bi desde a criação do PNT.

Outros destaques do setor

- Lei Geral do Turismo: sancionada pelo Presidente da República em 17set/08.
- Programa Viaja Mais Melhor Idade - 2ª fase: pacotes especiais para pessoas com 60 anos ou mais, aposentados ou pensionistas, e desconto de 50% em hospedagem⁵: 140 mil pacotes vendidos em 2008.

Mais informações www.turismo.gov.br/

1 EUA, Reino Unido, Canadá, Argentina, Chile, Peru, Alemanha, Portugal, Espanha, França, Holanda e Itália.

2 Museu de Arte Sacra da UFBA (BA), Casa das Artes do Divino (Pirenópolis/GO), Museu da Inconfidência (Ouro Preto/MG), Museu Emílio Goeldi (Belém/PA), Museu do Homem do Nordeste (Recife/PE), Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro/RJ) e Museu Oceanográfico (Rio Grande/RS).

3 Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), Aparados da Serra (RS), Chapada dos Veadeiros (GO), Lençóis Maranhenses (MA), Jaú (AM) e Serra da Capivara (PI).

4 Prodetur: Programa de Desenvolvimento do Turismo. BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

5 Modalidade do “Portal de Hospedagem” (parceria com o Sebrae): um completo guia on-line: www.portaldehospedagem.com.br

PRONASCI

Articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir causas que levam à violência

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci

- R\$ 6,7 bi até 2012 no combate ao crime e em apoio a jovens ameaçados de cair na delinqüência. Prevê participação das comunidades. **Investidos R\$ 935 mi até set/08.**
- Prioridade a 19 regiões¹ com maiores índices de violência e criminalidade juvenil: regiões metropolitanas de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília e entorno (DF e GO), Curitiba (PR), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP), Vitória (ES), Fortaleza (CE) e estados do Maranhão, Acre, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

Modernização das instituições

- Força Nacional de Segurança Pública articulada com polícias estaduais:
 - **Batalhão Especial de Pronto Emprego criado com 550 homens aquarterlados.**
 - Oito mil homens formados atuaram em oito estados². Atual: 696 atuando.

Formação e valorização de profissionais

- Cursos de formação para profissionais de segurança pública:
 - Bolsa Formação de R\$ 400 mensais. Beneficiados: 27.912³ (set/08). R\$ 11 mi.
 - Expansão da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). 81 instituições de ensino superior cadastradas, 2,4 mil cursando.
 - Cursos de ensino a distância. Meta 2008: capacitação de 240 mil profissionais. **272 mil policiais já cursaram (set/08). 130 mil inscrições na 4ª turma.**
- Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública. Unidades entregues: RS – 155; AL – 20; RJ – 1.000 (out/08).

Programas locais

- **Território de Paz:** Criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM) em 73 dos 84 municípios prioritários com gabinetes já em funcionamento, dos quais 55 com videomonitoramento e observatório. R\$ 51,3 mi investidos.
- Polícia Comunitária: capacitação de policiais para atuarem em núcleos locais.

Acesso dos jovens e da família às políticas sociais

- **Protejo**⁴: assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam nas ruas, com bolsa de R\$ 100, durante um ano: 68 mil jovens a serem beneficiados até 2011.
- Projeto Mulheres da Paz: capacitação de lideranças femininas para abordagem de jovens em risco e encaminhamento a programas sociais e educacionais do Pronasci, com bolsa de R\$ 190, durante um ano: 12 mil mulheres até 2011.

Recuperação de equipamentos, espaços seguros e urbanização

- PAC: infra-estrutura, habitação e saneamento nas comunidades do Pronasci.

Mais informações: www.mj.gov.br/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRIE.htm

1 Em relação à edição anterior de Destaques, três novos estados aderiram ao Programa: RN, SE e TO. Estão contados separadamente como regiões: DF e GO.

2 Rio de Janeiro, Maranhão, Alagoas, Pará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Roraima e Rondônia.

3 Nas edições anteriores, o número utilizado referia-se a policiais cadastrados no sistema, aguardando aprovação. Em ago/08, 69,8 mil policiais estavam cadastrados. Em set/08, são 76,6 mil.

4 Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável.

PROJOVEM

Mais de 850 mil vagas em 2008 para elevar o nível educacional e a qualificação profissional e promover a inclusão social de jovens

Desafio

- Brasil: 50,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Cerca de 4,5 milhões fora da escola, não concluíram ensino fundamental e desempregados (PNAD 2005).

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens¹

- Oferece oportunidade de elevação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento humano; articula, integra e amplia programas para juventude.
- Recursos: R\$ 5,2 bi até 2010. Em 2008, previstos cerca de R\$ 1,2 bi (LOA 2008). Meta até 2010: oferecer 3,5 milhões de vagas, em quatro modalidades.

1 – ProJovem Adolescente

- Público: 15 a 17 anos, de famílias beneficiárias do Bolsa Família, egresso ou em cumprimento de medidas socioeducativas ou de proteção, ou de programas de erradicação do trabalho infantil (Peti) ou de combate a abuso e exploração sexual.
- Oferece atividades socioeducativas durante 24 meses. Adicional de até dois benefícios de R\$ 30 por família.
- Primeira etapa de adesão finalizada, com 446.950 vagas em 2.830 municípios².

2 – ProJovem Urbano

- Público: 18 a 29 anos que lê e escreve, mas não concluiu ensino fundamental.
- Objetivo: elevar escolaridade, com conclusão do ensino fundamental associada à qualificação profissional e participação social e cidadã. Benefício de R\$ 100/mês, por até 20 meses.
- Meta 2008: 316.655 vagas em 102 municípios com mais de 200 mil habitantes em 22 estados. Matrículas em jun-jul e nov-dez/08.

3 – ProJovem Campo/Saberes da Terra

- Público: agricultores familiares de 18 a 29 anos.
- Objetivo: elevar escolaridade, com conclusão do ensino fundamental e qualificação social e profissional, formação para desenvolvimento sustentável e solidário, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade e calendário adaptado a ciclo agrícola. Benefício: R\$ 100 a cada dois meses, durante 24 meses.
- Meta 2008: 35 mil jovens em 21 estados.

4 – ProJovem Trabalhador

- Público: 18 a 29 anos, desempregado, de família com renda per capita de até um salário mínimo.
- Prepara jovem para o trabalho. Benefício: R\$ 100/mês, por seis meses.
- Meta 2008: 147.076 jovens beneficiados, por meio de convênios com 32 municípios, oito estados e 30 entidades privadas sem fins lucrativos.

Mais informações: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/ProJ/

¹ Lei 11.692, de 10jun/08.

² Houve ampliação de vagas em relação ao mês anterior.

PAC FUNASA

R\$ 4 bi para saneamento básico em pequenas comunidades, áreas quilombolas, indígenas, assentamentos e áreas de interesse epidemiológico

Resumo das realizações

- Até 1ºout/08, selecionados 4.439 projetos (R\$ 3,3 bi); 2.917 contratados (R\$ 2,2 bi).
- **Redes de água, esgoto, coleta de lixo e limpeza urbana: 229 obras concluídas (áreas indígenas); 344 em andamento; 2.344 em preparação.**
- Abastecimento de água, esgoto, melhoria sanitária e resíduo sólido: R\$ 1,8 bi contratados (692.942 famílias, 834 municípios).

Comunidades quilombolas

- Metas: entre 2007-10, 380 comunidades (R\$ 170 mi, cerca de 50 mil famílias). Contratado: 120 comunidades em 54 municípios (R\$ 31,3 mi, 10.682 famílias).

Áreas indígenas

- Metas: elevar cobertura de abastecimento de água em 2.100 aldeias, de 62% para 90%, e dobrar a de esgoto, de 30% para 60%. Entre 2007-10: R\$ 200 mi.
- Executado: em 2007, R\$ 33,8 mi (183 municípios, 16.450 famílias). Contratado em 2008: R\$ 9,5 mi.

Áreas de interesse epidemiológico

- Doença de Chagas – meta: 622 municípios (R\$ 280 mi). 2007: 190 municípios (R\$ 79,3 mi). 2008: 123 municípios (R\$ 30,5 mi).
- Malária – meta: 31 municípios da Amazônia. 2007-08: 29 municípios (R\$ 108,3 mi, 96.892 famílias).

Municípios de até 50 mil habitantes

	2007		2008		Meta até 2010	
	Municípios	Valor (R\$ mi)	Municípios	Valor (R\$ mi)	Municípios	Valor (R\$ mi)
Água	252	164,4	582	480,5	1.326	1.000
Esgoto	120	309,2	180	479,5	488	1.200
Melhoria sanitária domiciliar	185	109,4	241	131,2	500	280
Resíduos sólidos¹	-	-	3	1,7	8	4,3

Programa Nacional de Saneamento Rural (pequenas comunidades)

- Água e esgoto para 75 mil famílias em comunidades até 2.500 habitantes, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e 889 escolas.
- Executado: em 2007, 289 escolas (R\$ 12,9 mi) e 656 comunidades (R\$ 53,9 mi). Total: 33.049 famílias beneficiadas.

Apoio ao controle da qualidade da água para consumo

- Objetivo: melhorar qualidade com adoção de boas práticas de operação, manutenção e monitoramento de sistemas de abastecimento.
- Meta: implantar 25 unidades regionais de controle. Investimentos previstos: R\$ 70 mi.
- Executado: em 2007, quatro unidades (R\$ 6,7 mi).

Mais informações: www.funasa.gov.br/

¹ Apenas municípios da bacia do Rio São Francisco.

POVOS INDÍGENAS

Resgate cultural, proteção das terras e inclusão social levam cidadania e dignidade para mais índios

Características

- Orçamento: R\$ 114 mi para triênio 2008-10¹.
- Ações para garantir direitos, proteção das terras e promoção social dos índios, considerando especificidades culturais e territoriais. Estruturam-se em torno de três programas, sob a coordenação da Funai:
 1. Proteção das Terras Indígenas: regularização fundiária, implantação de territórios indígenas da cidadania (Alto Rio Negro/AM, Cone Sul/MS e Raposa Serra do Sol-São Marcos/RR²), gestão ambiental e territorial, recuperação de áreas degradadas e proteção de povos isolados³.
 2. Promoção dos Povos Indígenas: documentação e valorização da língua e do patrimônio cultural, implantação de três pontos de cultura e auto-sustentação econômica.
 3. Qualidade de vida: incluir índios (aldeados e de zonas urbanas) em programas sociais do Governo Federal⁴, observando especificidades culturais da cada povo; promover exercício do controle social.

Metas 2008 e realizações

- **Demarcação de 41 terras: 22 concluídas, seis iniciadas, dez em processo de licitação e três impedidas por processos judiciais e/ou conflito agrário.**
- Meta até 2010: demarcação de 127 terras.
- Território da Cidadania do Alto Rio Negro (AM): implantado.
- Indenização e reassentamento de três mil famílias.
- Fomentar projetos econômicos de auto-sustentação dos povos em todas as regiões do país.
- Constituir parcerias com órgãos apoiadores para documentar e fortalecer 20 línguas indígenas ameaçadas de desaparecimento.
- Aprovar projeto de lei do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI). Enviado ao Congresso em 12jun/08; em tramitação na Câmara dos Deputados.
- Iniciar implementação do sistema de indicadores de qualidade de vida dos povos indígenas e gestão governamental.

Cenário atual

- Indígenas aldeados: 440 mil (estimativa).
- Etnias: 220; línguas: 180; referências de povos indígenas isolados: 63.
- Terras indígenas: 654 (12,5% do território nacional e 22% da Amazônia Legal).

Raposa Serra do Sol

- Iniciado julgamento no STF. Interrompido em virtude de pedido de vista ao processo.

Mais informações: www.funai.gov.br/

1 Orçamento inicial de R\$ 305 mi foi alterado devido a contingenciamento.

2 Raposa Serra do Sol e São Marcos são terras indígenas vizinhas e, por isso, compõem o mesmo território.

3 Povos que não têm contato com a sociedade e são preservados.

4 Bolsa Família, Benefício de Proteção Continuada (BPC), Cesta de Alimentos, Carteira Indígena, Cisternas, Luz para Todos e Salário-Maternidade.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Equiparação de oportunidades e ampliação de acessibilidade a serviço da inclusão social e da promoção da cidadania

Contexto

- Censo IBGE 2000: 25 milhões de brasileiros têm alguma deficiência; 70% vivem abaixo da linha da pobreza; 33% são analfabetos ou têm até três anos de escolaridade; 90% estão fora do mercado de trabalho.

Orçamento (2008-10)

- R\$ 1,7 bi para ações voltadas a beneficiários do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC e alunos da educação básica.

Realizações

- Comitê Gestor¹ em funcionamento; adesão formal de 18 estados e 83 municípios.
- Financiamento da Caixa: até R\$ 10 mil para recursos tecnológicos de uso pessoal².
- Concessão de órteses e próteses³: implantação de oficinas ortopédicas e capacitação de profissionais em instituições de ensino e de pesquisa⁴.
- Acessibilidade nos transportes: veículos, estações, terminais e entorno de escolas:
 - Estações metroferroviárias: três em adaptação (CE, PE e BA). Meta 2008: 30.
 - Definidas as especificações técnicas para fabricação de veículos acessíveis de características urbanas para transporte coletivo de passageiros⁵.
- Acessibilidade nas escolas públicas de educação básica:
 - Implantadas, em 2007, 625 salas de recursos multifuncionais⁶ em escolas públicas. Meta: mais 4.300 em 2008.
 - Projeto Livro Acessível⁷: R\$ 1,5 mi contratados pelo MEC.
 - Programa BPC na Escola: inclusão escolar de crianças e adolescentes beneficiários do BPC (já aderiram 2.633 municípios).
 - Decreto 6.571/08: permitida matrícula, na educação regular, de alunos que recebem atendimento educacional especializado.
- Inserção no mercado de trabalho, garantindo o cumprimento da legislação⁸:
 - Realizado seminário com empresários para conscientização sobre cotas para pessoas com deficiência (Ministério do Trabalho, jul/08).
 - Preenchidas 22.314 vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho em 2007 e 15.138 até agosto de 2008.
 - Aprovada Lei do Estágio: 10% das vagas para pessoas com deficiência.
 - Pactuada com BNDES linha de financiamento para empresários que desejem recursos para adequação do ambiente de trabalho.

Mais informações: http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/pps/APRES_PLANALTO26-9.ppt

1 Composto por Secretaria Especial de Direitos Humanos (coordenação) e Ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cidades, Trabalho e Emprego e Planejamento.

2 Aparelho ortopédico, cadeiras de roda e banho, aparelho auditivo, prótese, impressora em braille, camas motorizadas, inaladores, andadores, calculadora especial, relógios em braille e falados, teclado especial, adaptação de veículos.

3 Prótese: dispositivo que substitui um membro, órgão ou parte dele; órtese: dispositivos ortopédicos de uso externo, destinado a alinhar, prevenir ou corrigir deformidades ou melhorar função das partes.

4 Diferentemente do publicado na edição anterior, ainda não há unidades em implantação, e o Ministério da Saúde – e não o BNDES – assumirá o investimento.

5 Resolução do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro) nº 6, de 16set/08.

6 Máquina de escrever em braille, computador com software leitor de tela, scanner e dicionário digital em libras.

7 Livros com conteúdo e recursos adaptados a pessoas com deficiência.

8 Lei 8.213, de 24jul/91, determina reserva de 2% a 5% dos postos de trabalho em empresas com 100 ou mais empregados.

MAIS CULTURA

Promover acesso à cultura e à diversidade por meio da ampliação de recursos e a valorização das manifestações regionais

O programa

- Objetivo: dar acesso a bens culturais e meios de expressão artística; promover diversidade e produção cultural local; gerar emprego e renda.
- Orçamento 2007-2010: R\$ 4,7 bi: R\$ 2,2 bi da União e R\$ 2,5 bi em parcerias, contrapartidas, financiamentos e patrocínios.
- Prioridade: 2.615 municípios com menores IDH e Ideb¹ e beneficiários do Bolsa Família; regiões do Pronasci com maiores índices de homicídios; quilombolas; indígenas; comunidades tradicionais; Territórios da Cidadania; regiões do semi-árido e da bacia do Rio São Francisco; BR-163; e 1.790 escolas.

Metas e realizações

- Pontos de Cultura: 742 pontos já implantados. Convênios com 23 estados² e quatro municípios³ para instalação de mais 1.298 pontos. Publicados sete novos editais para a seleção de mais 467 pontos. Meta 2008: dois mil pontos.
- Pontinhos de Cultura: lançado em 30set/08 edital inédito de seleção de espaços públicos que desenvolvam atividades lúdicas, culturais e de lazer para público infanto-juvenil. R\$ 3,6 mi para 200 unidades (R\$ 18 mil cada).
- Bibliotecas públicas
 - Zerar municípios sem biblioteca: entregues 300 kits para implantação de bibliotecas.
 - Modernização: Biblioteca do Pará (em andamento) e Estadual do RJ. Meta 2008: atender 299 municípios dos Territórios da Cidadania.
- Pontos de Leitura: lançado edital de seleção de projetos comunitários de incentivo à leitura. 500 títulos, computador e mobiliário para as 600 melhores iniciativas.
- Microprojetos Culturais: projetos culturais de até 30 salários-mínimos. Meta 2008: atender municípios do semi-árido.
- Espaços Culturais Multiuso em áreas de reurbanização do PAC Infra-estrutura, em parceria com o Ministério das Cidades: 17 propostas em análise.
- Programa do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart) – apoio à produção, divulgação e comercialização por três anos. 65 comunidades selecionadas.
- Lançadas linhas de crédito, microcrédito e patrocínio para financiar produção cultural:
 - Amazônia Mais Cultura: parceria com o Basa⁴ nos estados da Amazônia Legal.
 - Banco do Nordeste: duas linhas. Cresce Nordeste Cultura, para micros, pequenas, médias e grandes empresas culturais; e Crediamigo Cultural, pequenos empréstimos (até R\$ 2 mil) a empreendedores.
- Pontos de Memória⁵: mais de R\$ 2 mi para implantação de 12 unidades em 2008, um para cada região priorizada pelo Pronasci, pelo alto índice de criminalidade.
- Assinados acordos de cooperação para a implementação do programa com 14 estados: MA, SP, BA, AP, AC, PA, RN, PE, PI, CE, RJ, SE, AL e MG.

Mais informações: www.cultura.gov.br/site/2008/07/11/mais-cultura-para-o-brasil-e-o-povo-brasileiro-5/

1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

2 Errata: na edição anterior, constavam, equivocadamente, 24 estados conveniados.

3 São Vicente (SP), Curitiba (PR), Campina Grande (PB) e Goiânia (GO).

4 Banco da Amazônia.

5 Museus comunitários.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes prioriza soluções comunitárias e respeito a direitos humanos

Agenda Social – criança e adolescente

- Orçamento 2008-10: R\$ 2,1 bi para implantação de quatro projetos e 47 ações, envolvendo 14 ministérios e cinco empresas estatais.

Metas e realizações

- Implantado Comitê Gestor¹ com reuniões periódicas.
- Três grandes projetos:
 1. Bem-me-quer: enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Meta: atender as 19 regiões metropolitanas do Pronasci.
 - Pair (Programa de Ações Integradas Referenciais): implantado em 92 municípios, sendo 11 nas regiões metropolitanas do Pronasci.
 - “Depoimento sem dano” (metodologia de depoimento à Justiça específica para criança/adolescente vítima de violência): implantado em quatro municípios e capacitação sobre o tema em outros 11.
 - Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte: implantado em oito estados².
 - Escolas de Conselhos de Direitos e Tutelares³: assinados convênios para criação de seis escolas, envolvendo 45 municípios. Em PE e PA, já em funcionamento.
 - Lançada Campanha “Não bata, Eduque”⁴.
 2. Caminho para Casa: promover direito à convivência familiar e comunitária, re-inserindo em famílias crianças e adolescentes abrigados.
 - Lançado Cadastro Nacional de Adoção, em parceria com o CNJ⁵.
 - Lei Nacional da Adoção: facilitará adoção. Em tramitação no Congresso Nacional.
 - Implantação de serviços de Famílias Acolhedoras⁶.
 - Auxílio financeiro de R\$ 1,5 mil às famílias para retorno de filhos abrigados.
 - Moradias coletivas para adolescentes abrigados em transição à autonomia.
 3. Na Medida Certa: implantar Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) para adolescentes em conflito com a lei.
 - Construir unidades de internação que minimizam sensação de confinamento.
 - Inaugurada unidade em Ponta Porã (MS). Meta 2008: mais duas (Formosa/GO e Vitória/ES) prontas; iniciar construção de mais cinco⁷ e reformar outras dez.
 - Seis ambulatórios de saúde nos Centros Socioeducativos em construção.
 - Financiamento de construção de quadras esportivas em 56 unidades.
- Observatório: portal com informações sobre andamento de políticas públicas de direitos humanos de crianças e adolescentes⁸.

Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/spdca/agenda_social.pdf

1 Composto por Secretaria Especial de Direitos Humanos (coordenador), Secretarias de Políticas de Igualdade Racial, Políticas para Mulheres, Juventude e Ministérios: Cidades, Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Esporte, Justiça, Planejamento, Saúde e Trabalho e Emprego.

2 Incluindo cinco implantados anteriormente ao lançamento da Agenda Social.

3 Formação dos conselheiros de direitos e tutelares.

4 Parceria com a Caixa e Instituto Pró-Mundo.

5 Conselho Nacional de Justiça.

6 Abrigam crianças vítimas de violência doméstica ou negligência, enquanto pais recebem atenção social e psicológica.

7 PE, PB, SE, RJ e AC, já contratadas.

8 Lançamento, previsto inicialmente para set/08, adiado por motivos operacionais.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Investimentos no setor promovem o fortalecimento das instituições de pesquisa, a capacidade inovadora das empresas e a inclusão social

Prioridade I – expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I

- Edital Universal 2008: R\$ 100 mi à pesquisa em todas as áreas. Quase 10 mil projetos apresentados. Resultado da seleção em nov/08.
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP): inaugurada, em Fortaleza, a 8ª Rede Acadêmica de Alta Velocidade (GigaFor) e o 10º núcleo da Rede Universitária de Telemedicina (Rute).
- 1º Seqüenciador Genômico¹ de alto desempenho do país inaugurado pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

Prioridade II – promoção da inovação tecnológica nas empresas

- Redes de Extensão Tecnológica e Redes de Prestação de Serviços Tecnológicos do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec): 17 projetos aprovados para 2ª fase.
- Lançado Programa de Incentivo à Inovação em Empresas Brasileiras: reformulação dos instrumentos de crédito, adequando-os à Política de Desenvolvimento Produtivo. Foco: médias e grandes empresas. Previsão 2009: R\$ 1 bi.
- Chamada pública do Pró-Inova²: R\$ 10 mi para núcleos de inovação tecnológica.

Prioridade III – P,D&I em áreas estratégicas

- Desenvolvido pelo Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), o primeiro chip nacional para rastreabilidade bovina: R\$ 18 mi (MCT³ e BNDES⁴).
- Estabelecida a primeira linhagem de células-tronco embrionárias adultas no Brasil: pesquisadores da USP e da UFRJ com apoio do CNPq⁵/MCT.
- Destinados R\$ 145 mi para projetos de desenvolvimento técnico-científico e de inovação: R\$ 9,9 mi para cadeias produtivas do leite e da carne bovina; R\$ 10 mi para agricultura de precisão; R\$ 41 mi para cooperação e transferência de tecnologia entre instituições científicas e tecnológicas (ICT) e empresas; e R\$ 16,6 mi para pesquisas em nanociências.
- Destinados R\$ 49,8 mi para pesquisas em saúde: hipertensão (R\$ 5 mi); saúde mental (R\$ 6 mi); câncer (R\$ 5,3 mi); síndrome metabólica (R\$ 6,5 mi) doenças negligenciadas (leishmaniose, malária, doença de Chagas e outras) (R\$ 17 mi).
- Destinados R\$ 14,2 mi à Amazônia Ocidental para implantação de infra-estrutura de pesquisa e aprovado o financiamento de R\$ 5,7 mi (FINEP⁶) para o fortalecimento do sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação do estado do Amazonas.
- Destinados R\$ 6 mi para capacitação e apoio a projetos no setor mineral.

Prioridade IV – C,T&I para o desenvolvimento social

- Aberta chamada pública destinando R\$ 10 mi (recursos não-reembolsáveis) para criação e modernização de CVTs⁷ nas regiões N, NE e CO.
- Inclusão social: destinados R\$ 5 mi para pesquisas científicas em temas como gênero, mulheres e feminismo; e R\$ 14 mi para agricultura familiar.

Mais informações: www.mct.gov.br/index.php/content/view/66448.html

1 Unidade com alta capacidade de seqüenciar genes que permitirá avanço dos estudos nas áreas de genética.

2 Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação.

3 Ministério da Ciência e Tecnologia.

4 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

5 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

6 Financiadora de Estudos e Projetos.

7 Centros Vocacionais Tecnológicos.

QUILOMBOLAS

Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura afro-brasileira por meio de incentivos ao desenvolvimento das comunidades quilombolas

Objetivos

- Articular ações do Governo Federal visando melhorar condições de vida e ampliar direitos de pessoas que vivem em comunidades quilombolas no Brasil.

Metas

- Atender, até 2010, 1.739 comunidades em 22 estados, 330 municípios e 120 Territórios da Cidadania, beneficiando cerca de 50% do universo de 1,7 milhão de quilombolas.
- Concluir 713 relatórios, determinantes para regularização fundiária¹, de 1.170 certidões de auto-reconhecimento expedidas. 2008: finalizar 220 relatórios.
- Água potável encanada e melhorias sanitárias domiciliares para 548 comunidades. Meta 2008: atender 137 comunidades.
- Material didático: 280 mil exemplares sobre história e cultura africana e afro-brasileira.
- Capacitação de 5.400 professores da rede pública do ensino fundamental.
 - “A Cor da Cultura”: três mil educadores já capacitados.
- Construção de 950 salas de aula. 2008: construção de 296 salas.
- Acesso a programas sociais. Meta 2008: Luz para Todos em 15 mil domicílios e Saúde da Família e Saúde Bucal em 137 comunidades.
- Recuperação ambiental das 55 comunidades ribeirinhas atingidas pelas obras de integração de bacias do Rio São Francisco.
- Fomento à inclusão produtiva: ações de desenvolvimento local e etno-desenvolvimento. Meta 2008: atender 390 comunidades.

Realizações

- **Cinco Comitês Gestores Estaduais instalados (PI, RJ, GO, SE e PA).**
- R\$ 3 mi² para 28 projetos selecionados pelo edital de apoio ao fortalecimento institucional e desenvolvimento local para comunidades quilombolas³.
- **Projetos de saneamento da Funasa⁴ em quilombos beneficiaram 120 comunidades em 14 estados, em 2007. Previsão 2008: mais R\$ 34 mi em novos projetos.**

Ações afirmativas

- Cotas raciais: 23 universidades federais, 25 estaduais e três Cefets⁵ já implementaram.
- Parceria com Pronasci: atender jovens em situação de vulnerabilidade social nos centros urbanos. Previsão: R\$ 5,4 mi até 2010, sendo R\$ 1,8 mi em 2008.
- Parceria com Ministério do Trabalho e Emprego: qualificação profissional e escolarização de empregadas domésticas. Projeto-piloto atendeu 210 mulheres em sete cidades. Meta: atender a 2.100 mulheres em 30 cidades.

Mais informações:

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/copy_of_acoes/Principal.2007-11-18.0317/principalfolder_view/

1 Título definitivo é expedido pelo Incra.

2 Na edição anterior, foi informado, equivocadamente, que o investimento previsto no edital era de R\$ 5 mi.

3 O valor disponibilizado para o edital foi de R\$ 5 mi, mas os projetos selecionados totalizaram R\$ 3 mi.

4 Fundação Nacional de Saúde.

5 Centros Federais de Educação Tecnológica.

MAIS SAÚDE

Melhoria no acesso, modernização da gestão, promoção de pesquisa e capacitação profissional

Promoção da saúde

- Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa: 2 milhões distribuídos de jan a set/08 em municípios com população igual ou superior a 500 mil habitantes.
- Caderno de Atenção Básica – Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa: 70 mil exemplares para profissionais de 100% da rede de atenção básica do país.
- Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest): de jan a set/08, 17 centros (MA, PB, CE, AM, GO, AL, RS, BA, MG, RO e PR), ampliando para 167 unidades. Meta para 2011: 290 centros.
- Saúde na Escola (lançado em 4set/08). Ver pág. 49
- Formação, entre jan/jul08, de 1.620 lideranças de movimentos sociais sobre os temas relativos à saúde, em municípios acima de 100 mil habitantes.

Atenção à saúde

- Saúde da Família: 28.865 equipes, 91,6 milhões beneficiados em 5.218 municípios.
- Saúde Bucal: 17.349 equipes, 83,2 milhões beneficiados em 4.548 municípios.
- Assistência Farmacêutica Básica. Valor *per capita* ampliado de R\$ 3,75 para R\$ 4,10. Meta para 2008 atingida.
- Relação Nacional de Medicamentos Essenciais¹ – Rename: Portaria 2.012/2008.
- Campanha de vacinação contra a rubéola: 84,5 milhões de doses de vacina. Imunizados 29,3 milhões de homens e 32 milhões de mulheres até 2out/08².
- Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Órgãos: para elevar doações de órgãos e transplantes, mais R\$ 60 mi no orçamento (atual: R\$ 500 mi/ano).

Participação e controle social

- Ouvidoria do SUS – implantados 15 centros com 11 milhões de atendimentos de jan a jul/08. Sistema autônomo em Recife/PE, Guarulhos/SP e BA.
- Capacitação de 23.950 atores sociais em informática e informação em saúde, entre jan e jul/08, em todos os estados.
- Cartas de Direitos dos Usuários da Saúde – 50 mil exemplares para instituições de saúde, educação e controle social, em 1.112 municípios.

Qualificação da Gestão da rede SUS

- Contratos com 29 hospitais de ensino, filantrópicos e de pequeno e médio porte.

Complexo Industrial Produtivo da Saúde

- Células-tronco: produção da primeira linhagem de células-tronco embrionárias humanas (pesquisadores da USP e UFRJ - valor R\$ 21 mi) - Total será R\$ 64 mi.

Projetos de cooperação técnica internacional³

- Cabo Verde: prevenção e controle da malária e banco de leite humano.
- Moçambique: capacitação em produção de medicamentos anti-retrovirais.
Mais informações: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pacsauade/>

1 Medicamentos que satisfazem às necessidades prioritárias de saúde da população. Devem estar acessíveis na dose apropriada, a todos os segmentos da sociedade (WHO, 2002).

2 Prorrogado prazo de finalização da campanha, em alguns estados, para 30out/08.

3 Firmados na Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA

Ampliação e aprimoramento do acesso à documentação básica garantem o exercício da cidadania

Agenda Social – Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica

- Objetivo: erradicar sub-registro de nascimento¹ e expandir acesso à documentação básica (CPF, RG e carteira de trabalho).
- Orçamento 2008-2010: R\$ 101,6 mi.
- Prioridade: Amazônia Legal; povos indígenas e populações tradicionais (quilombolas, ciganos, ribeirinhos); trabalhadores rurais, moradores de rua, catadores de materiais recicláveis; pessoas de baixa renda, idosos e crianças em abrigos; municípios com índice de sub-registro acima de 25%, municípios sem cartórios ou com postos de atendimento muito distantes.
- Ações dão continuidade ao Plano Nacional para o Registro Civil de Nascimento, lançado em 2004.
- Índice nacional de sub-registro caiu de 20,9% em 2002 para 12,7% em 2006.

Realizações

- Já aderiram ao compromisso nacional 19 estados².
- Mobilização para registro civil³ e campanhas de TV e rádio:
 - Realizadas na Amazônia Legal e no Piauí (300 municípios dos Territórios da Cidadania) e iniciadas junto aos povos indígenas dos estados de MS e AM.
- Ampliação da rede de emissão de documentos e aprimoramento da infra-estrutura:
 - Adquiridas duas unidades móveis do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); uma em funcionamento (PA). Mais 28 em licitação.
 - 335 mutirões do PNDTR de jan/08 a set/08: 348 municípios, 174.709 documentos emitidos para trabalhadores, sendo 101.092 mulheres.
 - Iniciados serviços itinerantes fluviais de registro civil⁴ para indígenas e ribeirinhos.
 - Implantados 436 pontos de emissão de Carteira de Trabalho. Outros 128 serão implantados até o final de 2008.
- Criação do Sistema Informatizado de Registro Civil e do Banco de Dados Nacional de Pessoas Registradas:
 - Criado Grupo de Trabalho Intersectorial – GTI que envolve a SEDH⁵; Conselho Nacional de Justiça; Arpen⁶; Anoreg⁷; IBGE; Ministérios da Justiça, do Planejamento, da Saúde e da Previdência Social; INSS e Dataprev.
 - Concluído estudo do Projeto de Informatização do Sistema de Registro Civil, a partir da atuação do GTI.

Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/ld_rcn/

1 Situação das crianças com até um ano de idade, sem registro de nascimento.

2 AC, AP, AM, PA, RO, RR, TO, AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, MT, MS e PR.

3 Série de atividades que busca identificar pessoas sem documentação, orientando-as para os serviços de registro civil.

4 Em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania do Amazonas.

5 Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

6 Associação dos Registradores de Pessoas Naturais.

7 Associação dos Notários e Registradores do Brasil.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Maior programa focado em áreas rurais pobres já implementado no país combina políticas de geração de oportunidades e políticas sociais

Características

- Dois milhões de beneficiários: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores e comunidades tradicionais.
- Meta: 120 territórios até 2010 (60 em 2008).
- Em 2008: previstos investimentos de R\$ 12,9 bi em 170 ações de 19 ministérios/órgãos, nos 60 territórios implantados, envolvendo 958 municípios.
- Comitê Gestor Nacional aprovou inclusão dos 60 territórios restantes a partir de 2009¹. Com isso, programa passará a atender 1.808 municípios, onde vivem 41,4 milhões de pessoas, das quais 12,7 milhões em áreas rurais.

Objetivos

- Combate à pobreza rural; inclusão produtiva; planejamento e integração de políticas públicas; universalização de programas básicos de cidadania; ampliação da participação social.

Eixos estruturantes

- Apoio a atividades produtivas: assistência técnica, crédito, seguro, comercialização, programa de biodiesel.
- Cidadania e direitos: educação, saúde, cultura, documentação.
- Infra-estrutura: saneamento básico, habitação, cisternas, estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental.

Critérios de seleção

- Menor IDH²; maior concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais; maior número de beneficiários do Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado.

Implantação

- Agendas de mobilização e debates: 13.758 participantes em 236 eventos, com representantes de prefeituras, governos federal e estaduais e sociedade civil.
- Comitês de articulação estadual implantados em todos os estados.
- Protocolos de cooperação federativa, de pactuação com governo estadual e municípios, assinados em 21 estados³.
- Planos Territoriais de Ações Integradas – ações concretas que o governo federal executa nos Territórios da Cidadania (obras, serviços públicos e projetos de fomento à produção) – apresentados aos Colegiados Territoriais⁴.
- Relatório de Situação sobre execução das ações para subsidiar acompanhamento por parte dos Comitês de Articulação Estadual – em elaboração.

Mais informações: www.territoriosdacidadania.gov.br

1 Utilizaram-se os mesmos critérios de seleção, com a inclusão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

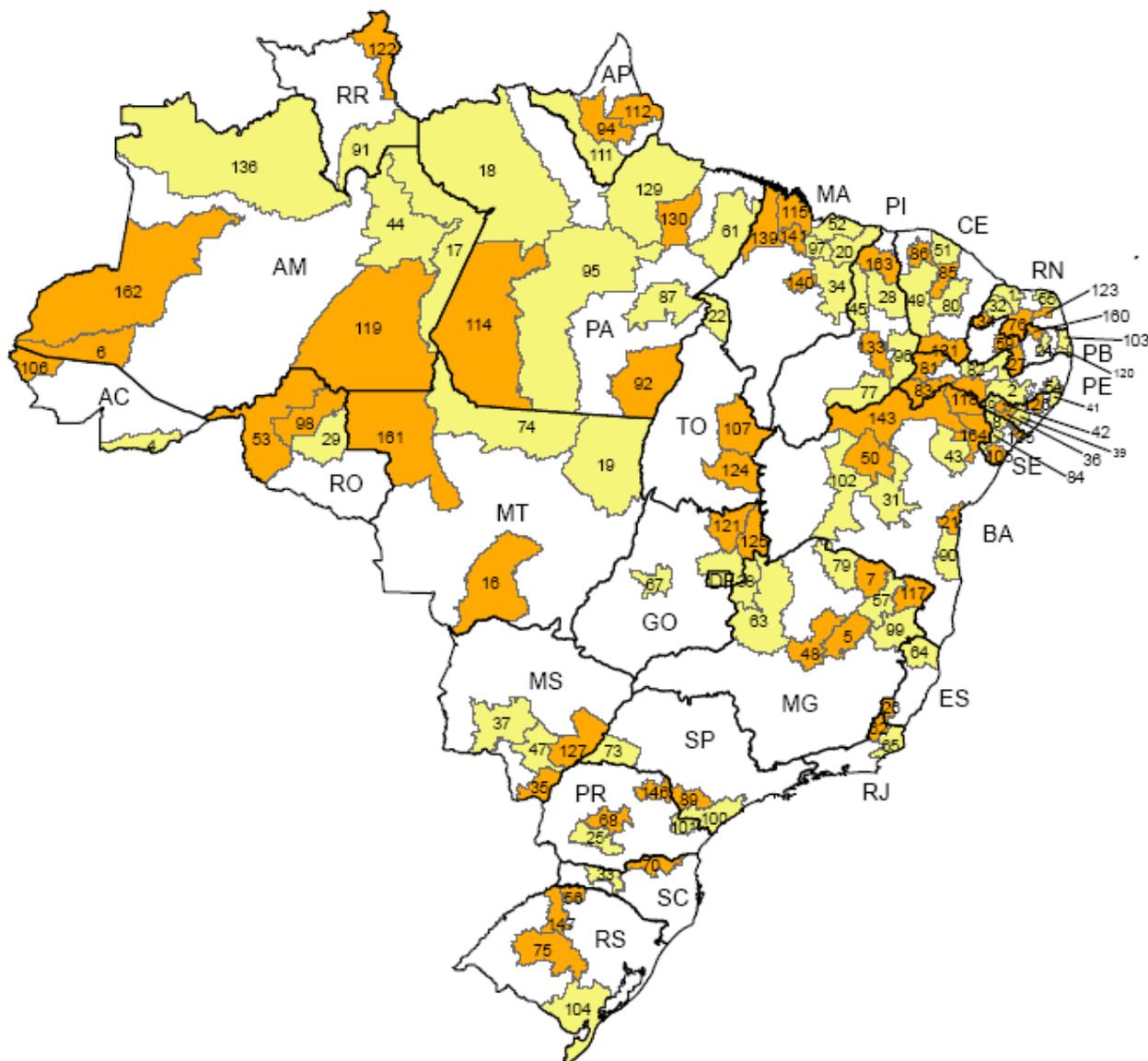
2 Índice de Desenvolvimento Humano.

3 Faltam: AC, GO, MA, RO, RR e SP.

4 Formados por representantes dos governos federal, estadual e municipal e representantes da sociedade.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Os 120 territórios



Abrangência dos 120 territórios

- Municípios: 1.808 (32,49% do total do País).
- População: 41,4 milhões de habitantes (22,62%).
- População rural: 12,7 milhões (44,91%).
- Agricultura familiar: 1,8 milhão de agricultores (44,87%).
- Assentados da reforma agrária: 505,6 mil famílias (64,39%).
- Comunidades quilombolas: 768 (64,97%).
- Terras indígenas: 313 (51,14%).
- Pescadores: 208,3 mil famílias (53,32%).

Legenda

- Divisa Estadual
- Territórios da Cidadania 2009 - 2010
- Territórios da Cidadania 2008

REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta em debate no Congresso Nacional racionaliza sistema tributário e amplia potencial de crescimento do país

Principais medidas propostas

- Extinção, no segundo ano após aprovação, de cinco tributos federais. Quatro (Cofins, PIS/Pasep, Cide-Combustíveis e Contribuição para o Salário-Educação) serão substituídos por novo imposto sobre o valor adicionado (IVA-F) e o quinto (CSLL) será incorporado ao IR de pessoas jurídicas.
- Unificação das 27 legislações estaduais do ICMS, com extinção do atual imposto e criação do “Novo ICMS”.
- Fim da guerra fiscal: cobrança do Novo ICMS no estado de destino. Redução progressiva da alíquota na origem, completando-se o processo no 8º ano após aprovação da reforma. Será mantida alíquota de 2% para estado de origem.
- Criação do Fundo de Equalização de Receitas (FER) para compensar estados por eventuais perdas de receitas decorrentes da reforma.
- Redução de 20% para 14% da contribuição de empregadores para Previdência Social, com queda de 1 pp/ano, a partir do 2º ano após aprovação da reforma.
- Redução gradual, até eliminação completa, do prazo para apropriação dos créditos de impostos pagos na aquisição de bens de capital.
- Ampliação da desoneração da cesta básica.
- Aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, com criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e o aumento de recursos.
- Financiamento de programas públicos com porcentagem da receita do IR, IPI e IVA-F para cada área cuja fonte de financiamento for extinta.
- Ampliação da base de partilha federativa para base ampla de tributos, que inclui o IR, o IVA-F e o IPI¹.
- Novo critério de partilha municipal do ICMS, por lei complementar.

Impactos

- Melhores condições de crescimento e competitividade das empresas, com desoneração de investimentos e exportações, simplificação do sistema e desoneração da folha de salários.
- Aumento da formalidade, desoneração da cesta básica e maior transparência.
- Aumento de receita de estados e municípios e fim da guerra fiscal. Com mecanismos de compensação, nenhum estado será prejudicado.
- Impacto sobre PIB estimado em, no mínimo, 10% após transição. Espera-se que PIB brasileiro cresça 0,5 pp/ano a mais do que cresceria sem a reforma.

Tramitação da proposta no Poder Legislativo

- PEC 233/2008 encaminhada ao Congresso Nacional em 28fev/08.
- **Encerradas as audiências públicas na Comissão Especial da Reforma Tributária. Expectativa é de que seja votada ainda em 2008.**

Mais informações: www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf

¹ A despeito de neutra em relação ao montante de recursos transferidos a estados e municípios, medida melhora qualidade das relações federativas, ao deixar claro que qualquer aumento de receita da União será partilhado, ao contrário do que ocorre hoje com as contribuições sociais.

MULHERES

Mais cidadania para mais brasileiras: mobilização social e ações articuladas para enfrentar a discriminação e a violência

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher

- Lançado em ago/07, na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Articula ações de 13 ministérios e secretarias especiais para implementação entre 2008 e 2011. Investimento total: R\$ 1 bi.
- Unidades da federação prioritárias em 2008: AM, BA, CE, ES, PA, PE, RJ, RS, SP, MA, DF, MG e MS.
- Pacto em andamento:
 - **Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180**: serviço de utilidade pública para orientar mulheres em situação de violência. **De jan-jun/08, realizou 121.891 atendimentos.** Parte significativa deve-se à busca por informações sobre a Lei Maria da Penha, que registrou, no 1ºsem/08, 49.025 consultas, contra 11.020 no 1ºsem/07 (crescimento de 345%).
 - Enfrentamento ao tráfico de mulheres: III Seminário sobre Tráfico de Pessoas realizado em Belém/PA, em 29 e 30set/08, preparatório para encontro bilateral entre o Brasil e Suriname. Instalação de Centros de Acolhimento a vítimas em fronteiras secas com países do Mercosul: negociação em andamento.
 - Mutirão Nacional de Revisão Processual nos estabelecimentos penais femininos: primeira etapa atingirá 12 estados¹, contemplando 20,3 mil detentas, cerca de 78% das detentas do país², em 2008.

II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

- Lançado em mar/08. Resulta da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de ago/07, cuja elaboração envolveu diretamente cerca de 200 mil mulheres em conferências municipais e estaduais, em todos os estados.
- Em 2008, BA e MA lançaram Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres.

II PNPM, em andamento

- Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, com **lançamento da campanha “Mais Mulheres no Poder”, em set/08³**: veiculação em rádio, distribuição de 100 mil exemplares da Plataforma Eleitoral para candidatas e candidatos no atual processo eleitoral, lançamento do sítio www.maismulheresnopoder.com.br e cursos de capacitação para mulheres candidatas de todos os partidos políticos.
- Programa Mulher e Ciência:
 - 4ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero (concurso de redação para estudantes do ensino médio e de artigos científicos para universitários), lançado por edital do CNPq⁴ e Encontro de núcleos de pesquisa em gênero.
 - Lançado 2º Edital CNPq de apoio a pesquisas de estudos de gênero, mulheres e feminismo: R\$ 5 mi (aumento de 316% em relação à 1ª. edição - R\$ 1,2 mi)

Mais informações: www.spmulheres.gov.br/

1 SP, TO, AC, SE, MS, MT, CE, GO, SC, PR, PE e RJ.

2 Informação na edição do mês anterior, que indicava “64% das detentas”, referia-se apenas ao estado de São Paulo.

3 Iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, com o apoio da Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM.

4 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

PAC – EMBRAPA

Mais investimentos em pesquisa promovem fortalecimento da produção agrícola e ampliação do conhecimento em áreas estratégicas

Objetivos

- Diminuir desigualdades regionais por meio do fortalecimento da produção agrícola, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Contribuir para país consolidar posição de líder em agricultura tropical na produção de alimentos, fibras e energia.
- Estabelecer novos paradigmas para conhecimento agrícola em áreas estratégicas, como biotecnologia, mudanças climáticas e nanotecnologia.

Recursos

- R\$ 913,6 mi para pesquisa agropecuária (até dez/10): R\$ 650 mi investidos diretamente na Embrapa e R\$ 263,6 mi repassados, mediante contrapartida, a organizações estaduais que integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)¹, coordenado pela Embrapa.
- Totalidade dos recursos para 2008 (R\$ 119,1 mi) liberada em jul/08: R\$ 88,7 mi diretamente para a Embrapa e R\$ 30,4 mi para organizações estaduais de pesquisa.
- 100% dos recursos programados para a Embrapa para 2008 foram alocados nos Centros de Pesquisa: R\$ 51,8 mi em custeio e R\$ 36,8 mi em investimento.

Metas

- Até 2010: dez projetos com 88 metas tecnológicas e institucionais.
- Para 2008, 37 metas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Projetos	Metas 2008	Até 2010	Centros de pesquisa executores
Agricultura amazônica sustentável	5	11	15
Segurança alimentar e alimento seguro	12	34	29
Aproveitamento dos recursos naturais	5	12	22
Competitividade da agricultura familiar	5	17	24
Avanço da fronteira do conhecimento	2	6	17
Competitividade em agroenergia	8	8	27

- Metas institucionais:
 - Três novos centros de pesquisa em macropólos de desenvolvimento regional (MA, TO e MT);
 - Braço privado da empresa, a Embrapa Participações.
 - Ampliação da Embrapa Internacional.

Realizações

- Criadas unidades da Embrapa na África (2006) e na Venezuela (2008).
- Ampliação de presença em laboratórios nos EUA e Europa (Inglaterra em 2008).

Ampliação do quadro de pesquisadores

- Contratação de 750 pesquisadores e 460 profissionais de suporte à pesquisa em três anos.

Mais informações: www.embrapa.gov.br/

¹ Consulte: http://www.embrapa.br/a_embrapa/snpa

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Novo modelo de desenvolvimento para região busca superar exploração predatória dos recursos naturais

Características

- Beneficiários: população brasileira, especialmente, 24 milhões de habitantes da Amazônia.
- Abrangência: estados do AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO.
- Elaborado a partir de 2003, de forma interativa entre os governos federal, estaduais e ampla participação da sociedade, por meio de encontros e consultas públicas.
- **Comissão Gestora constituída (30mai/08): 13 ministros e governadores da região.** Primeira reunião ocorrida em 11set/08.

Objetivo geral

- Elevar nível de vida da população, valorizar patrimônio natural e aportar investimentos em tecnologia e infra-estrutura para viabilizar atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, compatíveis com o uso sustentável de recursos naturais e a preservação de biomas.

Eixos de atuação

- Definidos pela Comissão Gestora: 1) regularização fundiária. 2) Conservação e uso sustentável da base de recursos naturais. 3) Agricultura sustentável. 4) Educação, ciência e tecnologia e inclusão digital. 5) Industrialização da produção sustentável da base de recursos naturais. 6) Logística.

Compromissos dos governos federal e estaduais

- Promover desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade socio-cultural e ecológica e redução das desigualdades regionais.
- Ampliar presença do Estado; integrar ações dos três níveis de governo, da sociedade e de setores empresariais.
- Garantir soberania nacional, integridade territorial e interesses nacionais.
- Combater desmatamento ilegal, garantir conservação de biodiversidade, recursos hídricos e mitigar mudanças de clima.
- Aumentar a produtividade e recuperar a floresta em áreas desmatadas.
- Implementar o ZEE¹ e acelerar regularização fundiária.
- Aprimorar e ampliar crédito e apoio a atividades e cadeias produtivas sustentáveis.
- Reestruturar, ampliar e modernizar sistema multimodal de transportes, sistema de comunicação e estrutura de abastecimento.
- Promover utilização sustentável de potencialidades energéticas e expansão de infra-estrutura de transmissão e distribuição.
- Incentivar e apoiar pesquisa científica e inovação tecnológica.
- Melhorar e ampliar acesso a serviços públicos em áreas urbanas e rurais.
- Assegurar direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais e equidade social (gênero, geração, raça, classe social e etnia).

Mais Informações: www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf

¹ Zoneamento Ecológico-Econômico.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Investir e inovar para crescer: combinação de ações para potencializar e dinamizar setores econômicos de importância estratégica

Eixos: ampliação do investimento, da inovação e das exportações

- Ações sistêmicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP: focadas em fatores geradores de externalidades positivas para a estrutura produtiva.
- Programas estruturantes: inicialmente, para 25 setores ou complexos produtivos.
- Destaques estratégicos: micros e pequenas empresas, regionalização, integração produtiva com América Latina, Caribe e África, desenvolvimento sustentável, exportações.

Metas para 2010

- Ampliar investimento de 17,6% para 21% do PIB; investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de 0,51% para 0,65%; participação no comércio mundial de 1,17% para 1,25%.
- Aumentar em 10% o número de micros e pequenas empresas exportadoras (em 2006 eram 11.792).

Instrumentos

- Incentivos fiscais, crédito e subvenção econômica, poder de compra governamental, regulação técnica, econômica e concorrencial e apoio técnico (certificação, metrologia, promoção comercial, gestão da propriedade intelectual, capacitação empresarial, recursos humanos e outros).

Recursos

- BNDES, R\$ 210,4 bi; PAC C&T¹, R\$ 41,2 bi; desonerações, cerca de R\$ 20 bi (2008-11).

Ações já realizadas

- Subvenção Econômica Finep² (interação PDP e PAC C&T): R\$ 322,5 mi (set/08).
- **Desembolsos BNDES: R\$ 81 bi (de set/07 a ago/08).**
- 34 medidas de desoneração, inovação e exportações aprovadas e/ou regulamentadas.
- Eventos de divulgação em 23 estados.

Agendas de ação dos programas

- Instalada governança da PDP (secretaria executiva e cinco coordenações); Realizada primeira reunião do Conselho Gestor³, definidos 32 gestores de comitês executivos (30 instalados); 64 órgãos públicos e 504 servidores envolvidos;
- Estabelecidas 12 agendas de ações (aprovadas); 25 comitês aprovaram prioridades para trabalho imediato (semestral).
- Ampliação da Rede Nacional de Agentes de Política Industrial – núcleos regionais em GO, RS, MG (2008) e AC, BA, SC, RO, CE (2009).

Marco legal

- Sancionadas as Leis 11.774 (17set/08) e 11.786 (25set/08).

Mais informações: <http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/>

1 Plano de Ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional e Inovação, também conhecido como PAC da Ciência e Tecnologia (ver página 32).

2 Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, apóia o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas com subvenção econômica (recursos não-reembolsáveis), por meio de chamada pública.

3 Composto por Ministros da Casa Civil; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Planejamento; Fazenda e Ciência e Tecnologia.

MAIS ALIMENTOS

Salto de produtividade da agricultura familiar: mais crédito para investimento de longo prazo, comercialização e nova assistência técnica

Oportunidade

- Programa visa enfrentar alta recente de preços dos alimentos, aumentando produção da agricultura familiar – com mais investimento, conhecimento e comercialização. Meta: produzir mais 18 milhões de toneladas/ano até 2010.
- Brasil é dos poucos grandes produtores mundiais com perspectiva de aumento da produção acima da demanda interna (pode exportar excedentes), seja por aumento de área plantada ou de produtividade.
- Entre as safras 2000-01 e 2007-08, mundo apresentou déficit (diferença entre produção e consumo) de 176,3 milhões de ton de grãos, enquanto o Brasil apresentou superávit de 149,4 milhões.

Mais investimento na agricultura familiar

- Linha de crédito especial para investimento de longo prazo (dez anos): até R\$ 100 mil (até três anos de carência), taxa de 2% ao ano e seguro pelo PGPAF¹.
- Metas: safra 2008-09 – 300 mil produtores e investimento de R\$ 6 bi. Até 2010: um milhão de produtores e investimento de R\$ 25 bi.
- Aumento da mecanização:
 - acordo com Anfavea² prevê desconto de 15% na aquisição de tratores. Meta: 60 mil tratores em três anos.
 - Acordo com Abimaq³: entrega de implementos agrícolas a preços especiais.
 - Possibilidade da utilização do mecanismo de registro de preços⁴ para regular preços de outros insumos.
- Mais investimentos em melhoria de solo, pastagens, sementes e genética.

Mais conhecimento

- Nova Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): em cinco anos, recursos ampliados e sistema reestruturado.
 - Um milhão de agricultores assistidos, com aumento dos extensionistas para 30 mil profissionais e atendimento sistêmico da propriedade.
 - Organização por cadeia produtiva, focada em gestão e inovação, com flexibilidade para operar com diversos agentes (públicos, cooperados, privados).

Mais comercialização

- Estoques reguladores e de segurança alimentar para antecipar crises de oferta.
- Correção dos preços mínimos: feijão, arroz, trigo, mandioca, milho e leite.
- Ampliação da estrutura de armazenagem pública e das cooperativas.

Mais informações: www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1872

1 Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar.

2 Anfavea: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

3 Abimaq: Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

4 Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras (Dec 3.931/01, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, previsto na Lei 8.666/93).

MAIS PESCA E AQUICULTURA

Aumentar o consumo de pescado e estimular a modernização do setor por meio de qualificação e ampliação de crédito

Plano “Mais Pesca e Aquicultura - 2008-2011”

- Objetivos: fomentar produção de pescado, gerar emprego e renda, estimular consumo e melhorar condições sociais e de trabalho de pescadores artesanais.
- Metas: aumentar produção de pescado em 40% (1,4 milhão de ton/ano) e consumo per capita (de 7 para 9 kg/ano). Investimento: R\$ 1,75 bi até 2011.

Programa Águas Produtivas – mais peixes para mais brasileiros

- Entrega de títulos de Cessão das Águas da União:
 - 647 famílias no reservatório de Castanhão (CE), em 3set/08;
 - 73 famílias no reservatório de Itaipu (PR), em 20mar/08.
- Cessão de águas públicas da União por 20 anos em Ilha Comprida (SP), em 4set/08. Produção estimada de 5 mil ton/ano e geração de 93 empregos diretos.

Infra-estrutura

- Inaugurados, em 18set/08, obras do TPP¹ de Santos (SP) e fábrica de gelo (R\$ 4,3 mi).
- Contratado, em 6out/2008, estudo de viabilidade do TPP de Aracajú (SE). Valor total de R\$ 198,9 mil.
- Inaugurado entreposto pesqueiro com fábrica de gelo na Ceagesp² (R\$ 2,4 mi), em 19set/08. É o maior da América do Sul para lavagem e inspeção de produtos.
- Entrega, em 12set/08, de caminhão frigorífico (R\$ 240 mil) ao estado do Amazonas.

Profrota

- Criado Fundo de Garantia da Construção Naval (Lei 11.786, de 29set/08), que permitirá financiamento para construção de embarcações do Profrota³.

Defeso⁴ do camarão

- Passa a ser unificado: de 1ºmar a 31mai no RS, SC, PR, SP e RJ. No ES, entre 15nov e 15jan e 1ºabr e 31mai. Melhorará manutenção dos estoques.

Política Territorial

- Realizadas, em set/08, três oficinas regionais para debater implantação de política de desenvolvimento territorial da Pesca e Aquicultura: Natal (RN), Curitiba (PR) e Brasília (DF).

Registro Geral da Pesca

- Canceladas 3.167 carteiras irregulares de pescador e constituída comissão técnica para apuração de irregularidades em mais 20 municípios do Pará.
- Cancelados 95 registros de pescadores profissionais no Rio Grande do Norte.

Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/

1 Terminal Público Pesqueiro.

2 Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (SP).

3 Programa de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira.

4 Período de tempo em que a pesca é proibida.

3 – TEMAS SETORIAIS E ATUALIDADES

Índice

Tema	Página
Investimentos e Mobilidade Social	46
O Brasil e a Crise Financeira	47
Vigilância Sanitária	48
Programa Saúde na Escola - PSE	49
Emprego	50
Previdência Social	51
Exportações	52
Habitação	54
Agricultura e Pecuária	55
Desmatamento e Aquecimento	56
Combustíveis	58
Energia Elétrica	59
Reforma Agrária	60
Mudança no Campo	61
Relação com Municípios	62
Relação com Estados	63
Esportes	64
Integração Nacional	65

INVESTIMENTOS E MOBILIDADE SOCIAL

Novo Brasil em construção assiste a ciclo inédito de investimento que potencializa crescimento e reduz desigualdades sociais e regionais

Consulte aqui as apresentações¹ e os discursos realizados na reunião ampliada do CDES² em 28ago/08. Estes materiais contribuem para conhecer e divulgar os investimentos previstos para os próximos anos nos principais setores da economia, bem como a vigorosa mobilidade social que vem ocorrendo no Brasil. Os dados ilustram parte das condições que contribuem para o país enfrentar a atual crise financeira.

Discurso do Presidente da República

- Em reunião ampliada do CDES (28ago/08) com mais de 500 convidados – entre conselheiros, empresários, políticos, autoridades e líderes da sociedade civil – o Presidente Lula discursou sobre investimentos que estão ocorrendo no Brasil, novos recursos na área de energia e melhoria de vida da população. Veja na íntegra:

www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr843-2@.doc

www.info.planalto.gov.br/media/audio/pronunciamento070908@.mp3

Discurso do Ministro José Múcio



- Ministro José Múcio fez a abertura da reunião ampliada. Veja íntegra do discurso:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Mensagens_discursos/cdes_josemucio.pdf

Luciano Coutinho: investimentos no Brasil



- Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - apresentou quadro dos projetos de investimento, informando que taxa de investimento no Brasil tem crescido duas vezes acima da expansão do Produto Interno Bruto (PIB), e aportes entre 2008 e 2011 devem chegar a R\$ 1,5 tri. Veja íntegra da apresentação:

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/livretocdes.pdf

José Sérgio Gabrielli: Petrobras



- Presidente da Petrobras fez balanço dos investimentos anunciados pela estatal e apresentou perspectivas de extração de petróleo e gás da camada pré-sal. Veja íntegra da apresentação:

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Mensagens_discursos/petrobras_gabrielli.pdf

Marcelo Neri: a nova classe média



- Chefe do Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas - FGV - apresentou estudo que revela crescimento da classe média brasileira e redução da desigualdade. Veja apresentação e artigo preparados por ele:

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Mensagens_discursos/marceloneri_fgv.pdf

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Mensagens_discursos/artigo_marceloneri.pdf

1 Apresentações em Power Point.

2 CDES: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

O BRASIL E A CRISE FINANCEIRA

País encontra-se em situação favorável para enfrentar a crise financeira internacional e medidas são tomadas para proteger a economia

Condições que contribuem para o país enfrentar a crise

- Combinação de crescimento econômico com redução da desigualdade de renda (demanda interna).
- Reservas internacionais altas (cerca de US\$ 205 bi) reduzem especulação com moeda estrangeira e permitem que Banco Central atue no mercado de câmbio.
- A redução da dívida externa líquida e o aumento do volume de reservas internacionais tornaram o país credor em dólares. Logo, uma desvalorização cambial não teria impactos negativos sobre os indicadores de endividamento.
- Sistema Financeiro Nacional robusto: expansão do crédito ocorre em bases sólidas; maior parte de recursos dos bancos é obtida no mercado interno e ativos bancários não estão expostos a segmentos problemáticos (Ex: hipotecas subprime¹).
- Regime de câmbio flutuante permite ajustes suaves.

Impactos no Brasil

- Até o momento, maior aversão ao risco dos investidores globais resultou em alta no risco-país, queda no Ibovespa e desvalorização na taxa de câmbio.
- Próximos meses: redução do saldo comercial devido à queda de preços das commodities² e restrição a financiamento de exportações e investimentos.

Medidas do governo para enfrentar incertezas do cenário internacional

- Mais Alimentos: aumento da produção da agricultura familiar para enfrentar a alta recente do preço dos alimentos.
- Elevação do superávit primário em 0,5 p.p. do PIB para constituição do Fundo Soberano Brasileiro visando elevar poupança fiscal.
- Mercado de câmbio: Banco Central deixou os leilões diários de compra de moeda estrangeira e passou a realizar leilões de linha de câmbio; leilões de venda direta de dólares no mercado à vista; volta da oferta de contratos tradicionais de swap cambial³; rolagem parcial do vencimento dos contratos de swap cambial reverso⁴.
- Mercado interbancário: redução do depósito compulsório⁵; autorização para instituições financeiras abaterem, parcialmente, o valor de aquisição das operações de crédito de outras instituições financeiras do depósito compulsório.
- Empréstimo de longo prazo: manutenção da TJLP (taxa de juros de longo prazo) em 6,25% a.a.; liberação de mais recursos para o BNDES.
- Financiamento da agricultura: liberação de recursos da Poupança Rural; aumento dos recursos do FNE e FNO⁶ para Plano Safra 2008-09 em R\$ 1 bi e R\$ 350 mi, respectivamente; Banco do Brasil antecipou R\$ 3 bi do crédito rural.
- MP 442/08: mais instrumentos de atuação para o Banco Central no fornecimento de liquidez aos mercados interbancário e de divisas estrangeiras.

1 Crédito imobiliário de segunda linha, de alto risco.

2 São produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Ex.: minérios, petróleo, ouro, soja, milho e trigo.

3 Swap cambial: contratos que trocam o rendimento em juros pela oscilação do dólar. Se o dólar subir, o mercado ganha; se os juros subirem, quem ganha é o Banco Central.

4 No leilão de contratos de swap cambial reverso, as instituições financeiras que compram esses contratos recebem uma taxa de juros. O Banco Central, que vende os papéis, ganha a variação cambial do período de validade dos contratos.

5 Depósito compulsório é a retirada de circulação de um percentual dos depósitos à vista das instituições financeiras.

6 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

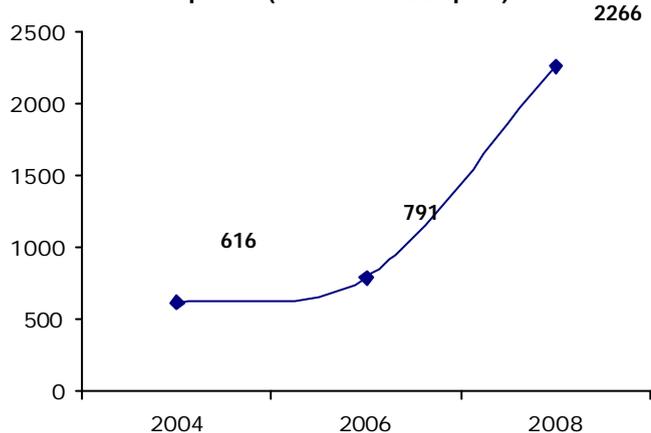
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Consolidação de ações de proteção da saúde e de promoção da qualidade de vida para a sociedade nas três esferas de governo

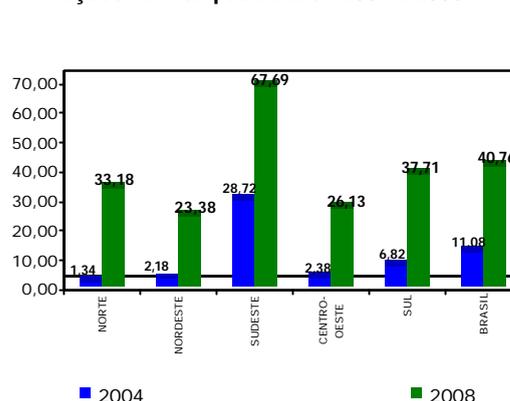
Avanços da gestão descentralizada

- Em 2007: R\$ 157,4 mi repassados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a estados e municípios, incremento de 49,5% em relação a 2004.
- Entre 2004 e 2008, número de municípios com ações pactuadas de vigilância sanitária (Visa) quase quadruplicou.
- Avanços mais expressivos nas regiões N, NE e CO¹.

Nº de municípios com ações de Visa pactuadas em esfera bipartite (estado e municípios)



Incremento no percentual de municípios com ações de Visa pactuadas - 2004 a 2008



Metas até 2011 presentes no Mais Saúde

- Estruturação e fortalecimento do sistema de vigilância sanitária.
- Conferir agilidade e efetividade aos processos regulatórios em vigilância sanitária, de acordo com as prioridades da política de saúde.
- Ampliar participação da Anvisa no apoio e acompanhamento de pesquisa para o desenvolvimento de produtos sujeitos a controle sanitário.
 - Incremento de 185% na produção nacional de Substâncias Químicas de Referência (SQR)², para diminuir a dependência externa nos setores farmacêutico e farmoquímico, aumentando de 63 para 180 os lotes disponíveis.

Aperfeiçoamento do modelo regulatório brasileiro

- Por seu pioneirismo no aperfeiçoamento da produção de normas, a Anvisa foi escolhida para participar do primeiro projeto de avaliação de impacto regulatório do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG), coordenado pela Casa Civil e pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda.
- Anvisa foi primeira agência reguladora federal a implantar o Programa de Modernização da Gestão. A meta é melhorar seu desempenho regulatório e ampliar a transparência de suas ações para a sociedade.

Mais informações: www.anvisa.gov.br

1 Fonte: Anvisa.

2 Substâncias químicas em elevado grau de pureza que servem como padrões de referência para aferir a qualidade dos medicamentos consumidos pela população. Quando maior for o número de SQR's desenvolvidas no Brasil, menor será a dependência nacional do conhecimento de outros países nos setores farmacêutico e farmoquímico.

SAÚDE NA ESCOLA

Alunos da rede pública terão atenção integral à saúde; programa distribuirá óculos e próteses auditivas e fará atendimento odontológico

Lançado em 4set/08

- Atuação das equipes de Saúde da Família para promoção da atenção integral à saúde dos alunos da rede pública de ensino: fundamental, médio, educação profissional e tecnológica e educação de jovens e adultos.
- Parceria entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação.

Metas

- Dois milhões de alunos de 699 municípios¹ em 2008; 26 milhões de alunos² até 2011.
- Cinco milhões de consultas oftalmológicas; fornecimento de 460 mil óculos; 800 mil avaliações auditivas e fornecimento de 33 mil próteses auditivas até 2011.

Investimentos 2008 – R\$ 88 mi

- Ministério da Saúde: R\$ 45 mi. Ministério da Educação: R\$ 43 mi.

Componentes do programa

- Avaliação das condições de saúde: clínica, psicossocial, oftalmológica, auditiva, nutricional e de saúde bucal; atualização de calendário vacinal; detecção precoce de hipertensão arterial.
- Promoção de saúde e prevenção: segurança alimentar e alimentação saudável; práticas corporais e atividade física; saúde sexual, reprodutiva e prevenção de DST/aids, gravidez na adolescência, uso de álcool, tabaco e outras drogas; cultura de paz e contra a violência.
- Educação permanente e capacitação de profissionais e jovens: formação pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), em interface com Núcleos de Telessaúde do Ministério da Saúde.
- Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), em parceria com IBGE, em 27 capitais; encarte Saúde no Censo Escolar (Censo da Educação Básica), com cinco questões ligadas diretamente ao tema DST/aids.

Participação da família

- Acompanhamento das ações por comissão intersetorial de educação e de saúde, formada por pais, professores e representantes da saúde.
- Crianças, jovens e pais informados sobre importância da prevenção da saúde e benefícios. Incentivos à adoção de hábitos de alimentação e vida saudáveis e realização de exames de prevenção nas escolas.

Mais informações: portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=124

1 As escolas foram definidas por meio de cruzamento entre 1.242 municípios prioritários do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e os municípios com cobertura de 100% do programa Saúde da Família, resultando em lista de 647 municípios. Além destes, serão contempladas 2.050 escolas localizadas em 52 municípios do Programa Mais Educação, que são capitais e grandes cidades de regiões metropolitanas. A realização da meta dependerá da adesão de estados e municípios.

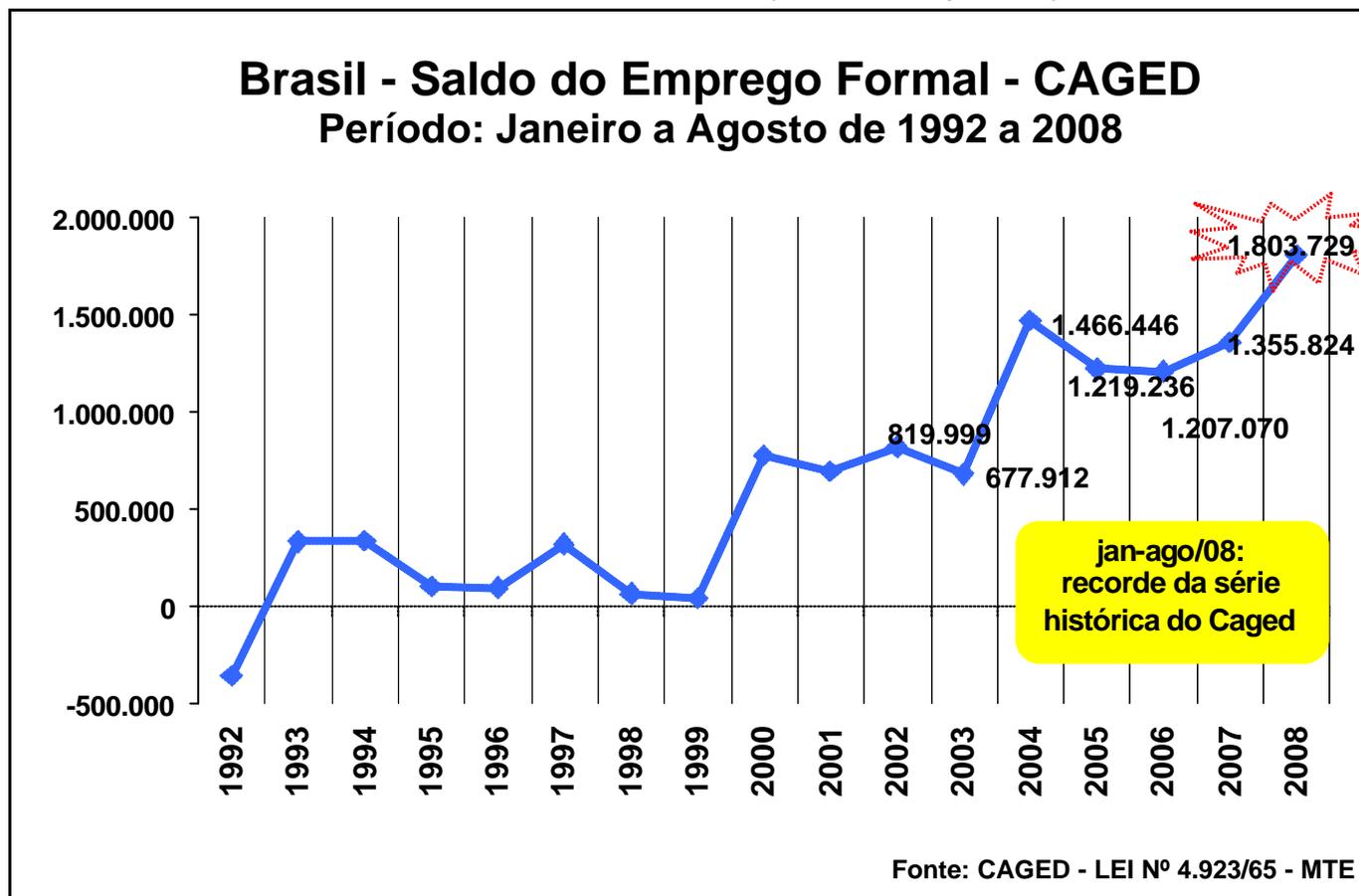
2 Meta representa cerca de 60% dos alunos matriculados em 2006, segundo Censo Escolar do MEC.

EMPREGO

Crescimento da economia gera oportunidades de trabalho para 13,6 milhões de brasileiros

Recordes sucessivos na geração de empregos formais

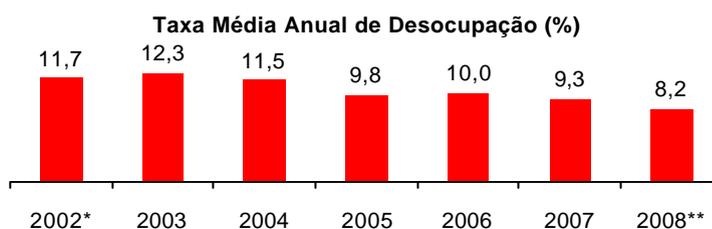
- Ago/08: criados 239.123 postos de trabalho com carteira assinada. **Melhor resultado da série histórica do Caged¹** para meses de agosto; 79% superior a ago/07 (+105.794 postos). Este é o terceiro mês consecutivo de recorde mensal.
- **Recorde histórico também em 2008** (jan-ago/08): 1.803.729 novos postos (23% acima do recorde anterior verificado em 2004 (1.466.446 postos)).



- **É a primeira vez que são gerados mais de 2 milhões de empregos no acumulado em 12 meses (set/07 a ago/08).**
- Governo Lula (jan/03-ago/08): criados 9.892.457 novos postos formais de trabalho² e 13.630.729 oportunidades de trabalho (ocupações formais e informais)³.

Recorde também na redução do desemprego

- A taxa média anual de desocupação em 2008, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas⁴: **8,2%.** Menor taxa desde o início da série histórica em 2002.



Fonte: IBGE. * A partir de março. ** Até agosto.

1 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. www.mte.gov.br.

2 Segundo os dados da Rais - Relação Anual de Informações Sociais (2003-2006 e do Caged (2007-2008)).

3 Estimativa a partir de dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2003-07) e do Caged (2008).

4 Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Fonte: IBGE.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Déficit em queda, melhor atendimento e maior número de contribuintes

Realizações e avanços para cidadãos

- Abono de Natal: concluído pagamento da 1ª parcela do 13º salário para aposentados e pensionistas, juntamente com a folha de ago/08.
- Atendimento: na comparação jul/08 – jul/07, o tempo de espera para concessão de benefícios foi reduzido, em média, para 15 dias na maioria dos Estados das regiões Norte, Nordeste e Sul, e o tempo para marcação de perícia médica caiu quase 50%, em média¹.
- Acordo Ibero-Americano de Seguridade Social: 90% das regras previdenciárias já pactuadas entre os países. O acordo, assinado em nov/07, assegurará ao trabalhador migrante a contagem de tempo de contribuição em diferentes países para aposentadoria².
- Fator Acidentário de Prevenção – FAP³: adiada, de jan/09 para jan/10, a entrada em vigor, para aperfeiçoamento de sua metodologia.
- Resolução que dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos fundos de pensão na utilização do superávit e no equacionamento do déficit⁴ foi aprovada pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC.

Balanço de ago/08

- Nova queda do déficit do Regime Geral da Previdência Social – RGPS: redução de 13,7% no acumulado jan - ago/08, em relação ao mesmo período de 2007. Nos 8 primeiros meses do ano, a necessidade de financiamento acumulada chegou a R\$ 24,9 bi: R\$ 4 bi a menos do que no mesmo período de 2007.
- Arrecadação líquida de R\$ 13,2 bi: +5,4% em relação a ago/07.
- Estimativas apontam que o RGPS fechará o ano com necessidade de financiamento abaixo de R\$ 38 bi (estimativa inicial incluída no orçamento: R\$ 44 bi).

Balanço 2007

- Déficit anual tem 1ª queda desde 1996: necessidade de financiamento caiu de 1,8% do PIB em 2006 para 1,75% em 2007 (R\$ 46 bi)⁵.
- Receitas cresceram em ritmo maior que despesas: arrecadação líquida cresceu 9,1% (R\$ 143,7 bi); despesas aumentaram 7,4% (R\$ 189,7 bi).
- Ampliação do trabalho formal, esforços na gestão de benefícios (auxílio-doença e censo previdenciário) e intensificação do combate às fraudes favoreceram diminuição do déficit.
- 2,7 milhões de contribuintes a mais que em 2006: +7,1%. Foram 40 milhões de trabalhadores empregados com carteira assinada que tiveram registro de contribuição, contra 37,4 milhões de contribuintes em 2006⁶.

Mais informações: www.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_10.asp

1 Registrada, também, queda média de 26% no Tempo Médio de Espera para o Atendimento (TMEA). 75% das Agências da Previdência Social (APS) já cumprem meta de agendar atendimento em até 30 dias para todos serviços agendáveis. Em 2003, o tempo de espera era de 120 dias.

2 Entrada em vigor está prevista para 2010.

3 FAP é um mecanismo para aumentar ou diminuir as alíquotas de contribuição das empresas ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), dependendo do grau de risco de cada uma delas, com objetivo de aumentar cultura de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

4 O objetivo é assegurar a adoção de providências para preservar solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

5 Se descontado o efeito contábil da antecipação do pagamento de parte dos benefícios de jan/08 para dez/07, déficit seria ainda menor, de 1,62% do PIB. Em jan/08, déficit cresceu 30,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude do pagamento de sentenças judiciais, no valor de R\$ 2,4 bi.

6 Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social 2007.

EXPORTAÇÕES

Comércio exterior do Brasil bate recordes sucessivos com diversificação de setores e destinos

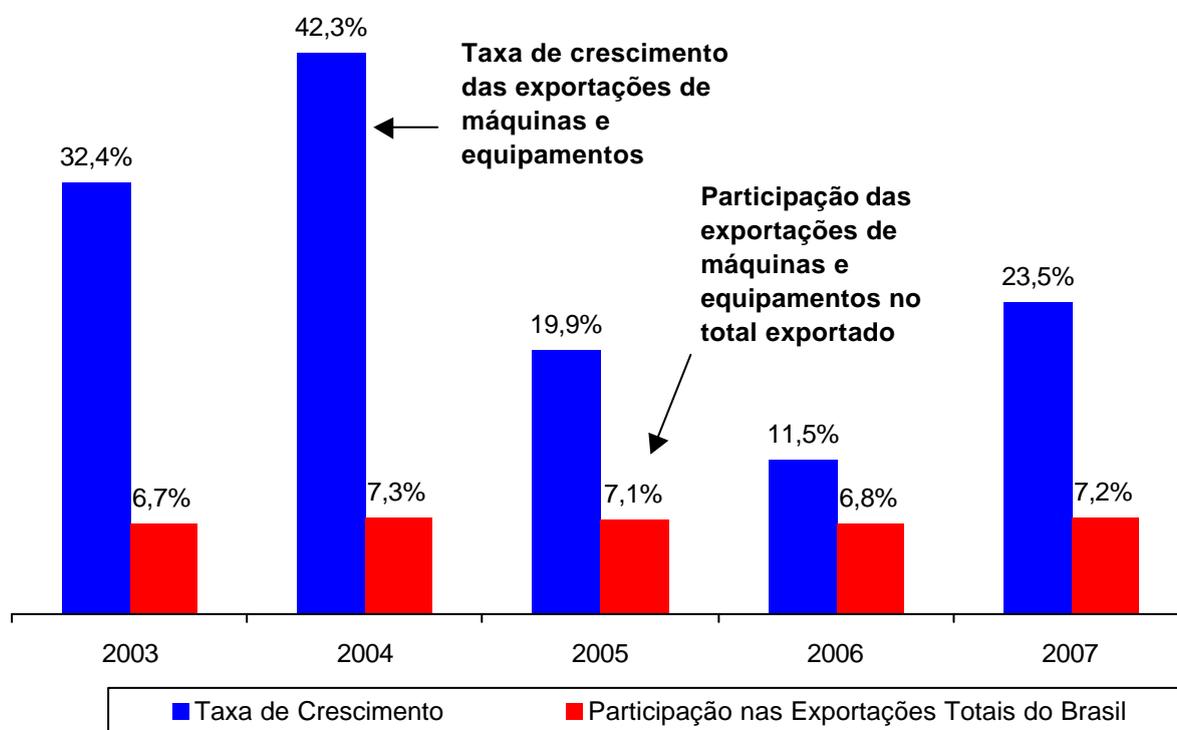
Exportações brasileiras

- US\$ 20 bi em set/08. Crescimento de 41,4% em relação a set/07. Acumulado do ano (jan-set/08): US\$ 150,9 bi, aumento de 29% em relação a mesmo período de 2007 e recorde histórico.
- Valor acumulado em 12 meses¹ também foi recorde histórico: US\$ 194,9 bi (+26% em relação a mesmo período de 2007).
- Destinos com maiores aumentos: Ásia (+52% no acumulado do ano; +66% só para China); Europa oriental (+50%) e Mercosul (+35%).
- Entretanto, em razão de maior crescimento das importações, saldo comercial apresentou queda de 29% e 33%, respectivamente, no acumulado no ano e nos últimos 12 meses, em relação a mesmo período do ano anterior.

Exportações de máquinas e equipamentos

- Participação do setor de máquinas e equipamentos na exportações brasileiras aumentou de 6,7% (2003) para 7,2% (2007).
- Destaque para exportações de tratores e máquinas e equipamentos para agricultura.
- Destinos principais: EUA (absorvia 19,6% do total das exportações de máquinas e equipamentos em 2003 e 25,4% em 2007); Argentina, México e Venezuela, que somadas representaram mais de 20% do total dessas exportações em 2003-07.

Exportações brasileiras de máquinas e equipamentos (US\$ bi)
Participação do setor sobre a pauta exportadora (2003 a 2007)



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração Apex-Brasil.

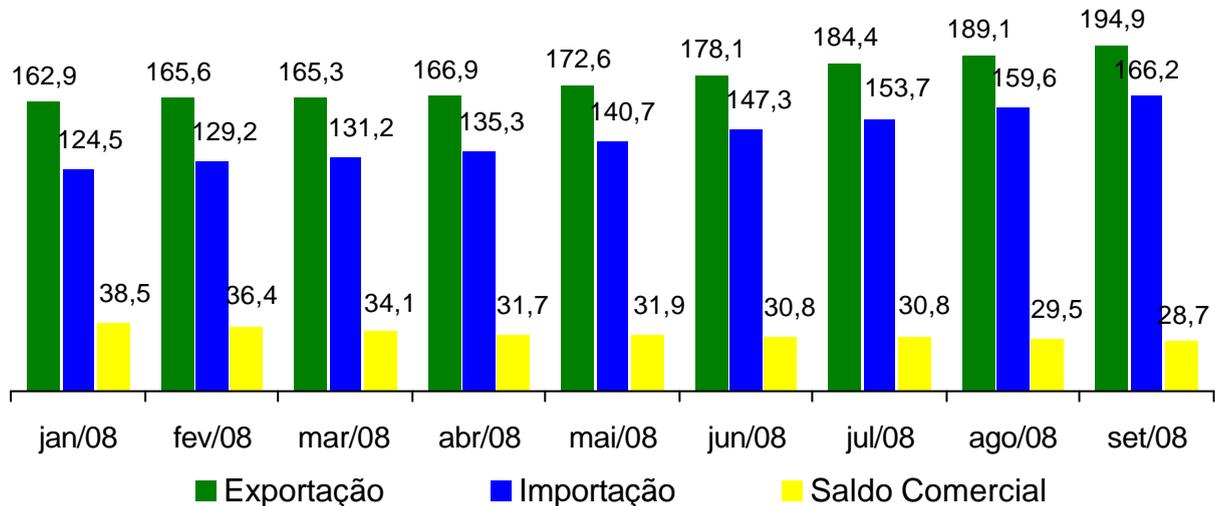
Mais informações: www.apexbrasil.com.br/ ; www.desenvolvimento.gov.br

¹ Out/07 a set/08.

EXPORTAÇÕES

Exportações, importações e saldo comercial

Valor das exportações, importações e saldo comercial do Brasil acumulado em 12 meses (US\$ bilhões)

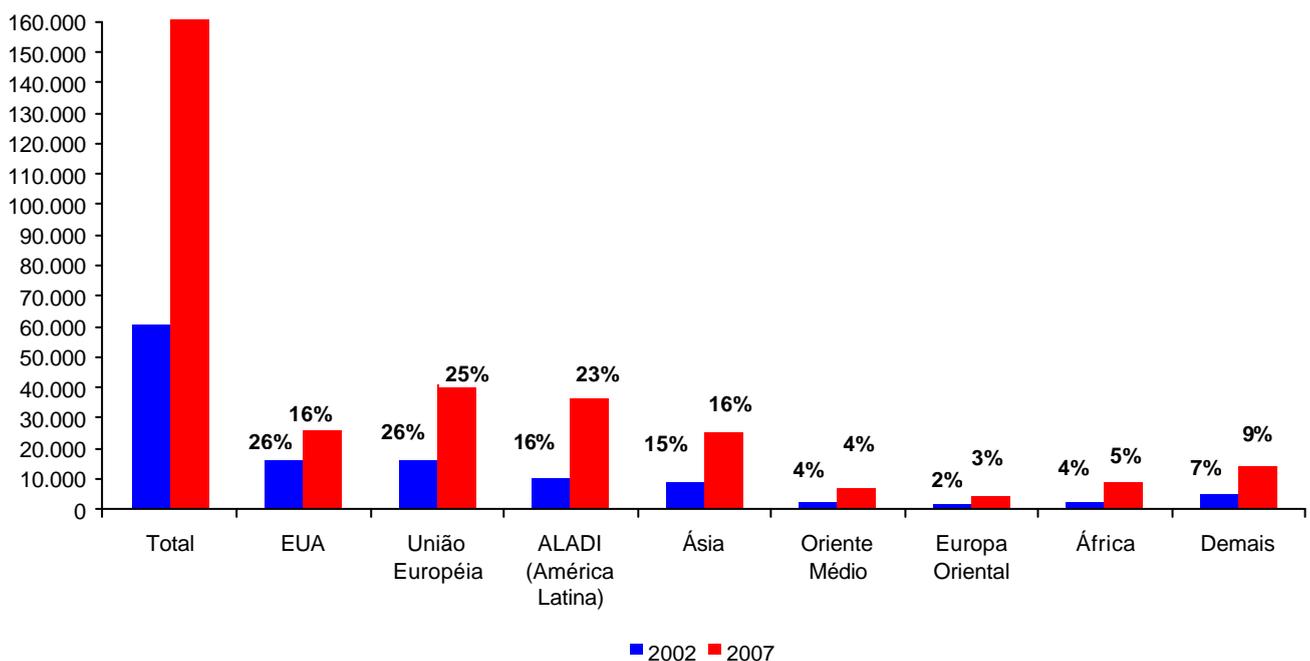


Fonte: Secex/MDIC. Elaboração Apex-Brasil.

Exportações por bloco econômico

- Brasil aumenta exportações, mantém parceiros tradicionais e amplia volume de comércio com os demais.

Evolução das Exportações Brasileiras por Blocos Econômicos de Destino (em US\$ milhões FOB e participação de cada bloco em relação ao total das exportações)



Fonte: Fonte: Secex/MDIC.

HABITAÇÃO

Novos programas e ampliação de financiamentos beneficiam população de baixa renda e classe média

Evolução dos recursos

- R\$ 82 bi em investimentos habitacionais de 2003 a 2007:
 - R\$ 44,3 bi de recursos federais, que beneficiaram cerca de 2,4 milhões de famílias, sendo 74,6% com renda até cinco salários mínimos.
 - R\$ 37,8 bi de investimentos privados: aumento de 700% no período.
- Em 2008, alocados R\$ 28,6 bi, sendo R\$ 8,7 bi de programas geridos pelo governo federal¹ que beneficiarão aproximadamente 600 mil famílias.

Execução de jan/07 a set/08*

Fonte dos recursos**	Famílias beneficiadas	Valor alocado (R\$ mi)
FAR	23.290	735
FAT	52.048	622
FDS	11.380	196
FGTS	627.886	16.921
OGU	538.167	6.010
OGU/FNHIS	139.688	2.012
SBPE	393.720	38.158
Total	1.786.179	64.654

* Valores referentes a FGTS e OGU/FNHIS foram revistos e corrigidos. Desconsiderar valores apresentados na edição anterior.

** FAR – Fundo de Arrendamento Residencial; FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; FDS – Fundo de Desenvolvimento Social; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; OGU – Orçamento Geral da União; OGU/FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

Programas para famílias de baixa renda

- Programa de Aceleração ao Crescimento – PAC (PPI² e FNHIS):
 - Em 2007, selecionados 295 projetos em 27 estados e 117 municípios, no valor de R\$ 7,9 bi, sendo R\$ 5,4 bi do OGU e R\$ 2,5 bi de financiamento (FGTS/FAT) pelo PPI.
 - Em 2007 e 2008, selecionadas 3.068 ações em 27 estados e 1.853 municípios, para receber recursos do FNHIS, com repasse total de R\$ 1,85 bi.
 - Iniciado processo de seleção pública de entidades privadas sem fins lucrativos para acesso a recursos para adquirir ou produzir moradias e lotes urbanizados no âmbito da Ação de Apoio à Produção Social da Moradia (Resolução 20, de 17set/08, do Conselho Gestor do FNHIS).

Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE

- Em ago/08, operações atingiram R\$ 3,4 bi. Financiadas 34,8 mil unidades³.
- Acumulado do ano atingiu R\$ 19,9 bi: + 92,5% em relação a mesmo período do ano anterior. Financiadas 197.820 unidades.

Mais informações: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao>

1 Programa de Arrendamento Residencial (PAR); Programa Crédito Solidário; Carta de Crédito FGTS (individual e associativa); Apoio à Moradia; FNHIS; Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e Pró-Moradia. Foram somados os valores da seleção do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e do Pró-Moradia para 2008.

2 Programa Prioritário de Investimento.

3 Fonte: Abecip - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança. Dados sujeitos a alteração em função de ajustes dos agentes financeiros junto ao Banco Central.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Equacionamento das dívidas, mais crédito e novos recordes de produção revelam dinamismo e apontam papel estratégico do setor

Crédito rural

- Volume triplicou: de R\$ 25 bi em 2002-03 para R\$ 78 bi em 2008-09. Destes, R\$ 65 bi destinados ao Plano Agrícola e Pecuário – PAP (agricultura empresarial), que contempla, entre outras medidas, custeio, investimento, seguro rural e política de preços mínimos – especialmente de alimentos como arroz, feijão, milho e trigo.

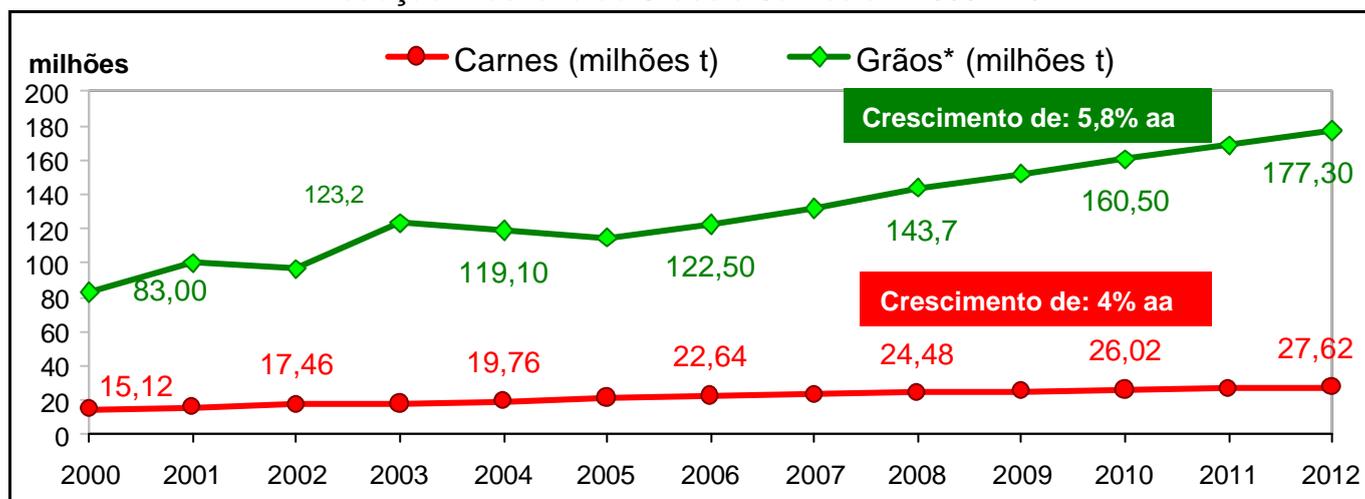
Safras recordes

- 143,87 milhões de toneladas de grãos colhidos na safra 2007/08 (+9,2% em relação à safra anterior). Primeiro levantamento da Conab¹ para safra 2008/09 aponta produção entre 142,03 e 144,55 milhões de toneladas e crescimento de área plantada entre 1,2% e 2,7%.
- IBGE prevê 145,3 milhões de toneladas para safra de grãos de 2008 (+9,1% em relação à de 2007).

Recordes da balança comercial do agronegócio

- 2007: exportação de US\$ 58,4 bi e saldo de US\$ 49,7 bi² – recorde histórico.
 - Carne bovina: US\$ 11,3 bi exportados em 2007, 30,7% superior a 2006 (*in natura* foram US\$ 3,5 bi em 2007, valor 11,2% superior a 2006).
- 2008: estimativa de US\$ 74 bi de exportação e saldo de US\$ 62 bi (+25% ante 2007).

Produção Brasileira de Grãos e Carnes em 2000 – 2012



Fonte: AGE/MAPA * 2009 – 2012 projeção.

Outras medidas

- Reestruturação das dívidas de R\$ 75 bi já é lei (n.º 11.775/08). Total estimado em R\$ 87,5 bi. Medida tem potencial de atender 2,8 milhões de contratos.
- Fundo de Catástrofe do Seguro Rural – projeto encaminhado ao Congresso: instrumento de resseguro em caso de ocorrência de catástrofes climáticas.
- Dec. 6.464 (27mai/08) – cria adidos agrícolas junto a missões brasileiras no exterior. Participarão de negociações em assuntos sanitários e fitossanitários.
- Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar: em fase de conclusão³.

1 Companhia Nacional de Abastecimento: www.conab.gov.br.

2 Desempenho decorreu do crescimento da economia mundial e aumento de preços de importantes commodities exportadas.

3 Na edição anterior, foi informado erroneamente que o zoneamento foi concluído em ago/08.

DESMATAMENTO E AQUECIMENTO

Governo monitora de perto indicadores de desmatamento e implementa ações de prevenção e mitigação

Combate ao desmatamento na Amazônia

- Após queda em jul/08 (-62,8%, 323 km²), desmatamento sobe em ago/08 (+57,2%, 756 km²). De ago/04 a jul/07: queda de 59% (27,4 mil para 11,5 mil km²).
- Novas normas legais dão instrumentos ao governo para aumentar fiscalização:
 - Lei de crimes ambientais possibilita medidas imediatas (embargo, suspensão, apreensão, destruição e demolição) e atualiza valor de multas.
 - Proibido definitivamente o abate de mogno e criada Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques¹.
 - Exigência de regularidade ambiental e fundiária para crédito rural na Amazônia em vigência desde 1ºjul/08².
- Operação Arco Verde³: penhor florestal como garantia do crédito rural; juros de apenas 4% para operações florestais de regularização e recuperação de reservas legais; inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos.
- Criado Fundo Amazônia (1ºago/08), para captar doações internacionais e privadas em apoio a ações de proteção. Anunciada doação de US\$1bi (Noruega) até 2015.
- Apoio técnico e financeiro para elaboração de Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento para MT, PA e AC. Próximos estados: RO e TO.
- Apreensão e leilão de 3.046 cabeças de gado em unidades de conservação.

Desenvolvimento Florestal

- Investimentos em assistência técnica, capacitação e crédito ampliaram área de plantio florestal, de 320 mil ha (2002) para 640 mil ha (2007).
- Publicado 2º Plano Anual de Outorga Florestal; cadastrados mais de 210 milhões de hectares de florestas públicas: 25% do território nacional, 98% na Amazônia e quase 60% para uso comunitário pelas populações indígenas e locais.
- Em andamento 2º Edital de Concessão Florestal (Saraca-Taquera, PA).
- Assinados três primeiros contratos de Concessão Florestal para as Unidades de Manejo Florestal da Floresta Nacional do Jamari (RO).

Política Nacional e Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

- PL 3.535/08 e PL 3.820/08, enviados ao Congresso.
- Primeira versão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, em consulta pública desde 1ºout/08 no site do MMA, aprovado pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM).

Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia

- Expansão de 26,7% (2003-2008), compreendendo novos 250 mil km² na Amazônia (63 unidades). São 299 UC's federais (755.508 km²), 9% do território brasileiro.

Mais informações em <http://www.mma.gov.br/>

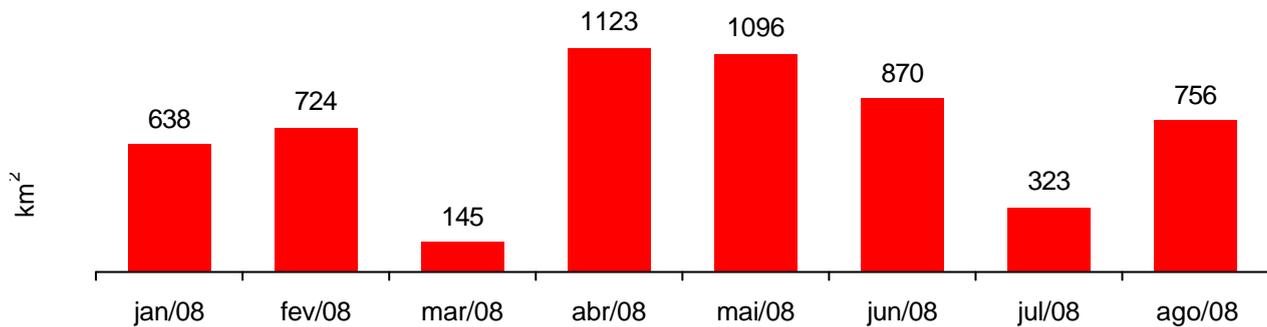
1 Decreto 6.477, de 5jun/08, que altera artigo 3º do Decreto 4.722, e Decreto 6.515/08, respectivamente.

2 Resolução 3.545/08 do Conselho Monetário Nacional.

3 Anunciada no lançamento do Plano Amazônia Sustentável, em 8mai/08. Dois eixos de ação voltados aos 36 municípios que mais desmatam na Amazônia: medidas emergenciais e agenda de transição para a sustentabilidade.

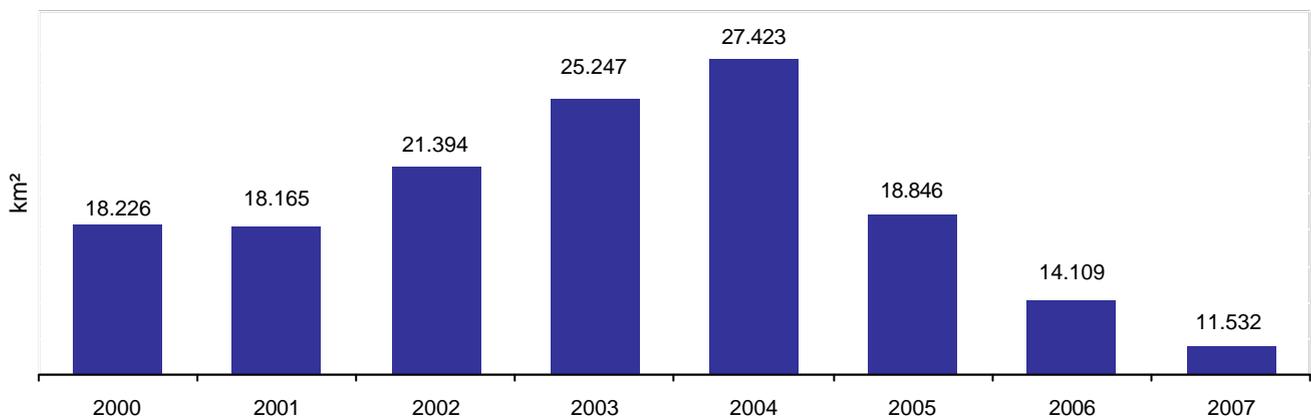
DESMATAMENTO E AQUECIMENTO

Áreas em processo de desmatamento na Amazônia Legal¹ – mensal



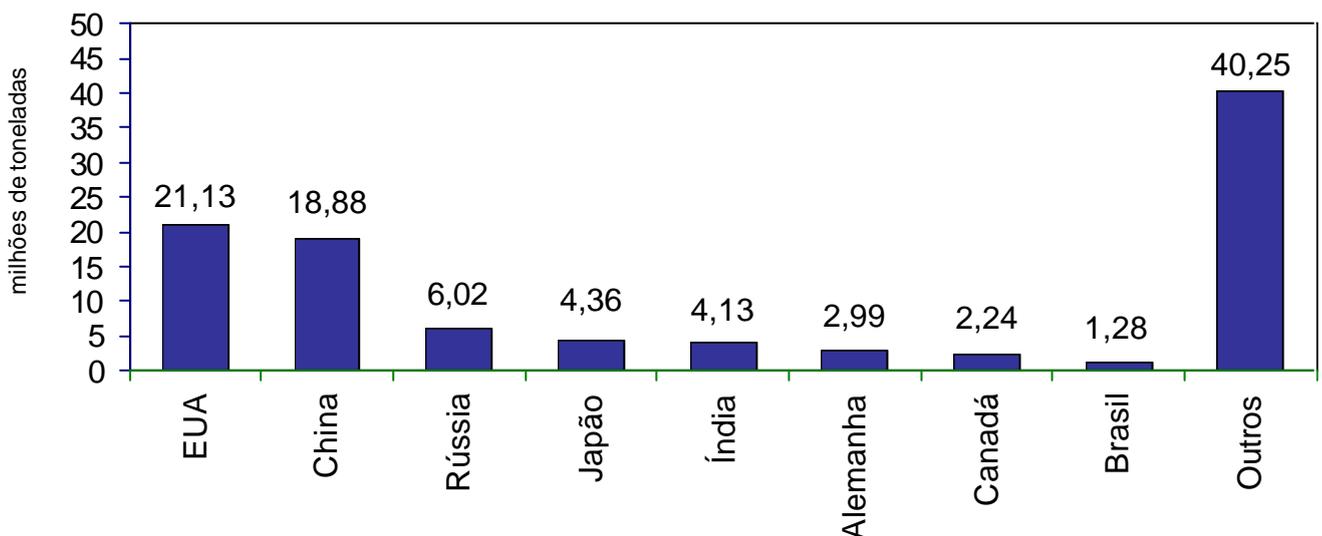
Fonte: Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter/Inpe).

Desmatamento na Amazônia Legal 2000-2007 – anual



Fonte: Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes/Inpe). Dados de 2007 sujeitos à revisão.

Emissões de CO2 em 2005



Fonte: Embrapa.

Mais informações: <http://www.mma.gov.br/> e <http://www.inpe.br/>.

¹ Tratam-se de informações de sistema de alerta para suporte à fiscalização, e não uma avaliação fiel do desmatamento mensal da Amazônia, em função da resolução dos satélites e da cobertura variável de nuvens de um mês para outro.

COMBUSTÍVEIS

Início da exploração do pré-sal é resultado de investimento contínuo para ampliar produção de petróleo e gás e garantir segurança energética

Petróleo – resultados 2008

- Início de obras da P-56 no estaleiro BrasFels – Angra, em fev/08, e de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj, em mar/08.
- Conclusão das obras no campo de Espadarte – Módulo 2, em mar/08.
- Entrada em operação da Petroquímica Paulínia, em abr/08.
- Conclusão da Unidade de Coque da Reduc (Reduc – Conversão), em jun/08.
- Conclusão das obras do HBio¹: refinarias Regap, Repar, Refap e Replan, em jul/08.
- Descoberta de acumulação de óleo leve no bloco BM-S-40, em águas rasas, na parte sul da Bacia de Santos, em mai/08.
- Descobertas novas acumulações de óleo no pré-sal da Bacia de Santos, na área Bem-te-vi, em mai/08; no poço Guará, em área próxima a Carioca, em jun/08; no poço Iara, no bloco BM-S-11, na mesma área exploratória de Tupi, em ago/08.
- **Iniciada produção (P-34) no pré-sal no campo de Jubarte (ES), em 2set/08.**
- Iniciada a conversão do casco da P-57, em set/08.
- Perspectiva 2008: entrada em operação das plataformas P-51 e P-53 até 4ºtri/08².

Gás – resultados 2008

- Descoberta: Júpiter, jazida de gás natural e condensado (Bacia de Santos), em jan/08.
- Conclusão das obras no campo de Manati (BA)³, em jan/08.
- Início da produção do campo de Peroá II (ES), em fev/08.
- Entrada em operação dos gasodutos Cabiúnas (RJ) – Vitória (ES), com 303 km de extensão, em fev/08; Campinas (SP) – Rio (trecho Taubaté-Japeri), com 247 km, em jul/08; Catu-Carmópolis (trecho Catu-Itaporanga), com 197 km, em out/08.
- Início das obras dos gasodutos Cacimbas (ES) – Catu (BA), com 954 km, em mai/08; Japeri – Reduc (RJ), com 45 km, em jun/08; Caraguatatuba (SP) – Taubaté (SP), com 96 km, e Gasduc III, com 183 km, em jul/08.
- **Chegada do navio “Golar Spirit” em Pecém (CE), para operação de regaseificação de gás natural liquefeito – GNL, em jul/08.**
- Perspectivas 2008: operação do primeiro terminal de regaseificação de gás natural liquefeito – Pecém (CE), em nov/08⁴; conclusão do terminal da Baía de Guanabara (RJ), em dez/08⁵; início das obras de três gasodutos⁶ no 4º trim/08.

Petróleo e gás

- Emissão da 1ª Licença de Operação por Área Geográfica no país, para as atividades de exploração na Bacia de Campos, em ago/08.
- Perfurados 121 poços exploratórios: 85 em terra e 36 no mar (ago/08).

Biocombustíveis – ver pág. 12

Mais informações: www.mme.gov.br/ e www.anp.gov.br/

1 HBio ou “diesel verde” é composto com 10% a 30% de óleos vegetais e diesel derivado do petróleo.

2 P-51: a ser instalada no Campo Marlim Sul Módulo 1; e P-53: no Campo Marlim Leste, ambos na Bacia de Campos.

3 Em operação desde 2007.

4 Inaugurado em 20ago/08. Está em fase de testes (pré-operação).

5 Em função de atraso na construção do pier do terminal de Guanabara, foi adiada a data de conclusão.

6 Gasodutos: Pilar – Ipojuca (187 km), Gasbel II (267 km) e Paulínia – Jacutinga (93 km).

ENERGIA ELÉTRICA

Reestruturação do setor garante fornecimento de energia à sociedade e dá suporte ao crescimento econômico

Medidas para não faltar energia¹

- Novo modelo do setor elétrico: Leis 10.847/04, 10.848/04, 10.871/04 e 11.097/05².
- Retomada do planejamento: criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e elaboração de planos nacionais e decenais de energia e da Matriz Energética Nacional.
- Criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE³.
- Instituição de leilão para contratação de energia, com celebração de contratos com duração de 15 anos para UTE e de 30 anos para UHE.
- Realização do 1º leilão de energia reserva⁴ em 14ago/08: contratação de 31 UTEs movidas a biomassa, para início de suprimento em 2009 e 2010.

Geração e transmissão

- Resultados: desde 2005, comercializados 17.018,3 MW médios⁵, incluindo fontes alternativas, reserva e projetos estruturantes. Em 2008, realizados três leilões.
 - Geração: em 2008, agregados 1.495,7 MW ao sistema (até 30set/08). 2007: 4.028 MW. Transmissão: concluídos 1.974 km de linhas até 30set/08.
- Perspectivas – geração: mais 1.435,5 MW agregados ao sistema em 2008 (2.949,2 MW no ano), 5.336,7 MW em 2009 e 3.248,6 MW em 2010.
 - Linhas de Transmissão (LT) monitoradas: seis ações (1.480 km) a serem concluídas até 31dez/08. Em 2009, 24 ações (5.657 km).

Reservatórios

- Atendimento energético do Sistema Interligado Nacional - SIN - assegurado segundo critérios de segurança estabelecidos para o setor.
- Volumes acumulados ao final de set/08 ficaram acima da Curva de Aversão a Risco – CAR, de acordo com o ONS⁶:
 - Regiões: SE/CO (9,9 pontos percentuais acima); NE (28,1 p.p.); S (40,9 p.p.).

Argentina e Uruguai

- Argentina: desde 2004, Brasil supre energia de UTE. Em 2008, excepcionalmente, acordado suprimento de energia hidráulica, limitado a 500 MW médios e cláusula de devolução. Envio: de mai a ago/08; devolução: de set a nov/08. **Em 30set/08 foi concluído processo de devolução.**
- Uruguai: desde 2004, Brasil também supre energia de UTE. Em 2008, acordado envio de energia hidráulica, limitado a 72 MW médios e cláusula de devolução. Envio: jul e ago/08; devolução: de set a nov/08.

Luz para Todos

- 8,7 milhões de pessoas beneficiadas (set/08).

1 Principais siglas utilizadas: UTE – Usina termelétrica; UHE – Usina hidrelétrica; MW – Megawatt.

2 Lei 10.847/04 “autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE”; Lei 10.848/04 “dispõe sobre a comercialização de energia elétrica”; Lei 10.871/04 “dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras”; e Lei 11.097/05 “dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira”.

3 Ministro de Minas e Energia coordena. Participam: Operador Nacional do Sistema (ONS), EPE, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).

4 Para utilização quando nível dos reservatórios das UHEs estiver baixo.

5 A geração de energia de uma usina varia em função dos níveis dos reservatórios ao longo do ano. MW médios são, portanto, a média dos períodos de maior e menor geração de energia.

6 ONS – Operador Nacional do Sistema. A Região Norte não possui CAR.

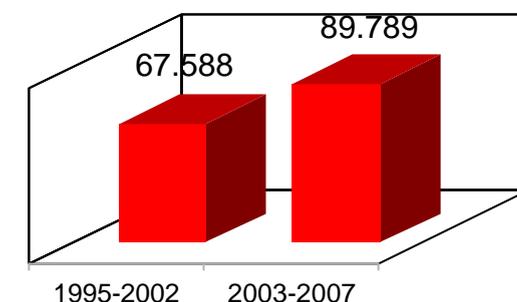
REFORMA AGRÁRIA

Apoio, crédito e assistência estimulam produção familiar e aumento da renda de assentados

Renda e cidadania

- De 2003 a 2007, criados 2,8 mil projetos de assentamento; incorporados cerca de 39 milhões de hectares e assentadas quase 450 mil famílias.
- Acesso a várias modalidades de crédito de até R\$ 23,3 mil por família.
- Assistência técnica chegou a mais de 555 mil famílias assentadas¹.
- Habitação: de 2003 a 2007, construídas 216 mil casas. Meta 2008: construção de 60 mil casas e reforma de 40 mil.
- Educação: orçamento do Pronera² passou de R\$ 9 mi (2003) para R\$ 38 mi (2007). Resultado: 286 mil assentados alfabetizados, escolarizados e graduados no período.
- Em 2008, 24.730 assentados estudam:
 - Projetos de alfabetização e ensino fundamental: 19.320.
 - Nível médio profissionalizante: 3.354.
 - Graduação (Pedagogia, Geografia, História, Direito, Agronomia, etc.): 2.056.

Média anual famílias assentadas



Fonte: MDA.

Meio Ambiente

- Meta 2008: solicitação de mais de duas mil licenças de imóveis para fins de reforma agrária e de projetos de assentamentos.
- Obtidas 1.152 licenças prévias e de instalação e operação (jan/03 a set/08).
- Solicitadas 541 licenças prévias e de instalação e operação até ago/08.

Regularização fundiária em 2008

- Até final de 2008, mais de 30 mil pequenos agricultores receberão títulos: dez mil no CE (cinco mil entregues em ago/08); seis mil em MG; dez mil na área do canal de integração do Médio São Francisco e cinco mil na faixa de fronteira, em 11 estados.
- Amazônia:
 - Retomados pela União 227 mil hectares na região de Manicoré/AM.
 - Georeferenciados 11,2 milhões de hectares de terras da União até set/08. Meta 2008: 18 milhões de hectares.
 - Operação com Exército, a partir de jul/08, na área da BR-163, sul do PA, levanta número de posseiros com direito legítimo às terras.
- R\$ 40 mi para regularizar áreas quilombolas (Programa Territórios da Cidadania).

Fortalecimento do Incra

- Mais de 1.300 servidores concursados ingressaram no Incra em 2006 e 2007.

Mais informações: www.mda.gov.br; www.incra.gov.br

1 Inclui ações de consolidação de assentamentos do PAC/Incra (Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária), Projeto Dom Helder Câmara e Pronaf "A".

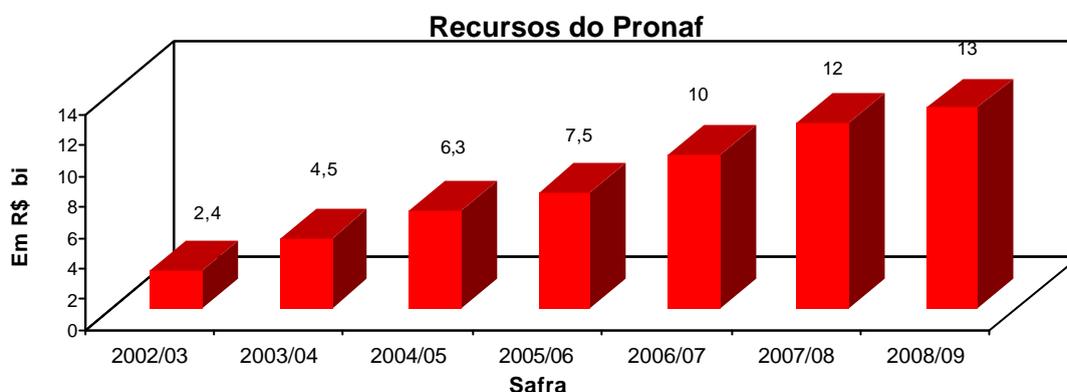
2 Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

MUDANÇA NO CAMPO

Agricultura familiar, que já responde por 70% dos alimentos dos brasileiros, tem mais crédito, assistência e garantia para produzir

Agricultura familiar

- Recursos para Agricultura Familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cresceram mais de cinco vezes desde safra 2002/03: de R\$ 2,4 bi para **R\$ 13 bi em 2008/09**.



Obs: safras 2006/07 a 2008/09 - recursos disponibilizados

- Assistência técnica: de 107 mil em 2003 para 1,2 milhão de agricultores em 2007.
- Criado o Seguro da Agricultura Familiar e ampliado o Garantia-Safra no semi-árido.
- Políticas de comercialização: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com R\$ 1,6 bi entre 2003-07 e implantação da linha Pronaf Comercialização.
- **Repactuação das dívidas de produtores já é lei (n.º 11.775/08): há medidas específicas para agricultores familiares e assentados da reforma agrária¹.**

Destaques do Plano Safra 2008-09 da Agricultura Familiar

- Grupos C, D e E do Pronaf foram agrupados em categoria chamada “agricultura familiar”. Para financiamento de custeio, taxas de juros caíram para 1,5% a 5,5% ao ano (antes: de 3% a 5,5%). Nas operações de investimento, caíram para faixa de 1% a 5% (antes: de 2% a 5,5%).
- Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) para a produção de arroz, feijão, milho, trigo e mandioca – ampliado de R\$ 1,8 mil para até R\$ 2,5 mil por família.
- Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF): criado em 2006, cobre operações de crédito de custeio; estabelece preço de garantia de alguns produtos, com base em custo de produção. Ampliado de 11 para 15 produtos²; adotará preços mais elevados para trigo, arroz, feijão, milho, mandioca e leite, para proteger produtor contra queda de preço.
- Linha de crédito específica para recuperação e manejo do solo: financiamento de até R\$ 7 mil e juro de 1% ao ano.
- Recursos para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): R\$ 397 mi, contra R\$ 168 mi em 2007.

Mais informações: www.mda.gov.br

¹ Prazo de adesão à renegociação prorrogado para 14nov/08 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

² Arroz, café, cará, castanha de caju, feijão, inhame, leite, mandioca, milho, tomate e soja; incluídos pimenta-do-reino, trigo, cebola e mamona.

RELAÇÃO COM MUNICÍPIOS

Cresce o Brasil, ganham os municípios; repasses aumentam, compromissos são cumpridos e relações dão salto de qualidade

Mais recursos para municípios já mudam vida nas cidades

- **FPM¹: 22,5% para 23,5% do IR/IPI. De R\$ 25,1bi (2004) para R\$ 34,6 bi (2007).**
- ISS² passou a representar fatia mais significativa das receitas próprias municipais: de 40,3% (2004) para 45,1% (2006).
- Simples Nacional: formalização das micros e pequenas empresas gerou incremento na arrecadação de municípios de cerca de R\$ 1,5 bi entre ago/07 e jul/08.
- Saúde: de R\$ 15,6 bi (2004) para R\$ 19 bi (2007).
- Salário-educação ampliado e repassado diretamente aos municípios: de R\$ 1,6 bi (2004) para R\$ 2,3 bi (2007).
- Transporte escolar: de R\$ 241,9 mi (2004) para R\$ 291,9 mi (2007).
- Provias³ (R\$ 500 mi do BNDES para financiar aquisição de máquinas).
- Agenda Social: Territórios da Cidadania (R\$ 12,9 bi, 958 municípios⁴); Mais Cultura (R\$ 4,7 bi até 2010); PlanSeQ⁵ Bolsa Família (185 mil beneficiários).
- Fundeb: valor-aluno do fundamental passou de R\$ 682,60 para R\$ 1.137,30 (2008)

Compromissos cumpridos preparam ciclo para novos governos municipais

- PEC Reforma Tributária: proposta pactuada em “mesas federativas plenas” com Estados (Confaz⁶) e municípios (CAF⁷) e já enviada ao Congresso (ver pág. 38).
- ITR⁸: criado Comitê Gestor; estendido prazo para adesão (jan/09); novas regras facilitam opção por cobrança do tributo pelos municípios.
- Melhor atendimento: Sasf⁹ e Salas das Prefeituras/Caixa (superintendências).
- **Portal Único de Convênios: em funcionamento. Facilita acesso e aumenta transparência dos recursos. Capacitação de gestores municipais através de multiplicadores: www.convenios.gov.br/portal.**
- Apoio à transição governamental: publicação “Orientações aos gestores municipais em final de mandato”; portal com informações consolidadas para municípios: wiki.planalto.gov.br/federativo. Em nov/08, após eleições, serão lançados guia, catálogo e informações eletrônicas sobre PAC, PDE, Pronasci e Agenda Social para novos gestores.
- Transporte Escolar Rural: encaminhado ao Congresso PL com nova normatização da gestão do serviço.
- Lançamento da Agenda Nacional de Apoio à Gestão dos Municípios: conjunto de ações apresentado na X Marcha dos Prefeitos¹⁰, para melhorar a gestão.

1 Fundo de Participação dos Municípios. Valores corrigidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo a preços de dez/07.

2 Imposto Sobre Serviços (competência municipal).

3 Programa de Intervenções Viárias.

4 Dos 60 primeiros territórios. Outros 60 foram aprovados para serem inseridos no programa a partir de 2009.

5 Plano Setorial de Qualificação.

6 Conselho Nacional de Política Fazendária.

7 Comitê de Articulação Federativa, da Secretaria de Relações Institucionais.

8 Imposto Territorial Rural.

9 Sistema de Assessoramento Federativo em cada órgão da administração pública federal.

10 Realizada em 15abr/08.

RELAÇÃO COM ESTADOS

Aumento de repasses federais amplia capacidade de investimento dos estados, combate desigualdades regionais e fortalece pacto federativo

Diálogo republicano garante aumento de investimentos estaduais

- Simples Nacional e formalização das micros e pequenas empresas: **incremento de arrecadação para os estados de R\$ 4,9 bi entre ago/07 e jul/08.**
- Criada Câmara de Conciliação Federativa, no âmbito da AGU¹.
- Encaminhada ao Congresso em nov/07 proposta de alteração da LRF² para responsabilizar cada poder por seus gastos de pessoal: em tramitação.
- Compensações pela desoneração do ICMS nas exportações: R\$1,95 bi de repasse a título de auxílio financeiro para fomento em 2007³.
- Reforma tributária enviada ao Congresso, acertada em mesas federativas no CAF⁴ com estados (Confaz⁵) e municípios: partilha do PIS e Cofins contemplada.
- PEC⁶ dos precatórios: apoio do Governo garantiu aprovação na CCJ do Senado.
- Revisão da Lei de Licitações. Governo encaminhou PL ao Congresso.
- Vários estados tiveram contratos do Plano de Ajuste Fiscal (PAF) negociados com Ministério da Fazenda: maior espaço fiscal para financiamentos e investimentos.
- Refinanciamento da dívida dos estados com o mercado: Banco do Brasil.
- PAC: reuniões com 27 governadores e prefeitos das regiões metropolitanas estruturaram investimentos, garantindo gerenciamento das ações.
- PAC saneamento transferiu R\$ 12,7 bi para estados e municípios em 2007.

Programas pactuados fortalecem Política de Desenvolvimento Regional

- Territórios da Cidadania: comitês estaduais articulados e instalados.
- Recriação da Sudam⁷ e Sudene⁸ – governadores como membros dos conselhos.
- Adesão de todos os estados ao PDE⁹. Fundeb e apoio a transporte escolar (PNATE) incorporam o ensino médio.
- Mais Cultura – R\$ 4,7 bi até 2010, em parceria com governos estaduais.
- Participação do Presidente nos Fóruns de Governadores: Nordeste e Amazônia Legal.
- PlanSeQ¹⁰ do Bolsa Família: qualificação para o trabalho de 185 mil beneficiários.
- Pronasci: contratados R\$ 500 mi para os estados em 27jun/08.

Cooperação internacional e integração sul-americana

- Instalação do Foro Consultivo de Governadores e Prefeitos do Mercosul; realizada Rodada de Integração Produtiva da Frente Norte do Mercosul.
- Ano da França no Brasil (2009): envolvimento de estados e municípios.
- Renovada cooperação entre regiões italianas, Governo Federal e regiões brasileiras: Serra das Confusões (PI); Manaus e Alto Solimões (AM); Baixada Fluminense (RJ); São Carlos e Araraquara (SP); Bagé (RS); e Serra da Mantiqueira (MG).

1 Advocacia Geral da União.

2 Lei de Responsabilidade Fiscal.

3 Medidas Provisórias 355 e 368.

4 Comitê de Articulação Federativa, da Secretaria de Relações Institucionais.

5 Conselho Nacional de Política Fazendária.

6 Proposta de Emenda à Constituição.

7 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

8 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

9 Plano de Desenvolvimento da Educação.

10 Plano Setorial de Qualificação.

ESPORTES

Políticas públicas e incentivos fiscais favorecem massificação do esporte e qualificam país para sediar grandes eventos internacionais

Esportes de alto rendimento

- Bolsa-Atleta (desde 2005) – destinado a atletas de alto rendimento sem patrocínio: auxílio financeiro a 3.945 atletas. **Orçamento 2008: R\$ 21,1 mi. 2009: R\$ 42 mi.**
 - Olimpíadas: 227 atletas; 33 bolsistas, sete medalhistas.
 - Paraolimpíadas: 188 atletas, 79 bolsistas, 12 medalhistas.

Infra-estrutura esportiva

- Construção, modernização de quadras, ginásios e espaços esportivos; aquisição de equipamentos para instituições de ensino e comunidades.
 - “Praça da Juventude”: complexos esportivos em regiões de vulnerabilidade social (quadras poliesportivas, campo de futebol, pistas de corrida e skate, área de ginástica, centros de convivência e da terceira idade).

Brasil – sede de grandes eventos esportivos

- Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro: **pela primeira vez cidade brasileira passa à segunda fase. Congresso Nacional aprovou crédito de R\$ 85 mi para ações pela candidatura.** Definição: 2out/09.
- Copa do Mundo 2014: assinado acordo de cooperação com Abdib¹ e CBF² para mapear investimentos necessários em 18 cidades e respaldar decisão final da Fifa.

Inclusão social pelo esporte

- Segundo Tempo (desde 2003): democratizar prática esportiva por meio de vivência e iniciação realizadas no contraturno escolar. Público-alvo: crianças, adolescentes e jovens expostos a risco social. Assinados 708 convênios (1.660 municípios, três milhões de beneficiados até 9jul/08).
- Pintando a Liberdade (desde 1999): ressocialização e profissionalização de presos na confecção de materiais esportivos, mediante remuneração e redução de pena. Desde 2003 beneficiou 12,7 mil detentos, passou de 16 para 73 unidades prisionais, com 1,76 milhão de itens de materiais esportivos produzidos.
- Pintando a Cidadania (desde 2004): inclusão social em comunidades carentes e ingresso no mercado de trabalho em fábricas de materiais esportivos. Beneficiou 1.873 pessoas. Produzidos 3,49 milhões de itens em 23 unidades de produção.
- Esporte e Lazer na Cidade (desde 2003): pesquisa, gestão compartilhada e ações educativas de esporte e lazer. Em 2008, 42 processos em chamada pública e 67 via emendas parlamentares (para 1,3 milhão de pessoas); mais 85 no âmbito do Pronasci (800 mil jovens de 15 a 24 anos). 46 pesquisas em andamento.
- Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social (lançado em 25ago/08).
- Promoção e apoio a eventos científicos e de qualificação de gestores.

Lei de Incentivo ao Esporte – 11.438/06

- Benefícios fiscais a pessoas físicas e jurídicas em contrapartida a estímulo ao esporte por meio de patrocínio/doação.

Mais informações: portal.esporte.gov.br

1 Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base.

2 Confederação Brasileira de Futebol.

INTEGRAÇÃO NACIONAL

Convergência da ação pública em benefício das regiões menos favorecidas reduz desigualdades regionais

Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

- Decreto 6.047/2007 potencializa desenvolvimento, tendo como uma das estratégias o aproveitamento da diversidade regional brasileira.

Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO¹)

- Entre jan-jul/08, financiamentos contratados totalizaram R\$ 6,6 bi, (sendo FCO R\$ 1,3 bi; FNE R\$ 4,2 bi e FNO R\$ 1,1 bi). Acréscimo de 83,2% em relação a jan-jul/07 (R\$ 3,6 bi).

Fundos Regionais de Desenvolvimento (FDA e FDNE²)

- Financiamentos de projetos de infra-estrutura (energia e transporte) e estruturadores, por meio de aquisição de debêntures (convertíveis em ações) de empresas.
- Aprovados, de 2006 até set/08, projetos que demandam R\$ 1,4 bi (R\$ 808 mi do FDA e R\$ 550 mi do FDNE). Destes, R\$ 739 mi já contratados pelo FDA (R\$ 509 mi já liberados) e R\$ 48 mi contratados pelo FDNE.

Incentivos fiscais nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene³

- Para promover investimentos na Amazônia e no Nordeste. Destinados a empresas em setores prioritários, mediante redução e reinvestimento do imposto de renda.
 - Renúncia fiscal estimada pela Receita Federal, em 2008: na área da Sudene R\$ 2,1 bi; na área da Sudam R\$ 1,6 bi.
- Novas Sudam e Sudene: conselhos deliberativos instalados, respectivamente, em 30mai/08 e 30abr/08. PLC 119/2006, da nova Sudeco⁴, tramita no Senado Federal.

Comitê de Regionalização da Política de Desenvolvimento Produtivo

- Implantado, com representação de ministérios, bancos de desenvolvimento e ABDI⁵.
 - Objetiva aproveitar potencialidades regionais e promover atividades produtivas no entorno de projetos industriais e de infra-estrutura em áreas marginalizadas.

Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste

- Sob coordenação da nova Sudene, tratará, entre outras questões, de mortalidade infantil, renda, desenvolvimento econômico, saúde, educação e desigualdades regionais.
- Diretrizes integrarão PPA⁶ a partir do período 2009-2011.

Cooperação com a União Européia – Diálogo de Políticas Regionais

- Lançada agenda de trabalho 2008-11 em Bruxelas (out/08). Assinado memorando de entendimento para cooperação em gestão de políticas regionais e territoriais (nov/07).
- Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais: de 3 a 5dez/08 em Brasília. Objetiva discutir experiências e aprofundar intercâmbio institucional e acadêmico.

Mais informações: <http://www.integracao.gov.br/>

1 Respectivamente, Fundos Constitucionais do Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

2 Respectivamente, Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

3 Respectivamente, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

4 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

5 Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

6 Plano Plurianual.

Fique atualizado; consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

4 – BIBLIOTECA: ESTUDOS, ARTIGOS, PESQUISAS E ANEXOS

Índice

Tema	Página
Pronunciamento do Presidente Lula na reunião da ONU	68
PNAD 2007	71
Resultado das eleições municipais	72
Ambiente de Negócios	74
Brasileiros no Exterior	78
Conselhos e Conferências Nacionais – 2003 a 2008	79
Pré-sal	81

PRESIDENTE LULA NA ONU

63ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque-EUA

Pronunciamento do Senhor Presidente da República em 23set/08

Esta Assembléia realiza-se em um momento particularmente grave. A crise financeira, cujos presságios vinham se avolumando, é hoje uma dura realidade. A euforia dos especuladores transformou-se em angústia dos povos após a sucessão de naufrágios financeiros que ameaçam a economia mundial.

As indispensáveis intervenções do Estado, contrariando os fundamentalistas do mercado, mostram que é chegada a hora da política. Somente a ação determinada dos governantes, em especial naqueles países que estão no centro da crise, será capaz de combater a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas.

A ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores. É inadmissível, dizia o grande economista brasileiro Celso Furtado, que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas.

O ônus da cobiça desenfreada de alguns não pode recair impunemente sobre os ombros de todos. A economia é séria demais para ficar nas mãos dos especuladores. A ética deve valer também na economia. **Uma crise de tais proporções não será superada com medidas paliativas. São necessários mecanismos de prevenção e controle, e total transparência das atividades financeiras.**

Os organismos econômicos supranacionais carecem de autoridade e de instrumentos práticos para coibir a anarquia especulativa. Devemos reconstruí-los em bases completamente novas. Dado o caráter global da crise, as soluções que venham a ser adotadas deverão ser também globais, tomadas em espaços multilaterais legítimos e confiáveis, sem imposições. Das Nações Unidas, máximo cenário multilateral, deve partir a convocação para uma resposta vigorosa às ameaças que pesam sobre nós.

Há outras questões igualmente graves no mundo de hoje. É o caso da crise alimentar, que ameaça mais de um bilhão de seres humanos; da crise energética, que se aprofunda a cada dia; dos riscos para o comércio mundial, se não chegarmos a um acordo na Rodada de Doha; e da avassaladora degradação ambiental, que está na origem de tantas calamidades naturais, golpeando sobretudo os mais pobres.

O Muro de Berlim caiu. Sua queda foi entendida como a possibilidade de construir um mundo de paz, livre dos estigmas da Guerra Fria. Mas é triste constatar que outros muros foram se construindo, e com enorme velocidade. Muitos dos que pregam a livre circulação de mercadorias e capitais são os mesmos que impedem a livre circulação de homens e mulheres, com argumentos nacionalistas, e até fascistas, que nos fazem evocar, temerosos, tempos que pensávamos superados.

Um suposto “nacionalismo populista”, que alguns pretendem identificar e criticar no Sul do mundo, é praticado sem constrangimento em países ricos. As crises financeira, alimentar, energética, ambiental e migratória, para não falar das ameaças à paz em tantas regiões, demonstram que o sistema multilateral deve se adequar aos desafios do século XXI. Aos poucos vai sendo descartado o velho alinhamento conformista dos países do Sul aos centros tradicionais.

PRESIDENTE LULA NA ONU

Essa nova atitude não conduz, no entanto, a uma postura de confrontação. Simplesmente pelo diálogo direto, sem intermediação das grandes potências, os países em desenvolvimento têm-se credenciado a cumprir um novo papel no desenho de um mundo multipolar. Basta citar iniciativas como o IBAS, o G-20, as cúpulas América do Sul-África ou América do Sul-Países Árabes e a articulação dos BRICs.

Está em curso a construção de uma nova geografia política, econômica e comercial no mundo. No passado, os navegantes miravam a estrela polar para “encontrar o Norte”, como se dizia. Hoje estamos procurando as soluções de nossos problemas contemplando as múltiplas dimensões de nosso Planeta. Nosso “norte” às vezes está no Sul.

Em meu continente, a Unasul, criada em maio deste ano, é o primeiro tratado – em 200 anos de vida independente – que congrega todos os países sul-americanos. Com essa nova união política vamos articular os países da região em termos de infraestrutura, energia, políticas sociais, complementaridade produtiva, finanças e defesa.

Reunidos em Santiago do Chile há pouco mais de uma semana, os presidentes da América do Sul comprovamos a capacidade de resposta rápida e eficaz da Unasul frente a situações complexas, como a que vive a nação-irmã boliviana. Respaldamos seu governo legitimamente eleito, suas instituições democráticas e sua integridade territorial e fizemos um apelo ao diálogo como caminho para a paz e a prosperidade do povo boliviano.

Em dezembro, o Brasil irá sediar, na Bahia, uma inédita cúpula de toda a América Latina e do Caribe sobre integração e desenvolvimento. Será uma reunião de alto nível, sem qualquer tutela, assentada em uma perspectiva própria latino-americana e caribenha.

Todos esses esforços no plano multilateral são complementados por meio de ações de solidariedade de meu país para com nações mais pobres, especialmente na África. Quero também enfatizar nosso compromisso com o Haiti, país em que exercemos o comando das tropas da Minustah e ajudamos a restabelecer a paz. Renovo meu chamamento à solidariedade dos países desenvolvidos com o Haiti, muito prometida e pouco cumprida.

A força dos valores deve prevalecer sobre o valor da força. É preciso que haja instrumentos legítimos e eficazes de garantia da segurança coletiva. As Nações Unidas discutem há quinze anos a reforma do Conselho de Segurança. A estrutura vigente, congelada há seis décadas, responde cada vez menos aos desafios do mundo contemporâneo. Sua representação distorcida é um obstáculo ao mundo multilateral que todos nós almejamos. Considero, nesse sentido, muito auspiciosa a decisão da Assembléia Geral de iniciar prontamente negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança.

O multilateralismo deve guiar-nos também na solução dos complexos problemas ligados ao aquecimento global, com base no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. O Brasil não tem fugido a suas responsabilidades. Nossa matriz energética é crescentemente limpa.

As crises alimentar e energética estão profundamente entrelaçadas. Na inflação dos alimentos estão presentes – ao lado de fatores climáticos e da especulação com as commodities agrícolas – os aumentos consideráveis do petróleo, que incidem pesadamente sobre o custo de fertilizantes e transporte.

PRESIDENTE LULA NA ONU

A tentativa de associar a alta dos alimentos à difusão dos biocombustíveis não resiste à análise objetiva da realidade. A experiência brasileira comprova – o que poderá valer também para outros países com características semelhantes – que o etanol de cana-de-açúcar e a produção de biodiesel diminuem a dependência de combustíveis fósseis, criam empregos, regeneram terras deterioradas e são plenamente compatíveis com a expansão da produção de alimentos. Queremos aprofundar esse debate, em todos os seus aspectos, na Conferência Mundial sobre biocombustíveis que convocamos para novembro, na cidade de São Paulo.

Minha obsessão com o problema da fome explica o empenho que tenho tido, junto a outros líderes mundiais, para chegar a uma conclusão positiva da Rodada de Doha. Continuamos insistindo em um acordo que reduza os escandalosos subsídios agrícolas dos países ricos. O êxito da Rodada de Doha terá impacto muito positivo na produção de alimentos, sobretudo nos países pobres e em desenvolvimento.

Há quatro anos, junto com vários líderes mundiais, lancei aqui em Nova Iorque a Ação contra a Fome e a Pobreza. Nossa proposta era, e continua sendo, a de adotar mecanismos inovadores de financiamento. A Unitaid, Central de Compra de Medicamentos, é um primeiro resultado dessa iniciativa, ajudando a combater Aids, tuberculose e malária em vários países da África. Mas não basta. Precisamos avançar, e muito, se queremos que a Humanidade cumpra efetivamente as Metas do Milênio.

Em dezembro serão comemorados os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que não pode ser objeto de uma homenagem meramente protocolar. Ela traduz compromissos inalienáveis, que nos interpelam a todos. Como governantes, mais do que a defesa retórica da Declaração, somos chamados a lutar para que os valores proclamados há seis décadas se transformem em realidade em cada país e em todo o mundo.

O Brasil de hoje é muito distinto daquele de 2003, ano em que assumi a Presidência do meu país e em que, pela primeira vez, compareci a esta Assembléia Geral. Governo e sociedade deram passos decisivos para transformar a vida dos brasileiros. Criamos quase 10 milhões de empregos formais. Distribuímos renda e riqueza. Melhoramos os serviços públicos. Tiramos 9 milhões de pessoas da miséria e outras 20 milhões ascenderam à classe média. Tudo isso em um ambiente de forte crescimento, estabilidade econômica, redução da vulnerabilidade externa e, o que é mais importante, fortalecimento da democracia, com intensa participação popular.

No ano em que celebramos o centenário do grande brasileiro Josué de Castro, o primeiro diretor-geral da FAO e um dos pioneiros da reflexão sobre o problema da fome no mundo, vale a pena recordar sua advertência: “Não é mais possível deixar-se impunemente uma região sofrendo de fome, sem que o mundo inteiro venha a sofrer as suas conseqüências.” Tenho orgulho de dizer que o Brasil está vencendo a fome e a pobreza.

Reitero o otimismo que expressei aqui há cinco anos. Somos muito maiores do que as crises que nos ameaçam. Dispomos de sentimento, razão e vontade para vencer qualquer adversidade. Esse, mais do que nunca, é o espírito dos brasileiros.

Muito obrigado.

Fonte: www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr890-2@.doc

PNAD 2007

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios registra melhora dos indicadores sociais e padrões de consumo

Redução da pobreza e melhora nas condições dos domicílios

- A pobreza caiu de 38,2% da população, em 2002, para 28%, em 2007¹. O declínio recente na extrema pobreza foi três vezes mais rápido do que o necessário para atingir a primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio.
- Renda familiar per capita cresceu 15,6% (2001-2007)¹.
- Mobilidade social: 13,8 milhões de pessoas subiram de faixa social (2001-2007)¹.
- O aumento do poder de compra trouxe mais acesso a alguns bens duráveis. Mais domicílios foram providos de alguns serviços públicos, como saneamento básico.
- 98% dos domicílios têm acesso a energia elétrica; 84% a água; 88% a coleta de lixo; 52% a esgotamento sanitário; 77% a telefone; 32% a celular; 27% a computador; 20% a internet; 95% a TV; 40% a máquina de lavar.

Mercado de trabalho apresentou resultados favoráveis

- Aumento contínuo do número de empregos foi acompanhado por maior formalização do mercado de trabalho e crescimento da renda dos trabalhadores.
- Acréscimo, de 2002 para 2007, de cerca de 11,8 milhões de pessoas ocupadas².
- Ganho real de 6,8% no rendimento médio de todos os trabalhadores e de 7,5% no rendimento médio domiciliar, de 2002 a 2007.
- Proporção das pessoas ocupadas que contribuíam para a Previdência ultrapassou a metade dos trabalhadores pela primeira vez, desde o início da década de 1990.
- Trabalho infantil (crianças de 5 a 17 anos) caiu de 12,6% da população ocupada, em 2002, para 10,6%, em 2007.

Educação: um desafio

- 97,6% das crianças na faixa de 7 a 14 anos freqüentavam escola em 2007.
- Quatro em cada cinco estudantes do país estão na escola pública.
- Redução de 11,8% para 9,9% na taxa de analfabetismo, entre 2002 e 2007.
- Nível de instrução das mulheres permaneceu mais elevado que o dos homens.

Dados demográficos

- Brasil com padrão de países mais desenvolvidos: redução da fecundidade e maior longevidade da população.
 - Taxa de fecundidade: 5,8 crianças por mulher em 1970, para 1,95 em 2007.
 - Expectativa de vida: 70,4 anos em 2000, para 72,7 anos em 2007.
- São 189,8 milhões de brasileiros: 51,2% mulheres e 48,8% homens; 49,4% brancos, 7,4% pretos, 42,3% pardos e 0,8% outros.

Desafios

- Apesar das quedas recentes, o analfabetismo e o trabalho infantil ainda encontram-se em níveis elevados no país.
- No caso do saneamento, registra-se uma importante melhora dentro de um patamar ainda distante do ideal.

1 Fonte: Ipea: PNAD 2007: primeiras análises, setembro de 2008.

2 Se somados ao 1,8 milhão de postos formais criados em 2008 (até ago), tem-se 13,6 milhões de ocupações.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS - VEREADORES

128 milhões elegeram 5,5 mil prefeitos e 52 mil vereadores

Resultado da eleição para vereadores, por partido

Partido	Vereadores Eleitos					
	Total de eleitos	(em %)	Total votos* (mil)	(em %)	Até 200 mil eleitores	Mais de 200 mil eleitores
PMDB	8.496	16	11.974	12	8.320	176
PSDB	5.912	11	10.715	11	5.725	187
PP	5.134	10	7.227	7	5.037	97
DEM	4.819	9	7.999	8	4.721	98
PT	4.170	8	10.532	10	3.965	205
PTB	3.941	8	6.313	6	3.870	71
PR	3.544	7	5.432	5	3.479	65
PDT	3.520	7	6.719	7	3.408	112
PSB	2.961	6	5.991	6	2.841	120
PPS	2.157	4	4.403	4	2.084	73
PV	1.251	2	3.974	4	1.184	67
PSC	1.144	2	2.844	3	1.099	45
PRB	776	1	2.329	2	734	42
PC do B	604	1	2.174	2	562	42
PMN	594	1	1.844	2	558	36
PSL	522	1	1.584	2	495	27
PRP	468	1	1.537	2	431	37
PSDC	352	1	1.323	1	326	26
PHS	351	1	1.406	1	330	21
PTC	330	1	1.217	1	308	22
PT do B	327	1	1.427	1	293	34
PTN	321	1	1.184	1	299	22
PRTB	265	1	860	1	250	15
PSOL	25	0	628	1	15	10
PCB	13	0	105	0	12	1
PCO	0	0	5	0	0	0
PSTU	0	0	74	0	0	0
Total	51.997	100	101.822	100	50.346	1.651

Fonte: TSE. Dados extraídos em 14out/08.

(*) Inclui votos na legenda.

Obs.: Falta apuração de 31 municípios com situação sub judice e um município onde não houve eleição porque as urnas foram queimadas (Benedito Leite/MA). Em Brasília-DF e Fernando de Noronha-PE não houve eleições.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS – PREFEITOS

128 milhões elegeram 5,5 mil prefeitos e 52 mil vereadores

Resultado da eleição para prefeitos, por partido – 1º Turno

Partido	Total dos municípios				Prefeitos eleitos		Prefeitos para 2º Turno ¹
	Total de eleitos	(em %)	Total votos (mil)	(em %)	Até 200 mil eleitores	Mais de 200 mil eleitores	
PMDB	1.194	22	18.424	19	1.185	9	12
PSDB	779	14	14.439	15	770	9	10
PP	550	10	6.083	6	547	3	3
PT	549	10	16.492	17	537	12	15
DEM	496	9	9.300	9	492	4	2
PTB	411	7	5.027	5	411	0	4
PR	380	7	4.256	4	379	1	2
PDT	339	6	6.043	6	335	4	2
PSB	308	6	5.687	6	306	2	6
PPS	129	2	2.805	3	129	0	2
PV	74	1	2.941	3	73	1	1
PSC	59	1	1.025	1	59	0	0
PRB	54	1	1.525	2	54	0	0
PMN	42	1	669	1	42	0	0
PC do B	39	1	1.757	2	37	2	1
PRP	16	0	188	0	16	0	0
PSL	16	0	199	0	16	0	0
PTN	15	0	177	0	15	0	0
PHS	13	0	309	0	13	0	0
PRTB	11	0	199	0	11	0	0
PTC	11	0	172	0	11	0	0
PT do B	8	0	213	0	8	0	0
PSDC	7	0	240	0	7	0	0
PCB	0	0	64	0	0	0	0
PCO	0	0	10	0	0	0	0
PSOL	0	0	795	1	0	0	0
PSTU	0	0	77	0	0	0	0
Total	5.500	100	99.114	100	5.453	47	60

Fonte: TSE. Dados extraídos em 14out/08.

Obs.: Total de municípios: 5.564. Em Brasília-DF e Fernando de Noronha-PE não houve eleições. Falta apuração de 31 municípios em situação sub judice, e em um município (Benedito Leite/MA) não houve eleição porque as urnas foram queimadas.

1 A quantidade leva em consideração a existência de dois candidatos por município.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Redução da burocracia, aperfeiçoamento de marcos legais, racionalização de processos e incentivo à poupança potencializam desenvolvimento econômico

Desonerações

- Conjunto de medidas tomadas desde 2004 para estimular o investimento produtivo, o mercado de consumo de massas, a poupança de longo prazo, o crédito e a inovação resultaram em **desonerações tributárias líquidas¹ estimadas em R\$ 74,2 bi (2004-09).**

Medidas para melhorar ambiente de negócios e reduzir burocracia²

- **Nova Lei de Falências** (11.101/05 e LCp 118/05): promove recuperação extrajudicial de empresas como alternativa à falência; permite continuidade de atividades e manutenção de empregos. Possibilita que ativos de massa falida sejam rapidamente alienados, evitando deterioração, sem prejuízo a credores.
- **Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas e Simples Nacional** (123/06): aperfeiçoou legislação em vigor, em particular quanto a regime tributário especial aplicável às MPEs, o Simples Nacional. Aprofunda desoneração e simplifica procedimentos relativos a registro e legalização de empresas, acesso a compras públicas, incentivo à inovação tecnológica, acesso à Justiça, entre outros.
- **Lei de Registro e Legalização de Empresas e Redesim** (11.598/07): simplifica processo de registro e legalização de empresas e cria Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim.
- **Novo modelo para setor elétrico** (Leis 10.847/04, 10.848/04, 10.871/04 e 11.097/05): autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética; dispõe sobre a comercialização de energia elétrica; cria carreiras e organiza cargos em agências reguladoras; e introduz biodiesel na matriz energética brasileira.
- **Criação de Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI** (Lei 11.080/04): formulam e promovem políticas ativas de desenvolvimento industrial para geração de empregos.
- **Incentivo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica** (Leis 10.973/04 e 11.196/05): facilita cooperação entre instituições tecnológicas e empresas. Cria subvenção a projetos tecnológicos e estabelece incentivos fiscais para inovação tecnológica nas empresas.
- **Patrimônio de Afetação³ nas Incorporações Imobiliárias** (Lei 10.931/04): regime fiduciário simplificado, blinda incorporações imobiliárias contra má-gestão ou fraude; confere mais transparência e segurança jurídica aos adquirentes de imóveis e às instituições bancárias concedentes de crédito imobiliário.
- **PPP** (Lei 11.079/04 e Decretos 5.385/05 e 5.411/05): cria e regulariza normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada.
- **Abertura do Mercado de Resseguro** (LCp 126/07): abre mercado nacional, possibilita surgimento de companhias privadas ou entrada de resseguradoras estrangeiras. Acaba com monopólio público, a fim de permitir oferta de produtos securitários a preços mais baixos e competitivos e maior grau de especialização.

1 Diferença entre os valores decorrentes de medidas de desoneração e valores de medidas que aumentaram tributos. Inclui valor estimado da desoneração da CPMF em 2008 e 2009. Fonte: Ministério da Fazenda.

2 Siglas utilizadas: LCp – Lei Complementar; MPE – Micro e Pequenas Empresas; PPP – Parcerias Público-Privadas; Res. CMN – Resolução do Conselho Monetário Nacional; Port. – Portaria do Ministério da Fazenda; IR – Imposto de Renda; PL – Projeto de Lei; PLP – Projeto de Lei Complementar; PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

3 Capacidade de responder por obrigações financeiras.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- **Reformulação do Sistema de Normas e Demonstrações Contábeis** (Lei 11.638/07, altera Lei das S/A): estende às sociedades limitadas de grande porte normas de elaboração/divulgação de demonstrações financeiras. Permite convergência das práticas contábeis ao padrão internacional.
- **Portabilidade Crédito/Informações Cadastrais** (Res. CMN 3.401/06 e Port. 301/06): para maior concorrência entre instituições bancárias, permite transferência de contratos de crédito ou arrendamento mercantil de uma instituição financeira para outra com melhores condições de crédito ao consumidor. Obriga instituição financeira a fornecer informações cadastrais e histórico de crédito ao cliente ou a terceiros autorizados. Permite uso das informações em benefício do consumidor, como colateral de reputação em operações bancárias e creditícias.
- **Obrigatoriedade da Conta Salário** (Res. CMN 3.402/06): prestação de serviço de pagamento de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de tarifas; reduz custo do cliente por movimentar salário em instituições bancárias e fomenta concorrência bancária.
- **Mais transparência na cobrança de tarifas bancárias e no custo do crédito (Custo Efetivo Total – CET⁴)**; Resoluções CMN 3.516/07, 3.517/07 e 3.518/07: determinam que não haja cobrança de tarifas em serviços essenciais; obrigam instituições financeiras a informar Custo Efetivo Total (CET) anual antes e a qualquer momento da tomada de crédito; facilitam comparação de custo do crédito entre diferentes instituições bancárias, aumentando competição.
- **Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs** (Lei 11.058/07): reativa programa das ZPEs, recriando incentivos fiscais, e reestabelece o Conselho das ZPEs, que poderá autorizar a criação de ZPEs nas regiões menos desenvolvidas do país.
- **Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e Nota Fiscal Eletrônica** (Decreto 6.002/07): menos burocracia e maior controle da arrecadação. Avanço permitirá contínua redução da carga tributária e simplificação do sistema tributário nacional.
- **Criação da Receita Federal do Brasil** (Lei 11.457/07): unificou arrecadação de tributos federais e contribuições previdenciárias.
- **Política de Desenvolvimento Produtivo**: (Leis 11.774/08 e 11.786/08): incentivos fiscais e creditícios para diversos setores industriais brasileiros, estimulando o investimento, a produção e as exportações. Ver pág. 42.

Racionalização do processo judicial e da execução de garantias creditícias

- **Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis** (Lei 10.931/04): facilita execução da garantia; reduz nível da depreciação do bem e concorre para ampliar crédito para aquisição de automóveis, com menores taxas e melhores condições.
- **Execução de sentença judicial** (Lei 11.232/05): agilidade a cumprimento de sentença condenatória; reduz incentivos a manobras protelatórias (devedor tem dez dias para pagar, senão incide multa de 10% no valor).

⁴ Cálculo que reflete totalidade dos encargos e despesas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- **Súmula impeditiva de recursos** (Lei 11.276/06): reforça sistema jurisprudencial; permite que matérias com entendimento firmado pelos tribunais superiores não motivem recursos de natureza protelatória.
- **Execuções de títulos extrajudiciais** (Lei 11.382/06): modifica execução extrajudicial; facilita penhora de bens de melhor qualidade; agiliza processo de execução e elimina possibilidade de embargos protelatórios.

Incentivo à poupança de longo prazo e ampliação da oferta de crédito

- **Consignação em folha de pagamento** (Lei 10.820/03): autoriza desconto em folha de pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento; minimiza riscos e reduz custos de crédito ao consumidor.
- **Cédula de Crédito Bancário⁵, Letra⁶ e Cédula de Crédito Imobiliário⁷** (Lei 10.931/04): instrumentos ágeis e juridicamente seguros para cessão ou securitização de créditos; melhora gestão de risco do segmento; é alternativa de capitalização das instituições concedentes de crédito; amplia volume de recursos ao consumidor.
- **Títulos de securitização de créditos originados no agronegócio** (Lei 11.076/04): cessão e securitização de crédito rural. Melhora gestão de risco e desenvolve alternativa de captação de recursos privados para setor agropecuário.
- **Novo regime de tributação da Previdência Complementar** (Leis 11.053/04 e 11.196/05): introduz regras de tributação para entidades de previdência complementar e seus participantes; incentiva formação de poupança de longo prazo. Isenta de Imposto de Renda aplicações de recursos dos fundos de pensão.
- **Isenção de IR na troca de imóveis residenciais** (Lei 11.196/05): isenta ganhos de pessoa física com venda de imóvel residencial, quando proprietário compra outro imóvel em até 180 dias. Reduz custo de transação e promove maior giro e liquidez no mercado.
- **Juros prefixados nos financiamentos do SFH⁸** (Lei 11.434/06): autoriza que contratos de financiamento imobiliário no âmbito do SFH utilizem apenas juros pré-fixados; elimina obrigatoriedade de aplicação da TR – o que confere perfil mais adequado a crédito para fins de securitização e oferece a consumidor um contrato sem risco da taxa de juros ou inflação e com maior previsibilidade.
- **Consignado em folha para financiamento imobiliário** (Decreto 5.892/06): estende operação de crédito consignado a financiamento imobiliário.

Em tramitação no Congresso Nacional

- **PL das agências reguladoras** (3.337/04 – Câmara dos Deputados): estabilidade para reduzir custos de transação e melhorar ambiente de investimentos.

5 Título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

6 Lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo a seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados.

7 Representa os créditos imobiliários.

8 Sistema Financeiro de Habitação.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- **PL de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência** (5.877/05, apensado ao 3.937/04): mais eficiência na proteção de interesses de consumidores; reduz prazo de tramitação e custo administrativo; define papel dos três órgãos⁹ que atuam sobre o tema; garante recursos materiais e humanos e aperfeiçoa legislação anterior, de 1994.
- **PL de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito – Cadastro Positivo** (5.870/05 – Câmara dos Deputados, apensado ao 836/03): regras sobre atuação de bancos de dados e condições para que cadastrados tenham acesso a informações de crédito e outras, que possam constituir colateral de reputação, a ser utilizado para acesso a melhores condições em operações creditícias. Inovação permite coleta não apenas de informações “negativas” (de inadimplência), mas as “positivas” de empresas/pessoas.
- **PL que cria Fundo de Proteção ao Consumidor de Seguros, Capitalização e Previdência Aberta** (3.498/08 – Câmara dos Deputados): medidas para fortalecer Sistema Nacional de Seguros Privados, Previdência Complementar Aberta e Capitalização; protege consumidor de riscos de liquidação e insolvência de companhias ligadas aos setores.
- **PLP Fundo de Catástrofe do Seguro Rural** (374/08 – Câmara dos Deputados): autoriza seguradoras privadas a constituírem Fundo de Catástrofe para cobertura de operações de seguro rural contra efeitos climáticos.
- **PEC da Reforma Tributária** (233/2008 – Câmara dos Deputados): simplifica sistema tributário, confere mais racionalidade a tributos diretos federais e indiretos federais e estaduais; estabelece nova repartição de recursos e cria IVA-Federal e novo ICMS; padroniza alíquotas, elimina cumulatividade e combate guerra fiscal. Ver pág. 38.

9 Secretarias de Acompanhamento Econômico – Seae (Ministério da Fazenda), de Direito Econômico – SDE (Justiça) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

BRASILEIROS NO EXTERIOR

Brasil reafirma total apoio às comunidades brasileiras espalhadas pelos cinco continentes

Evento inédito aproxima governo e brasileiros no exterior

- I Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior – “Brasileiros no Mundo” – no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, em jul/08, com 400 participantes.
- Representantes de brasileiros radicados nos cinco continentes reuniram-se com o governo para debater temas de interesse das comunidades.
- Evento inspirado em compromissos assumidos pelo Presidente Lula na “Carta aos brasileiros que vivem longe de casa”, de 2002.

Itamaraty reforça atuação externa

- Temas debatidos: formas de aprimoramento das atividades tradicionais do Itamaraty na área consular, tais como: expedição de passaportes, prática de atos notariais e processamento de documentos públicos e apoio a brasileiros no exterior, por meio da negociação de acordos bilaterais.

Debates têm resultados concretos

- Consenso sobre criação de **conselho de brasileiros no exterior** para atuar futuramente como interlocutor do Itamaraty. Processo de indicação de representantes em curso.
- Principal veículo de informações consulares do Itamaraty na internet, **Portal Consular** (www.abe.mre.gov.br) transformou-se em instrumento fundamental de interação com as comunidades brasileiras no exterior.
- Continuidade da Conferência como meio de interlocução entre governo e diáspora.

Preparação, logística e sucesso da Conferência

- **Número de brasileiros nos EUA atualmente é estimado em 1,5 milhão, além de 800 mil na Europa, 320 mil no Japão, e 300 mil no Paraguai.**
- Itamaraty dispõe de 170 consulados e setores consulares de embaixada em todo o mundo.
- Elaborado extenso acervo informativo sobre brasileiros no exterior para o evento, disponível no Portal Consular (www.abe.mre.gov.br).
- Participaram da Conferência autoridades dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como acadêmicos, chefias consulares e quase duas centenas de lideranças comunitárias e representantes de entidades de união e apoio a brasileiros no exterior.
- Ata final do encontro, em elaboração em conjunto com as comunidades (por via eletrônica: brasileirosnomundo@mre.gov.br), orientará ações futuras do governo em benefício dos brasileiros no exterior.
- Vídeo integral da Conferência encontra-se na página eletrônica da Fundação Alexandre de Gusmão (www.funag.gov.br).

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Entre 2003 e 2008, mais de 3,4 milhões de brasileiros participaram de 49 conferências para debater e aperfeiçoar políticas públicas

Criação e recriação de conselhos

- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (2003)
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI (2003)
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae (2003)
- Conselho Nacional das Cidades (2003)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea (2003)
- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – Conape (2003)
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR (2003)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condrap (2003)
- Conselho Nacional da Juventude (2005)
- Conselho Nacional de Política Cultural (2007)

Consolidação dos conselhos existentes

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD
- Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Conade)

Conferências realizadas

- Conferência Nacional de Direitos Humanos (2003/2004/2006)
- Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica (2003)
- Conferência Nacional das Cidades (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (2003/2006)
- Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003/2005/2008)
- Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente (2003/2006)
- Conferência Nacional de Saúde (2003/2007)
- Conferência Nacional de Assistência Social (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004/2007)
- Conferência Nacional do Esporte (2004/2006)
- Conferência Nacional das Políticas Públicas para as Mulheres (2004/2007)
- Conferência Nacional de Saúde Bucal (2004)
- Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos (2004/2005)
- Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005)
- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2004/2005)
- Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (2005)
- Conferência Nacional de Cultura (2005)
- Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (2005)
- Conferência Nacional de Saúde Indígena (2006)

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

- Conferência Nacional dos Povos Indígenas (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2006)
- Conferência Nacional de Economia Solidária (2006)
- Conferência Nacional de Imunodeficiências Primárias (2006)
- Conferência Nacional de Educação Profissional Tecnológica (2006)
- Conferência Nacional da Educação Básica (2008)
- Conferência Nacional da Juventude (2008)
- Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008)
- Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2008)
- Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior (2008)

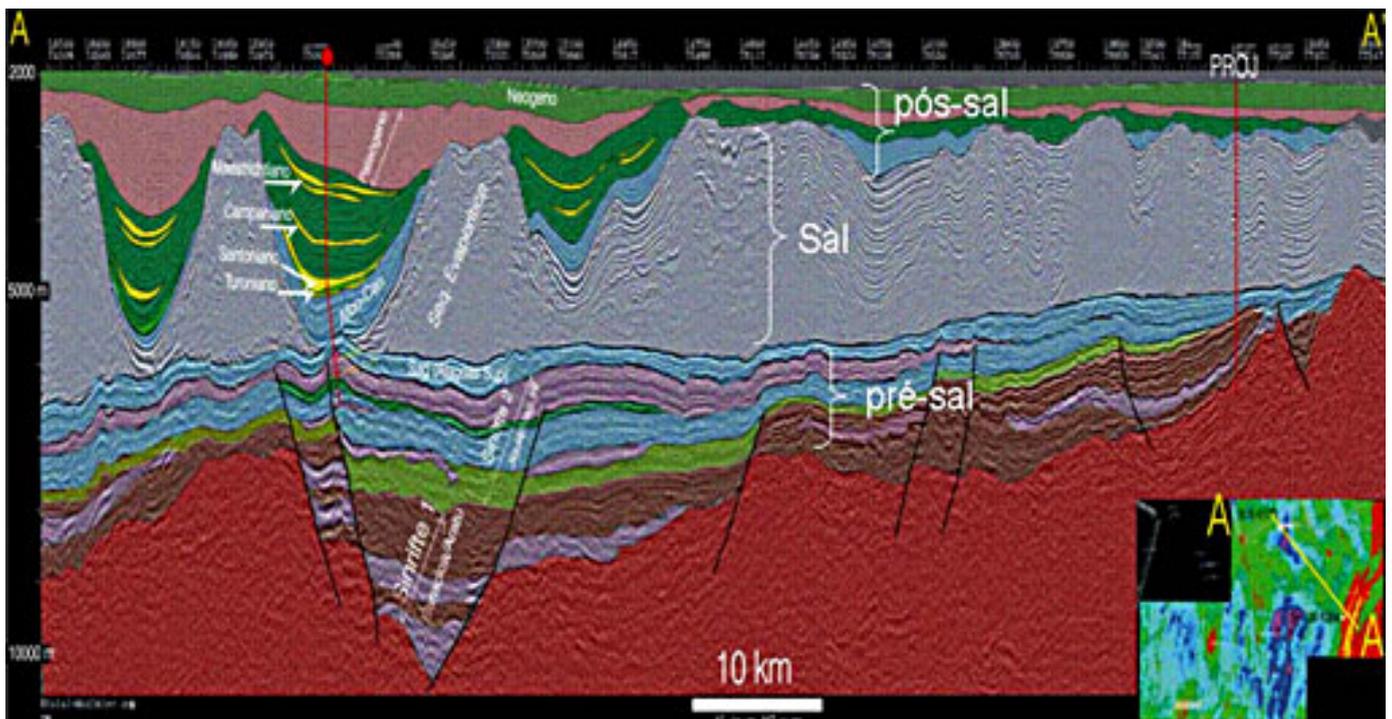
PRÉ-SAL

“Já se pode dizer, com toda segurança, que o pré-sal colocará o Brasil entre os maiores produtores de petróleo e gás do mundo” – Presidente Lula¹

- Novas descobertas na costa brasileira situam-se abaixo de uma extensa camada de sal.
- Estas ocorrências situam-se em águas profundas e ultraprofundas das bacias de Santos, Campos e do Espírito Santo.



Folha online, 02/09/2008



1 Pronunciamento do Presidente Lula em 7set/08.

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para: destaques.secom@planalto.gov.br escrevendo “incluir” no campo assunto.

ÍNDICE REMISSIVO

Relação completa de temas que fizeram parte do Caderno Destaques desde a primeira edição (mar/08). Localize os meses em que os temas aparecem

Parte 1 – Brasil Hoje	
Tema	Edição
Biocombustíveis	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Democracia	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Política Externa	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Retrato Econômico	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Retrato Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Parte 2 – Programas 2007 e 2008	
Bolsa Família	mai, jun, jul, ago, set
Cesta básica e salário mínimo: variação do poder aquisitivo de 2003 a 2008	mar, abr, mai, jun
Cidadania e Inclusão Social	jul, ago, set
Criança e Adolescente – Agenda Social	jun, jul, ago, set
Mais Alimentos	jul, ago, set
Mais Cultura – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Mais Pesca e Aqüicultura	ago, set
Mais Saúde	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Mulheres – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
PAC Embrapa	mai, jun, jul, ago, set
PAC Funasa	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Pessoas com Deficiência – Agenda social	jun, jul, ago, set
Plano Amazônia Sustentável – PAS	mai, jun, jul, ago, set
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Plano Nacional de Turismo – PNT	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP	abr, mai, jun, jul, ago, set
Povos Indígenas – Agenda Social	mai, jun, jul, ago, set
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Quilombolas – Agenda Social	mai, jun, jul, ago, set
Reforma Tributária	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Territórios da Cidadania – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Parte 3 – Temas setoriais e atualidades	
1º de Maio	mai
Agricultura e Pecuária	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Apoio a Exportadores	mar
Aqüicultura e Pesca	mar, abr, mai, jun, jul
Assuntos Estratégicos	mar, abr
Aviação Civil	mar
Cartão de Pagamento do Governo Federal	mar, abr
Combustíveis	abr, mai, jun, jul, ago, set
Comparativo Econômico 2003-2008 ¹	mar, abr, mai, jun, jul
CPMF	mar
Crédito	abr, mai, jun, jul
Desmatamento e Aquecimento	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Emprego	ago, set
Energia Elétrica	abr, mai, jun, jul, ago, set
Esportes	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Exportações	set
Fundo Soberano do Brasil	jul, ago
Habitação	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Inclusão Digital	mar, abr, mai, jun, jul
Indústria Naval	jun, jul, ago
Inflação e Alimentos	jun, jul, ago, set
Integração Nacional	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set

¹ A partir de agosto, está incorporado ao Retrato Econômico, da parte 1.

Justiça	jul, ago
Marcha dos Prefeitos	abr, mai
Medidas para Setores Médios	mar
Mudança no Campo	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Operações da Polícia Federal	abr
Portos	jul, ago
Previdência e Terceira Idade	mar, abr, mai, jun
Previdência Social	jul, ago, set
Programa Saúde na Escola – PSE	set
Projeto São Francisco	jul, ago
Promoção da Igualdade Racial	mar, abr, mai
Reforma Agrária	jul, ago, set
Relação Capital-Trabalho	mai, jun
Relação com Estados	jul, ago, set
Relação com Municípios	jun, jul, ago, set
Remuneração do funcionalismo	mar
Reserva Indígena Raposa Serra do Sol	jun, jul
Rodada Doha	ago
Saneamento	jun, jul, ago, set
Segurança Energética	mar
Trabalhadores	jun
TV Digital	mar
TV Pública	mar

Parte 4 – Biblioteca: estudos, artigos, pesquisas e anexos

Ambiente de Negócios	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Artigo. <i>Falso dilema da produção de alimentos</i> , por Hélio Tollini	mai
Artigo. <i>Josué de Castro</i> , por Francisco Menezes	set
Artigo. <i>Mais comida – e muito mais comensais</i> , por Rubens Ricupero	jun
Artigo. <i>O GrameenTupiniquim</i> , por Marcelo Côrtes Néri	mar
Artigo. <i>Os direitos humanos em 2008</i> , por Paulo Vannuchi	mar
Artigo. <i>Política vai parar de ganhar dinheiro com a miséria</i> , por Maria Inês Nassif	mar
Artigo. <i>Produzam biocombustíveis corretos</i> , por Roger Cohen	mai
Artigo. <i>Territórios da Cidadania: evolução ou revolução das políticas públicas no meio rural brasileiro</i> , por Philippe Bonnal	abr
Conselhos e Conferências 2003 a 2008	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Estudo: <i>A queda da desigualdade entre as pessoas ocupadas</i> – Ipea	jul, ago
Estudo: <i>Observador 2008</i> – Ipsos	abr
Estudo: <i>Redução da Pobreza e da Indigência</i> – Ipea	set
Exportações por Bloco Econômico	abr, mai, jun, jul, ago
Lei que instituiu o ano de 2008 o Ano Nacional Machado de Assis	mar
Mulheres: 2 anos da Lei Maria da Penha	set
ODM – Relatório 2007	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Pesquisas do Instituto Datafolha	mar
Plano Nacional do Livro e Arca das Letras	abr
PNAD – 2006 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE	mar
PNAD 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	abr, mai, jun, jul, ago
PNDS 2006 - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	jul, ago
Pronunciamento do Presidente da República na FAO, em Roma, 3jun/08	jun
Pronunciamento do Presidente da República sobre o pré-sal em 7 de Setembro	set
Reunião Ampliada do CDES – 28ago/08	set

Acesso às edições anteriores:

Mar/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaquemar08.pdf
Abr/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_abril08ultimaversao.pdf
Mai/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_maio08novaversao.pdf
Jun/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_junho08nversao.pdf
Jul/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_julho08.pdf
Ago/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_agosto08.pdf
Set/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/caddestaques_setembro2008.pdf

DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

